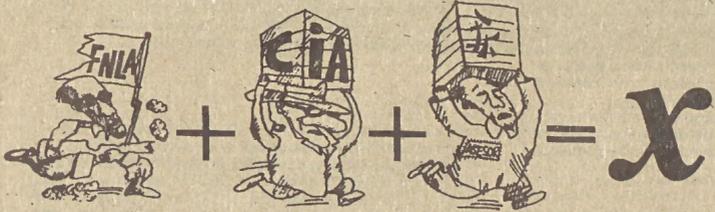
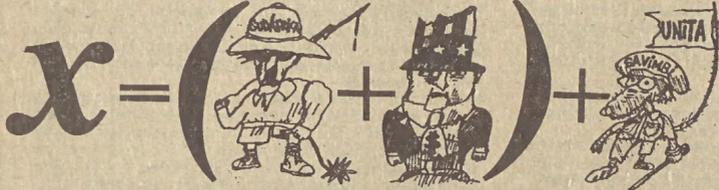


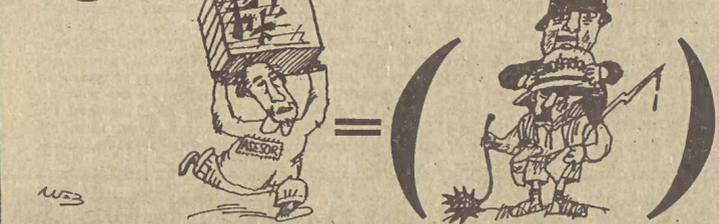
Se



e se



logo



**A política de traição  
dos dirigentes chineses**

Pág. 12

## FANHÕES

Nas eleições para a Junta de Freguesia realizadas no passado domingo:

- A APU alcançou uma significativa vitória aumentando a sua votação em 65,4%
- O PPD sofreu uma estrondosa derrota perdendo 42,8% dos seus votos e alcançando apenas 11,1% da votação
- As abstenções diminuíram em relação aos últimos actos eleitorais
- O PS obteve o segundo lugar e aumentou a sua votação em 43,2%
- A APU obteve seis mandatos e não sete pela diferença de um voto!

Pág. 8



Representantes de 73 partidos comunistas e operários participaram na Conferência realizada na capital da Bulgária

## A CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO E DO COMUNISMO E O DESENVOLVIMENTO MUNDIAL

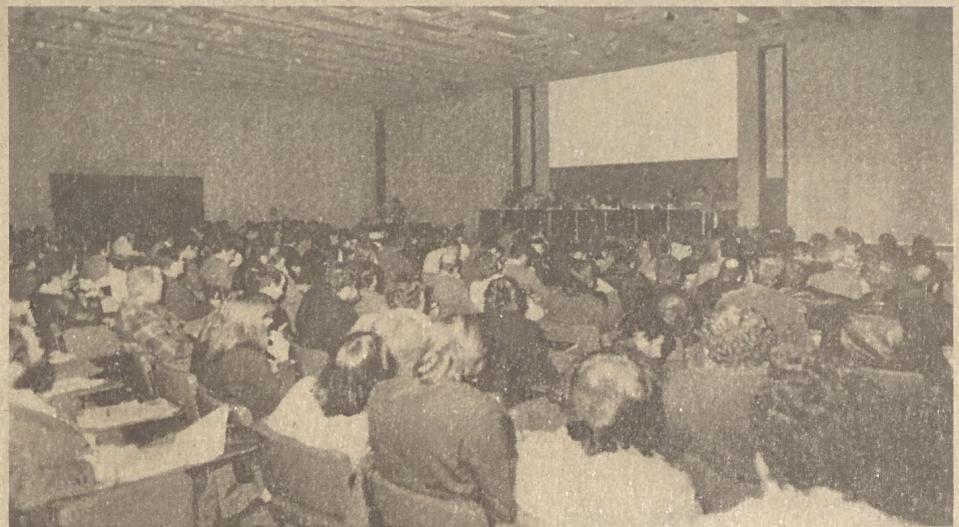
Realizou-se em Sófia uma conferência teórica subordinada a este tema em que participou o camarada Álvaro Cunhal. O secretário-geral do PCP avistou-se com o secretário-geral do Partido Comunista Búlgaro, camarada Todor Jivkov, e, no regresso, esteve em Berlim onde teve conversações com o camarada Erich Honeker, secretário-geral do PSUA. — Páginas centrais



A homenagem prestada a José Dias Coelho na passada terça-feira reuniu no local onde aquele camarada foi, há dezassete anos, assassinado pela PIDE, centenas de pessoas

**«Os mortos não os deixamos  
para trás abandonados»**

Pág. 3



Um aspecto do plenário nacional da CGTP-IN

Pág. 5

## PLENÁRIO NACIONAL DA CGTP-IN

## AS ILEGALIDADES E VIOLÊNCIAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

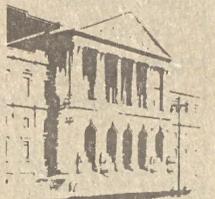
Concluimos neste número a publicação da importante comunicação apresentada na 3.ª Conferência da Reforma Agrária sobre os atropelos à legalidade cometidos pelo MAP na sua ofensiva nos campos do Alentejo. Para quando a nomeação da comissão de inquérito solicitada à Assembleia da República?

Pág. 9

## Na Bulgária o futuro já começou

Pelo nosso enviado Torres Rodrigues

Pág. 10



**Deputados  
comunistas  
visitam  
Peniche**

Pág. 4

Editorial

UM GOVERNO QUE NADA VAI RESOLVER

Com o apoio aberto — mas minoritário — dos partidos da direita parlamentar, que constituem de facto a sua base política e lhe inspiram as grandes linhas programáticas, e com a ajuda das deterioradas muletas do PS, a estranha equipa de Mota Pinto acabou por passar o escolhido da moção de rejeição do PCP na Assembleia da República e entrou há uma semana em funções governativas.

Assim, graças à inqualificável capitulação do PS, ai têm os portugueses um governo abertamente de direita, imposto e articulado encapotadamente pelos partidos da extrema-direita, em especial pelo PPD/PSD, e cuja prática política nestes primeiros dias não tem, significativamente, nenhuma relação com o país real.

Está agora completamente claro que o súbito manobrismo chantagista do PPD/PSD e de Sá Carneiro, quando aventaram a hipótese da sua abstenção quanto à moção do PCP, outros objectivos não tinham senão amarrar o PS à posição abstencionista, indispensável à passagem do governo na Assembleia da República, e ainda arrancar a garantia de uma obediência incondicional de Mota Pinto às exigências políticas reacçãoárias.

As declarações do Primeiro-Ministro aos órgãos de comunicação social logo após a votação da Assembleia da República, marcadas por um anticomunismo primário, mostram que Mota Pinto não foi interlocutor difícil ou renitente para o seu antigo partido, ao qual continua ligado pelo cordão umbilical.

Pelo contrário, os objectivos enunciados por Sá Carneiro encontraram no seu antigo companheiro de bancada, o executor fiel, diligente e convicto para lhes dar realização prática.

Devemos perguntar-nos porque, por que exigências partidárias ou outras, Mota Pinto deu largas ao seu ódio aos comunistas, tanto mais que Sá Carneiro achou necessário reconhecer publicamente em plena Assembleia da República, que o PCP é afinal um «partido democrático». O PCP não precisa evidentemente deste atestado de democracia passado pelo chefe do PPD/PSD, mas o que importa reter desta diferença de opiniões é que Mota Pinto é ainda «mais papista do que o papa» e parece querer colocar-se ainda mais à direita do que o chefe do seu antigo partido com quem agora se reconciliou.



A prática política e os propósitos programáticos e legislativos deste governo oficioso do PPD/PSD, dirigido por Mota Pinto e apoiado pelo CDS, dão relevo particular aos aspectos aberrativos da sua fórmula constitutiva.

O governo de Mota Pinto, que se propõe ambiciosamente «governar» até 1980, contém em si elementos constitutivos que desde já o condenam à desagregação e ao fracasso.

O governo diz-se «apartidário» mas é, de facto, um governo do partido de Sá Carneiro apoiado pelo CDS; a sua política não é nem poderia ser uma política «independente» mas uma política da responsabilidade essencial dos partidos da extrema-direita, designadamente do PPD/PSD.

Bem pode Sá Carneiro fingir que toma as suas distâncias em relação ao governo Mota Pinto, como foi por exemplo o seu «bluff» de ameaçar abster-se na votação da moção do PCP há oito dias na Assembleia da República: o PPD/PSD está amarrado à política deste governo falsamente apartidário, a que deu o seu aval, colherá os frutos da sua política governamental antidemocrática de ilegalidades e violências, prestará amanhã contas perante o eleitorado português da sua responsabilidade evidente nos actos e na política do governo Mota Pinto.

E entretanto este governo oficioso do PPD/PSD, apoiado pelo CDS, foge às características normais da Constituição: porque não é um governo oficialmente de partidos; porque não tem apoio maioritário na Assembleia da República e não poderá resistir à pressão dos interesses eleitoralistas contraditórios dos partidos que o deixaram passar na votação da moção de rejeição apresentada pelo PCP; porque não constitui a segunda alternativa posta pelo Presidente Ramalho Eanes para a formação do governo, carecente como está de um acordo interpartidário e com um Primeiro-Ministro — independente embora — mas dispondo do apoio maioritário da Assembleia da República.

O governo oficioso do PPD/PSD dirigido por Mota Pinto é uma anormalidade constitucional sem isenção política para assegurar o funcionamento normal das instituições democráticas.



Uma convicção deve desde já radicar-se entre os trabalhadores, entre todos os portugueses patriotas e democratas: o governo de Mota Pinto não resolverá um só dos grandes problemas nacionais, antes os agravará. O que transpira do chamado programa de governo e do seu comportamento político nestes curtos dias da sua existência é a intenção de prosseguir com arbitrio e violência a política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista que esteve na origem do fracasso dos três governos que o antecederam.

No plano social a perspectiva resultante da política do governo Mota Pinto é o agravamento do custo de vida, o aumento do desemprego e do subemprego, em particular dos jovens, e o avolumar do fardo da crise sobre os ombros dos trabalhadores.

No «programa» do governo nenhuma medida séria se encara para reduzir a taxa da inflação, que se prevê superior a 25%. É significativa da política inflacionária do governo a tentativa de justificar os agravamentos futuros do custo de vida dos trabalhadores e do povo em geral com o aumento do preço do petróleo decidido recentemente pela OPEP. Sem dúvida que o aumento do preço dos combustíveis irá agravar as condições de vida nos países capitalistas, irá ainda favorecer as especulações no mercado monetário internacional, alimentadas pela desvalorização forçada do dólar.

A economia portuguesa colocada pelos últimos governos na maior dependência dos interesses dos grandes monopólios multinacionais, não poderá deixar de ser afectada pelas consequências da crise

geral do sistema capitalista. Mas o aumento do preço do petróleo não pode ser o bode espiatório da Incuria governamental, não pode justificar o desprezo real que no «programa» e nas intenções já anunciadas para o Plano e o Orçamento Geral do Estado caracteriza a política social e económica do governo oficioso do PPD, dirigido por Mota Pinto.

Mais de 45 000 operários industriais trabalham sem receber salários, alguns há várias semanas e até meses. Dezenas de milhares de jovens engrassam dia-a-dia as bichas de pretendentes ao primeiro emprego e o governo não dá qualquer resposta a este gravíssimo problema da juventude.

Multiplicam-se os despejos de famílias inteiras de trabalhadores das suas pobres habitações apenas para satisfazer a ganância de ricos senhorios sem escrúpulos.

Nos campos do Alentejo prossegue com a mesma violência e total desprezo pela legalidade o esbulhamento das terras da Reforma Agrária, a política de destruição das UCP's por iniciativa da negregada equipa do MAP/CAP. Tiram-se terras, gados, máquinas, alfaias, para as dar a falsos reservatórios que imediatamente passam a patacos bens que lhes não pertencem; inventam-se mesmo reservatórios para justificar esbulhos e extorsões ilegais.

Além do crime social, o governo de Mota Pinto, por intermédio do MAP/CAP, comete autênticos crimes contra a economia nacional nos campos do Alentejo e do Ribatejo.



As crescentes imposições do FMI, as exigências para uma impossível integração na CEE, a negação de uma política de austeridade virada para a defesa do bem-estar dos trabalhadores, da economia e da independência nacional agravam todos os índices da nossa actividade económica e financeira. O Primeiro-Ministro adjunto para os negócios económicos expôs com realismo as chagas da situação mas nenhuma medida prática adequada se detecta na política de Mota Pinto para as sarar.

Na penumbra dos gabinetes urdem-se autênticos atentados contra as nacionalizações e para a reconstrução dos monopólios em Portugal.

O défice da Balança Comercial é superior a 120 milhões de contos; os grandes projectos industriais, agrícolas e de saneamento básico são pura e simplesmente vetados pelo FMI e o Banco Mundial de Investimentos ou postos no congelamento e na prateleira segundo os planos e interesses do imperialismo.

A rarefação e o aumento da taxa de juro torna impossível ou proibitivo o recurso ao crédito das pequenas e médias empresas e mesmo de um largo conjunto de actividades económicas portuguesas submetidas aos interesses tutelares do capital estrangeiro. Dezenas de milhares de pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais caem na falência ou estão à beira de falir.

O governo oficioso do PPD/PSD, gerido por Mota Pinto e apoiado pelo CDS, nenhuma perspectiva prática abre à solução dos graves problemas destas importantes camadas da população portuguesa.

Em contrapartida sabe-se que o governo prepara os mecanismos para criar ao tesouro nacional encargos de mais de 100 milhões de contos para os dar aos monopolistas e latifundiários expropriados pelas nacionalizações e pela Reforma Agrária.

Nas regiões das pequenas e médias explorações agrícolas milhares de rendeiros estão judicialmente ameaçados de despedimento pelos senhorios ricos ao abrigo da lei do arrendamento rural do PPD aprovada pelo CDS e pelo PS na Assembleia da República.

Filamente, o governo Mota Pinto favorece e executa estas injustas medidas.

Poderá eternizar-se à frente do país um tal governo de direita? Poderá admitir-se uma tal política até 1980?

Não. Com toda a segurança, com toda a certeza, dizemos que com este governo é impossível resolver os problemas que mais afligem o povo, não se encontrará solução para os grandes problemas nacionais, não se abrirá para a profunda crise que abala o país uma saída democrática e patriótica.

O governo oficioso do PPD/PSD dirigido por Mota Pinto e apoiado pelo CDS não chegará a 1980, cavará antes disso a sua própria sepultura política.



A saída das eleições gerais antecipadas deverá ser encarada como a mais viável para a crise actual.

As forças reacçãoárias e o próprio PS têm medo do voto popular. Fanhões é outro indicativo das profundas mudanças na influência política dos diversos partidos entre a população portuguesa. Cada vez mais o Povo português toma consciência de quem são os seus amigos e os seus inimigos, quem procura realmente solucionar os graves problemas nacionais e quem por detrás de uma fraseologia mentirosa ainda mais os agrava.

O recenseamento dos eleitores é uma tarefa política importante e imediata dos democratas portugueses — impedir que o regresso da lei eleitoral à Assembleia da República a transforme num instrumento do serviço da reacção é a outra tarefa que em importância política lhe corresponde.

Por outro lado é imperioso fazer frente à ofensiva contra a Constituição, que toma vulto entre as forças mais reacçãoárias. A ária da revisão constitucional é tocada em todos os tons com o objectivo de aturdir o Povo português e fazê-lo dar um passo político que seria desastroso para a democracia portuguesa.

As tentativas para impor o referendo como forma de revisão constitucional constituiriam, se obtivessem qualquer êxito, um autêntico golpe contra as instituições democráticas do país e contra o 25 de Abril.

As forças da extrema-direita, os elementos fascistas e pró-fascistas, enganam-se redondamente se pensam que chegou a hora de darem o golpe de misericórdia na democracia portuguesa. Cresce a unidade das massas populares, o movimento operário obtém vitórias significativas contra o divisionismo sindical, nas frentes de luta mais diversas toma corpo a indomável vontade dos trabalhadores e do povo de defender as conquistas e liberdades do 25 de Abril. As forças reacçãoárias cometeriam um grave erro de cálculo se tomassem os seus desejos por realidades.

Delegação do PCF em Portugal

Encontra-se desde a passada segunda-feira entre nós uma delegação do Comité Central do Partido Comunista Francês, dirigida por Maxime Gremetz, membro do Bureau Político do CC. Integram ainda a delegação Jean Garcia, membro do CC e primeiro Secretário da Federação de Seine-St. Denis do PCF, Francette Lazard, membro do CC e chefe de Redacção-Adjunto do jornal «L'Humanité» e Roger Trugnan, membro da Secção de Política Externa do CC.

No decorrer dos primeiros dias em Portugal, os camaradas franceses — que se deslocaram ao nosso país a convite do CC do PCP — tiveram um encontro com uma delegação do nosso Partido, dirigida pelo camarada Álvaro Cunhal, e que incluía também os camaradas Blanqui Teixeira, da Comissão Política, e Albano Nunes, do CC e responsável da Secção



As delegações dos dois partidos no decorrer do encontro no CT da Rua Soeiro Pereira Gomes

Internacional do CC.

A delegação do PCF visitou já a Petrolal e deslocou-se a Alpiarça, onde tomou contacto directo com a Reforma Agrária, nomeadamente através de uma visita

à Cooperativa do Mouchão do Inglês.

Antontem, os camaradas franceses estiveram na Redacção do «Avante!», onde foram recebidos pelas camaradas Dias Lourenço,

Ruben de Carvalho e Fernando Correia, respectivamente director, chefe de redacção e subchefe de redacção do órgão central do PCP. A visita termina amanhã.

Comunicado conjunto PCP-PCR

A convite do Comité Central do Partido Comunista Português visitou Portugal, de 9 a 16 de Dezembro, uma delegação do Comité Central do Partido Comunista Francês dirigida por Virgil Cazacu, membro do Comité Político Executivo e Secretário do Comité Central, e de que faziam também parte Aurel Neguciu, Secretário do Comité Distrital de Cluj do PCR e Ioan Dan Stefan, membro da Secção de Relações Exteriores do CC do PCR.

Esta delegação teve conversações com uma delegação do Comité Central do Partido Comunista Português dirigida por Álvaro Cunhal, Secretário Geral do PCP, e de que faziam parte Sérgio Vilarigues, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC, Albano Nunes, membro do CC e responsável da Secção Internacional, e António Abreu, membro suplente do CC.

Durante as conversações, realizadas no espírito das tradicionais relações de amizade e solidariedade existentes entre o PCP e o PCR, foi dada uma informação recíproca sobre a situação nos dois países e a actividade dos respectivos partidos. Foram também abordadas questões da actualidade internacional e do movimento comunista e operário internacional.

A delegação do PCP manifestou o seu apreço pelos êxitos alcançados na edificação da sociedade socialista multilateralmente desenvolvida na Roménia e pela acção do PCR dirigida para a promoção do bem-estar material e espiritual do povo romeno.

Evocando a solidariedade manifestada pelo PCR e pelo povo romeno para com o povo português, a delegação do PCP

endereçou ao CC do PCR e ao seu Secretário Geral, camarada Nicolae Ceaucescu, as saudações fraternais dos comunistas portugueses.

A delegação do PCR reafirmou a solidariedade de actuar de todo o povo romeno para com a actividade do PCP, assim como das outras forças progressistas, democráticas e patrióticas de Portugal, pela defesa e consolidação das conquistas revolucionárias e o avanço do povo português pela via aberta pelo 25 de Abril e consagrada na Constituição da República Portuguesa, de acordo com as suas aspirações vitais e a sua vontade de liberdade, independência, democracia e progresso social.

No que diz respeito à situação na Europa, as delegações dos dois partidos sublinharam a necessidade de actuar invariavelmente pela aplicação das conclusões da Acta Final de Helsinque, pelo desarmamento, a segurança e a cooperação ho continente europeu.

Pondo em relevo a importância da viragem operada nos últimos anos na situação internacional, no sentido do desarmamento e da cooperação, como resultado dos esforços persistentes dos países socialistas e da luta das forças democráticas e progressistas de todo o mundo, ambas as delegações se pronunciaram em defesa da Paz, pelo fim da corrida aos armamentos, por medidas concretas no sentido do desarmamento geral e em primeiro lugar o nuclear, pela liquidação do subdesenvolvimento, por uma nova ordem económica internacional.

As duas delegações pronunciaram-se por uma solução política da crise no Médio Oriente com base nas Resoluções da ONU, da retirada de Israel de todos os territórios árabes ocupados desde 1967, do respeito pelos legítimos direitos nacionais do povo palestino, incluindo o direito à construção do seu próprio Estado, da garantia do direito de todos os países e povos desta região ao desenvolvimento independente e à segurança.

Manifestaram o seu apoio para com a luta dos povos da Namíbia, Zimbábwé e África do Sul, pela independência nacional, contra o racismo e o apartheid. Solidarizaram-se com os povos que optaram por um desenvolvimento orientado para o socialismo, como Angola, Moçambique, Etiópia e outros e com a sua luta contra as provocações do racismo e do imperialismo.

Durante as conversações, foi expressa a solidariedade e apoio do PCP e do PCR aos povos e movimentos que lutam pela independência nacional, contra o imperialismo, o racismo, o colonialismo e o racismo, pela democracia, o progresso social e a paz.

Durante as conversações as duas delegações reafirmaram a decisão dos seus partidos de contribuir por todos os meios para o fortalecimento da unidade do movimento comunista e operário internacional, na base dos princípios do marxismo-leninismo e da solidariedade internacionalista, da igualdade de direitos, do respeito pela independência de cada partido, do direito de elaborar e realizar a sua própria linha política, tática e estratégica em conformidade com as condições e realidades concretas em que actuam.

Ao mesmo tempo ambas as delegações sublinharam a importância do fortalecimento da

cooperação e solidariedade entre todas as forças democráticas e anti-imperialistas na luta comum pela paz, a independência nacional, a democracia e o socialismo.

Ambas as delegações manifestaram a sua vontade de continuar a contribuir para o desenvolvimento das relações de amizade e cooperação entre o povo português e o povo romeno, entre Portugal e a Roménia, no interesse dos dois povos e países.

Durante a sua estadia a delegação do CC do PCR tomou contacto directo com a actividade do PCP com a realidade portuguesa, sendo nomeadamente recebida e tendo encontros com a redacção do «Avante!», as Direcções Regionais do Alentejo e Setúbal, Comité Local de Lisboa e camaradas do organismo de trabalho camponês da DORL em Torres Vedras, visitando a UCP «1.º de Maio» em Aviz e as empresas Mague e Setenave. No Barreiro, a delegação do CC do PCR encontrou-se com a Comissão Conciliadora do PCP e participou num convívio de amizade em que usaram da palavra Virgil Cazacu e Jaime Serra, membro da Comissão Política do CC do PCP.

As conversações realizadas decorreram em tom amistoso e fraternal, contribuindo para um melhor conhecimento e entendimento recíprocos. A visita da delegação do PCR a Portugal constituiu uma nova contribuição para o fortalecimento das relações de amizade, cooperação e solidariedade existentes entre o Partido Comunista Francês e o Partido Comunista Português.

Lisboa, 16 de Dezembro de 1978.

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes - Lisboa-4. Tel. 768345.

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL, Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º - Lisboa-1. Tel. 769744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - Lisboa-4. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: CDL Central Distribuidora Livreira, SARL Central: Rua Pedro Nunes, 9-A - Lisboa-1. Tel. 769744/769751.

Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C - Lisboa-1. Tel. 769705.

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - Lisboa-2. Tel. 372238.

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 - Porto. Tel. 289338.

Casa de Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. - Porto. Tel. 310441.

Centro Distribuidor do Centro: Terrero da Erva, 6 - Coimbra. Tel. 28394.

Centro Distribuidor de Santarém: R. Pedro de Santarém, 41 - Santarém. Tel. 24564.

Centro Distribuidor de Setúbal: Rua de Angola, 29-A - Setúbal. Tel. 29493.

Centro Distribuidor do Alentejo: Alcaçova de Balsem, 13 - Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.ª de Dezembro, 23 - Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS: CDL Departamento de Venda Directa, Av. Santos Dumont, 50 - Lisboa-1. Tel. 763701.

PUBLICIDADE: Lisboa: R. Pedro Nunes, 9-A - Lisboa-1. Tel. 41787. Compacto e Impressão: Hesta Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - Amadora.

Tragem média do mês de Novembro: 76 600



O Governo e a situação da mulher

As mulheres portuguesas, especialmente as trabalhadoras, têm suportado durante o «preço» da política de direita desenvolvida nos últimos anos, com especial incidência no galopante aumento do custo de vida.

Que perspectivas se abrem a todas as mulheres portuguesas perante o Governo Mota Pinto e o programa que os partidos da direita fizeram passar na Assembleia da República, com a abstenção cúmplice dos deputados do PS?

Para a esmagadora maioria das mulheres tal programa, como acentua a deputada do PCP Alda Nogueira no decorrer dos debates, anuncia a continuação, se não a aceleração, da subida já vertiginosa do custo de vida.

A deputada do PCP, depois de ter recordado que o índice de preços tinha atingido no ano de 1977 os 30 por cento, sublinhou que, só nos primeiros dez meses deste ano, já tinha atingido os 22 por cento. E sublinhou:

Mas, mesmo sem estes números, as donas de casa deste país sabem que um quilo de carne de vaca que custava 100\$00 em 1975 custa hoje 220\$00; que o preço de um quilo de peixe subiu de 50\$00 para 100\$00 e muito mais; e que um quilo de frango que em 1975 custava 30\$00 custa hoje 80\$00. E assim por diante.

Depois de ter acentuado que as

despesas com a alimentação são as que «comem» a maior parte do dinheiro que as mulheres portuguesas têm para governar a casa, a deputada do PCP prosseguiu:

Ora o que se pode pensar de um «Programa» que aceita a inflação quase como uma fatalidade (que não é possível reduzir), ao mesmo tempo que não aponta uma só medida para combater as especulações e os vícios dos circuitos de distribuição que permitem tais especulações com os preços?

Contra a política que tem vindo a determinar esta grave situação, têm-se levantado por mais de uma vez as mulheres do país, de uma forma que Alda Nogueira qualificou como unitária, democrática e na base dos seus direitos constitucionais.

No que respeita às mulheres trabalhadoras — disse ainda a dado passo da sua intervenção a deputada do PCP — que vêm sendo com os últimos governos as vítimas número um do desemprego, tudo o que o «Programa» anuncia é a revisão da lei dos despedimentos, num contexto

que só faz prever maiores ameaças e perigos de desemprego para os trabalhadores em geral.

E, certamente em maior grau, para as mulheres trabalhadoras. E Alda Nogueira adiantou à Assembleia alguns números elucidativos: constituindo as mulheres um terço da população activa, e tendo elas representado em 1975 e 1976 um terço da população desempregada, passaram a constituir em 1977 metade da população que procura emprego!

Depois de ter acusado o grande patronato estrangeiro das multinacionais e grande parte do patronato nacional por esta situação, Alda Nogueira acentuou que isto foi possível, não em virtude do 25 de Abril, mas sim em virtude de uma prática política dos Governos que deram cobertura a tais actuações do patronato, permitindo-lhe impunemente violar leis (aprovadas nesta Assembleia) com o total desprezo dos mais elementares direitos dos trabalhadores.

Detendo-se ainda nas consequências da anunciada revisão da lei dos despedimentos,

diária de deputada comunista: Este Governo e os partidos desta Assembleia que o apoiam — PSD e CDS — assumem assim uma enorme responsabilidade pelo agravamento da situação da mulher trabalhadora. E prosseguiu: Por outro lado, o Primeiro-Ministro, ao ir buscar ao anterior Governo a equipa do MAP, cujo ataque desenfreado contra a Reforma Agrária tem atritado para o desemprego com milhares de trabalhadores das UCPs e Cooperativas, revela bem o propósito de o seu governo continuar no Alentejo a mesma política de atentados contra o direito ao trabalho das operárias agrícolas e camponesas alentejanas. A finalizar a sua intervenção, Alda Nogueira sublinharia: As mulheres portuguesas não esperam com o seu voto as forças democráticas de esquerda desta Assembleia para que estas mesmas forças e os deputados e partidos que aqui as representam aprovem um programa de direita, de recuperação capitalista, latifundista e imperialista acelerada, um programa em que mais miséria e mais desemprego seria o futuro reservado aos lares dos trabalhadores, às donas de casa e suas famílias.

A culpa não é do 25 de Abril

# Comício de amizade PCP-PCR

Na véspera do regresso ao seu país, a delegação romena que esteve em Portugal a convite do Comité Central do PCP participou num comício de amizade que levou ao pavilhão dos Ferrovários, no Barreiro, centenas de militantes e simpatizantes do Partido e outros trabalhadores, centenas de homens, mulheres e jovens que com a sua presença saudaram os camaradas romenos, vibrantemente aplaudidos ao longo da sessão.

O comício foi presidido pelo camarada Sérgio Vilarigues, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC, que tinha a seu lado a delegação romena, chefiada pelo camarada Virgil Cazacu, do Comité Político Executivo, Secretário do CC do PCR e Vice-Primeiro-Ministro do Governo da República Socialista da Roménia. Presenças também na mesa, por detrás da qual se erguia um pano vermelho com a inscrição «Viva a amizade PCP-PCR», os camaradas Jaime Serra, da Comissão Política do CC, Albano Nunes, do CC, José Teodósio, da DORS, e Apolónia Teixeira e Francisco Pinheiro, ambos da Comissão Concelhia do Barreiro do PCP.



Uma amizade que vem de muito antes do 25 de Abril

«Desejo expressar a satisfação do Partido Comunista Romeno pelas relações de amizade, solidariedade e colaboração estabelecidas entre os nossos partidos e para cujo desenvolvimento contribuíram de maneira importante as conversações entre os camaradas Nicolae Ceausescu e Álvaro Cunhal» — diria Virgil Cazacu no início do seu discurso, frequentemente interrompido por aplausos e palavras de ordem em apoio à amizade internacionalista. Mais adiante, afirmaria: «Estas relações começaram a desenvolver-se em condições duras, quando os comunistas portugueses se encontravam nas primeiras fileiras da luta contra a ditadura fascista. Elas têm agora uma base nova, no âmbito do desenvolvimento democrático de Portugal, processo em que o PCP ocupa um lugar destacado».

Depois de assegurar que os comunistas romenos e todos os trabalhadores da Roménia acompanham com vivo interesse e profundos sentimentos de solidariedade a actividade do PCP,

«na sua luta pela consolidação das liberdades democráticas e pelo desenvolvimento económico e social do país», o camarada Virgil Cazacu declarou: «Durante as conversações que tivemos com uma delegação do vosso Partido, chefiada pelo camarada Álvaro Cunhal, realizámos uma ampla troca de opiniões sobre problemas de interesse comum. Verificámos com especial satisfação que temos posições comuns ou muito próximas nos problemas debatidos, sobretudo no que diz respeito ao desenvolvimento das relações e da colaboração entre os nossos partidos e países e à decisão de contribuir para a realização da segurança no continente europeu e para a solução dos outros problemas internacionais».

No decorrer da sua intervenção, o dirigente romeno referiu-se ao desenvolvimento das relações entre a Roménia e Portugal, tendo afirmado: «Desejamos que no espírito do nosso Tratado de

Amizade e Colaboração se ampliem e diversifiquem continuamente as nossas relações no âmbito político, económico, técnico-científico, cultural e outros campos que possam corresponder aos interesses dos dois povos, à causa da paz, segurança, colaboração e progresso na Europa e no mundo».

O outro orador da sessão foi o camarada Jaime Serra, cuja intervenção seria igualmente aplaudida com grande entusiasmo.

Depois de transmitir as saudações mais calorosas e fraternais dos comunistas e dos trabalhadores do distrito de Setúbal à delegação romena, Jaime Serra sublinhou:

«Os comunistas portugueses, lutando durante quase meio século nas mais difíceis condições de clandestinidade, sob a ditadura fascista que oprimia, nosso povo, conhecem bem, pela sua própria experiência, o valor e o significado da solidariedade proletária

internacional. Patriotas consequentes, lutadores intransigentes na defesa dos interesses e da soberania nacional, amando ardentemente a sua pátria, pela qual muitos deram a própria vida, os comunistas portugueses são simultaneamente internacionalistas consequentes, ligados desde sempre pelo Partido na fidelidade aos princípios leninistas do internacionalismo proletário».

**Relações de fraternidade**

Nas condições de clandestinidade — prosseguiu o camarada Jaime Serra — «recebemos do PCR e do povo romeno inúmeras provas de luta do Partido, da classe operária e do povo português pelo derrubamento da ditadura fascista. A vida e a luta dos comunistas e do povo romeno inúmeras provas de amizade e solidariedade que constituíram um precioso auxílio à luta do Partido, da classe operária e do povo português pelo derrubamento da ditadura fascista. A vida e a luta dos comunistas e do povo romeno têm sido acompanhadas com grande interesse pelos comunistas portugueses. Por tudo isto, as relações entre o PCP e o PCR foram sempre relações de grande fraternidade dentro dos princípios do internacionalismo proletário e do respeito mútuo entre partidos irmãos».

Após uma análise detalhada aos principais pontos da actual situação política nacional, o camarada Jaime Serra terminou a sua intervenção, atentamente seguida por todo a assistência, declarando:

«Este comício de amizade encerra o programa da estadia em Portugal da delegação do PCR. Pelo nosso lado, sentimos a maior satisfação pela oportunidade que nos foi dada de receber os camaradas romenos no nosso distrito e com eles conversar e conviver tão fraternal e calorosamente. Estamos certos de que as conversações com o nosso CC, assim como as diversas visitas e contactos efectuados pelos camaradas romenos terão contribuído para um conhecimento mais profundo e actual da realidade da Revolução Portuguesa e das transformações democráticas operadas no nosso país com o 25 de Abril».

«A amizade e a solidariedade do PCR e do povo romeno, expressas uma vez mais ao nosso Partido e ao nosso povo através da visita dos camaradas romenos aqui presentes, é para nós um estímulo à continuação da nossa luta pela defesa e consolidação do regime democrático que abriu o caminho ao Portugal socialista que queremos construir».

Durante o comício, que viria a terminar com uma animada sessão de Canto Livre, foram oferecidas à delegação romena diversas recordações enviadas por organizações de trabalhadores nomeadamente da Quimigal e Equimetal.



Centenas de pessoas participaram no comício

# Quadros técnicos reunidos na Cova da Piedade

Integrado na preparação, que continua por todo o país, do Encontro de Quadros Técnicos que o PCP promoverá proximamente, realizou-se, organizado pela DORS, um Encontro Distrital, no passado dia 15 do corrente, na Cova da Piedade, contando com a participação de quadros técnicos das empresas Lisnave, Setenave, Quimigal, CP, EDP, Movauto, Arsenal, Siderurgia, SRN, Parry & Son, Tónus, União das Cooperativas Agrícolas e ainda

das autarquias de Almada, Barreiro e Seixal.

A mesa que presidiu aos trabalhos era constituída por Armando Teixeira, Carlos Alberto, Henrique Mateus, Joaquim Felícia, José Révész, da Comissão Distrital de Setúbal para o Encontro, José Cavaco, da DORS, e Fernando Bernardes e Pedro Serra do Executivo da Comissão Nacional para o Encontro de Quadros Técnicos.

Uma Ordem de Trabalhos de que constava a apresentação de relatórios sobre o trabalho

realizado e debates sobre «Prevenção e Segurança», «Quadros Técnicos nas Empresas» e «Quadros Técnicos nas Autarquias» proporcionou viva participação, tendo-se verificado um rico debate à volta dos temas relativos aos quadros técnicos nas empresas, que abordaram os problemas do associativismo dos QT, a contratação colectiva e as carreiras profissionais, a garantia e a estabilidade de emprego e ainda as funções dos quadros técnicos no controlo de gestão. Relativamente às autarquias,

embora fosse menor a participação, abordou-se o problema das carreiras, verificando-se que a falta de definição nesta matéria tem originado uma falta de incentivo, tanto no que se refere ao recrutamento como quanto a uma participação efectiva dos quadros técnicos na resolução dos problemas locais.

O Plenário concluiu ser necessária a continuação do aprofundamento dos trabalhos iniciados com vista à participação no Encontro Nacional.

# Mil trabalhadores em exaltante jornada de militância partidária

Trabalhadores e trabalhadoras de Pias e Vale de Vargo, realizaram, no sábado passado, numa exaltante jornada de militância, uma tarde de trabalho voluntário, oferecendo depois o seu salário para a Campanha dos 500 contos que a Comissão Distrital de Beja tem vindo a promover e que encerra no final do ano.

Esta valorosa iniciativa — diz o comunicado da Comissão Concelhia de Serpa do PCP, saudando calorosamente os que a levaram a cabo — contou com a presença de 700 trabalhadores e trabalhadoras em Pias e 350 em Vale de Vargo, e permitiu, para além da

realização de importantes trabalhos nas vinhas e nos lagares, o apanho de 18 100 quilos de azeitona galega em Pias e 7420 em Vale de Vargo, tendo sido angariado para o PCP a quantia de mais de uma centena de contos.

Com esta grande realização demonstraram os trabalhadores estarem bem conscientes de que, ao fortalecer o seu Partido estão a contribuir decisivamente para o reforço da democracia no nosso país assim como para a defesa revolucionária das grandes conquistas de Abril, nomeadamente a Reforma Agrária!

# Dias Coelho evocado em Alcântara

Há 17 anos calu aqui varado pelas balas assassinas dos bandoleiros da Pide um comunista e patriota, digno filho do Povo português e herói do nosso Partido — evocou o camarada António Dias Lourenço, numa breve intervenção proferida em Alcântara, na rua que hoje tem o nome do militante comunista assassinado. O director do «Avante!» falava, na terça-feira passada, a cerca de duas centenas de pessoas que ali se reuniram e entre as quais se encontravam a camarada Margarida Tengarinha, do Comité Central, e familiares de Dias Coelho.

O inimigo que ceifou a vida preciosa de Dias Coelho — disse ainda o dirigente comunista — foi derrotado em Abril de 74, mas não sofreu ainda a derrota definitiva. O fascismo levanta a cabeça, move de novo os seus tentáculos, tenta restabelecer na nossa Pátria a sua ditadura ter-

rorista. É preciso aqui dizer, aqui onde precisamente tombou Dias Coelho, que o inimigo fascista jamais conseguirá os seus intentos, que o Povo português jamais consentirá no regresso das forças que o infelicitaram durante quase meio século, que todos os esforços para repor no Poder os saudosistas do passado estão condenados à derrota.

E mais adiante: «O fascismo não tem outra força em Portugal senão a que lhe oferecem os recuos, as cedências e as capitulações de incoerentes democratas».

É preciso dizer aos novos arautos da repressão contra o povo que a sua causa está condenada à derrota, que as conquistas de Abril serão defendidas, que os sonhadores do fascismo jamais verão a realização dos seus sonhos.



«Os mortos não os deixamos para trás abandonados!»

Hoje aqui, onde Dias Coelho foi assassinado, podemos com segurança reafirmar um verso das nossas canções heróicas: «Os mortos não os deixamos para trás abandonados!» Os nossos mortos são bandeiras. Com elas infligiremos aos

Inimigos da democracia em Portugal derrotas definitivas.

Seguidamente à concentração, o camarada Dias Lourenço tomou parte numa sessão de esclarecimento sobre o fascismo, realizada no Centro de Trabalho de Alcântara do PCP.

# Delegação da UJCE entre nós

A convite da Comissão Central da UJC, deslocou-se a Portugal uma delegação da União da Juventude Comunista de Espanha (UJCE) que está a efectuar visitas a diversas zonas rurais.

A representação da UJCE é constituída pelos camaradas Juan Caballe, membro da CE da Juventude Comunista da Catalunha e do CC da UJCE para a Comissão Agrária Juvenil, e Juan Miguel Lopes, do Comité Federal da UJCE e responsável pelo trabalho do campo.

# A capitulação do PS criticada por Jorge Araújo

Numa altura em que a arrogância das forças reaccionárias é particularmente manifesta, procurando criar a convicção de que a direita está a avançar de forma imparável no nosso País, numa altura em que tanto se impunha uma afirmação de força e de unidade das forças democráticas, a Direcção do Partido Socialista deixou passar o Governo Mota Pinto-PPD — disse em Peniche o camarada Jorge Araújo, do Secretariado do Comité Central do PCP, durante o comício ali realizado no domingo pela organização local do Partido.

E o camarada continuou, falando perante as cerca de 600 pessoas que assistiram, nas instalações da lota.

Trata-se de uma verdadeira capitulação perante as forças que tudo têm feito para liquidar as conquistas da democracia portuguesa e que tudo têm feito e continuarão a fazer para liquidar o próprio PS. A actuação da Direcção do PS criou esta situação verdadeiramente singular: num país onde o povo vota à esquerda, onde o parlamento tem uma composição maioritária de esquerda, governam as forças minoritárias da direita.

Os trabalhadores socialistas

não poderão certamente compreender que a Direcção do próprio partido dê luz verde ao Governo Mota Pinto-PPD, não poderão compreender que se facilite o governo da casa a quem quer por-nos fora dela, isto é, que num regime democrático um partido democrático abra voluntariamente as portas a um governo avesso à democracia portuguesa e às suas conquistas.

Proseguindo a sua intervenção, o comício recordando a sua vivida experiência de encarceramento durante nove anos na fortaleza da vila, Jorge Araújo afirmou aos penichenses:

«É de crer, camaradas e amigos, que nas fileiras socialistas haja hoje grande desorientação e desolação perante a capitulação da Direcção do PS. Mas é preciso que os trabalhadores socialistas, os militantes e simpatizantes do PS, confiem na democracia, e considerem a unidade das forças democráticas como um factor decisivo para a defesa das conquistas de Abril. Como bem preciso seria que a Direcção do PS não negasse as realidades dos seus erros e se dispusesse

a compreender as dificuldades e perigos da situação e a aprender com a história.

O Governo Mota Pinto-PPD passou mas a crise política permanece. Com uma política contrária aos interesses do povo e da democracia, com uma base de apoio parlamentar minoritária, instável, golpista e ambicioso, este governo não resolverá nenhum dos problemas nacionais e o seu fracasso é previsível.

Neste quadro, o PCP coloca como solução para a crise política a realização de eleições antecipadas.

Durante o comício, que teve início às 21,30 horas, intervieram antes José António Amador, pescador, Amália, operária conservadora, referindo-se ambos a problemas locais, Carlos Mendonça, membro da Comissão Distrital de Leiria do PCP, que apelou à unidade de todos os democratas e, ainda, Moisés Calado, do Secretariado das UJC's de Portalegre, em viva intervenção na qual denunciou os graves atropelos à Reforma Agrária.

No final houve Canto Livre. Participaram os Pioneiros de Peniche, o «Cancioneiro» de Torres Novas, e Fernando Farinha.

# UJC: Campanha de Fundos aproxima-se da meta!

Aproxima-se do final a Campanha Nacional de Fundos promovida pela União da Juventude Comunista (UJC). No último controlo — a que já nos referimos em anterior edição — registava-se já mais de mil contos. A Campanha avança, pois, no caminho do êxito. Isto porque os militantes e simpatizantes da UJC não têm poucado esforços. A esta determinação tem-se também juntado o entusiasmo e a capacidade de iniciativa de largas centenas de jovens que, por todo o país, desenvolvem inúmeras acções de divulgação e propaganda da Campanha, acompanhadas pela realização de diversas iniciativas de carácter cultural, recreativo, desportivo

e político, promovidas pelas organizações da UJC.

«É já que se fala de iniciativas... Esta não é nova mas tem um significado novo na Campanha dos 1500 contos: os jovens trabalhadores, operários, empregados, pescadores e camponeses, ao contribuírem nesta altura do ano com um dia (ou parte) do seu salário para a Campanha (e são muitos os exemplos) estão a dar a esta grande iniciativa de massas da UJC um forte impulso e avanço, estão a reforçar a organização, estão a reafirmar o seu apoio firme à vanguarda revolucionária da juventude trabalhadora.

**Iniciativas**  
Muitas são as festas de fim de ano que a UJC e o Partido levam

a efeito por todo o país. Entretanto, no período de Natal a actividade está voltada para as crianças e para realização de iniciativas infantis. Na passada semana, decorreram grandes jornadas de convívio integradas na Campanha, especialmente no Norte. Em Fafe, uma iniciativa com mais de 500 pessoas. Registou-se ainda uma grande afluência ao Festival da Canção Juvenil de Braga. Também em S. João da Madeira o Festival da Canção Juvenil foi um sucesso, tendo mobilizado uma entusiástica participação da juventude local.

Até ao fim do ano estão programadas dezenas de pequenas e grandes iniciativas de apoio à Campanha.

# Encontro do PCP sobre desporto entrou na 2ª fase preparatória

A preparação do Encontro Nacional sobre cultura física e desporto promovido pelo PCP para 3 e 4 de Março de 1979 está agora na sua segunda fase, conforme prevê a metodologia e o calendário da iniciativa, aprovados na primeira reunião da Comissão Organizadora Nacional. Assim, na base das múltiplas contribuições das comissões de dinamização e apoio que estão formadas em praticamente todo o país, quer a nível distrital e local, quer ao nível de sectores de actividade profissional e de empresas, está em elaboração a proposta de documento global organizado por secções e por grandes temas comuns. Este trabalho, que decorrerá (o mais tardar) até 13 de Janeiro próximo, é da responsabilidade da Comissão de Redacção e dos grupos especializados, que funcionam junto da Comissão Executiva.

Para a concretização daquelas tarefas, as comissões de dinamização e apoio devem promover as reuniões necessárias, apelando à participação de todos os camaradas e amigos que têm vindo a colaborar nos trabalhos preparatórios da iniciativa e ainda aos que agora também se manifestem interessados. O envio de propostas de alteração deverá ser feito até 15 de Fevereiro, que é, aliás, a data limite para a concretização final do documento central do Encontro.

Entretanto, estão marcadas para os próximos dias várias reuniões preparatórias. No distrito de Lisboa, por exemplo, decorrerão as seguintes, para a discussão concelhia dos documentos de dinamização já distribuídos no próximo dia 28, às 21 e 30, no

Centro de Trabalho do Carregado, para os concelhos de Alenquer, Azambuja, Arruda dos Vinhos, Cadaval, Lourinhã e Sobral de Monte Agraço; no dia 29, também às 21 e 30, no CT de Torres Vedras, para os concelhos de Torres e Mafra.

**Sessão pública em Alfama**

Ainda no dia 29 terá lugar nas instalações do Centro de Trabalho de Alfama, em Lisboa, uma sessão integrada nos trabalhos de preparação e divulgação do Encontro, aberta à participação de todos os moradores daquele bairro.

Subordinadas ao tema genérico «Desporto», decorrerão várias iniciativas, designadamente apresentação de filmes e «slides», um colóquio, debates e poesia. A sessão inicia-se às 21 e 30. Estarão presentes camaradas do Executivo da Comissão Organizadora do Encontro.

# Actividades do Partido

● **Assembleia em Alcobaca** — A 1.ª Assembleia de Organização concelhia de Alcobaca do PCP realizou-se no passado dia 8 do corrente, tendo registado uma viva participação na discussão dos documentos a aprovar. Foram aceites 16 propostas destinadas a melhorar os relatórios. A Assembleia aprovou ainda o documento «As Tarefas da Nova Comissão Concelhia», que define as linhas de acção do Partido no concelho e que faz o levantamento das dificuldades mais sentidas. Aprovou também, por unanimidade e aclamação, uma moção de solidariedade para com os trabalhadores da Reforma Agrária. Foi eleita a nova Comissão Concelhia, tendo-se registado apenas uma abstenção. No final, mais de 300 delegados e convidados escutaram a intervenção proferida pelo camarada Joaquim Gomes, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central do Partido que falou sobre a situação política actual. Luísa Basto participou, a seguir, no Canto Livre que encerrou esta jornada em Alcobaca.

Concelhia de Alpiarça do PCP e as organizações locais da UJC e da UEC, levarão a efeito uma grandiosa festa de fim de ano em que se verificará também a participação dos Pioneiros. O Programa da Festa prevê uma corrida de São Silvestre, para todas as Idades, Teatro e Palhaços, Fados, Variedades, Balle e surpresas. O local da festa será a Sociedade Filarmonica Alpiarcense. Enquanto o programa definitivo não aparece, os camaradas lembram que será bom não esquecer o famel.

Trabalho de Belém do PCP, um almoço convívio em que participaram cerca de 100 camaradas e amigos e a que esteve presente a camarada Alda Nogueira, membro do Comité Central. Após o almoço, Alda Nogueira falou sobre a situação política actual.

● **Odivelas** — Feitas as contas no fim do mês passado, os camaradas de Odivelas registam que a Campanha dos 1200 contos para o novo Centro de Trabalho já conta com 367 353\$90! Para além das rubricas que incluem iniciativas já concretizadas anteriormente, verificam-se aumentos nas Rifas, que somam agora 203 390\$00; Listas de Fundos, 5435\$00; Diversos, 5 785\$00; Autocolantes, 23 092\$00; Bar-Organização de Mulheres, 3406\$00; Toalha de assinaturas, 14 040\$00; Metas, 34 255\$00. As obras, apesar de o fundamental estar praticamente concluído, continuam! Entretanto os camaradas salientam que é já hoje que se verifica o sortelo das rifas! Os talões que faltam devem ser imediatamente entregues à Organização de Odivelas!

● **Ainda Alpiarça** — No passado dia 15 de Dezembro, a comissão pró-Centro de Trabalho da respectiva organização concelhia do Partido promoveu um plenário de militantes, realizado na Casa do Povo. Cerca de 300 camaradas analisaram e discutiram o balanço das receitas e despesas apresentado pela Comissão. Actualmente os valores destinados à construção do novo Centro montam a 550 contos, dos quais 360 estão representados pela compra do terreno, já efectuada — 200 contos — e pela compra de ferro e tijolo — 160 contos. O total atingido foi obtido por donativos, em que avultam as contribuições de seareiros do melão, e por iniciativas diversas, algumas delas realizadas no próprio terreno onde se vai erguer o novo CT. O plenário decidiu prosseguir a recolha de dádivas e as iniciativas que serão distribuídas por todas as células, de forma a preencher os 12 meses do ano que aí vem.

● **Festa de Pioneiros em Faro** — O núcleo de Faro dos Pioneiros de Portugal realizou no passado domingo a sua festa de Natal.

No Centro de Trabalho de Faro, mais de 100 pessoas, na esmagadora maioria crianças, participaram num alegre convívio que incluiu teatro, jograis, canções totalmente interpretadas pelos pioneiros. Houve igualmente lanche na base de ofertas de militantes e simpatizantes e distribuição de brinquedos.

● **Ainda Nogueira em Belém** — Realizou-se no dia 17 do corrente, no Centro de

## Agenda

**Dia 21, Quinta-feira**  
Albufeira, às 21 horas, sessão de esclarecimento no Centro de Trabalho, com o camarada Carlos Durão, membro suplente do Comité Central. ● **Castro Marim**, às 21 horas, no Centro de Trabalho, reunião geral de militantes e simpatizantes.

**Dia 22, Sexta-feira**  
Olhão, às 21 e 30 horas, no Centro de Trabalho, reunião geral de militantes e simpatizantes.

# Camaradas falecidos

**CARLOS NOBRE** — Faleceu com 70 anos de idade, no passado dia 13 do corrente, o camarada Carlos Nobre, que actualmente pertencia à Célula do Centro Vila e Figueirinha, da Freguesia de Oeiras. Sapatário de profissão, este camarada ajudou a fundar, em 1933, a primeira célula do PCP em Oeiras, dedicando-se com energia às tarefas de distribuição do «Avante!» e da propaganda do Partido. Em 1945 foi eleito em representação dos operários para a Comissão Concelhia de Oeiras do MUD. Fez parte do Socorro Vermelho Internacional e, em 1974, continuou a lutar militando no PCP. No dia do seu funeral muitos

militantes e amigos estiveram presentes, assim como elementos da população, entre os quais era conhecido.

**EDUARDO MANUEL RODRIGUES** — Faleceu no passado dia 16, vítima de doença, o camarada Eduardo Manuel Rodrigues, de 45 anos, operário metalúrgico, membro da célula da EDP do PCP, do núcleo das Oficinas de Sacavém.

**FRANCISCO ANTÓNIO AFONSO** — Com 65 anos de idade faleceu em 13 do corrente o camarada Francisco António Afonso, que militava na Organização dos Professores Primários do Porto, do PCP, há mais de 20 anos.

## Avante! Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

# Semana

**13**  
Quarta-feira

O Executivo do MARN-Beiras decide desencadear um conjunto de acções dos rendeiros junto dos órgãos de soberania para que terminem os despejos e sejam aprovadas alterações na AR à Lei do Arrendamento Rural, nos artigos respeitantes a despedimentos. Regressa ao nosso país uma delegação do PCP, chefiada pelo camarada Carlos Costa, da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, que se deslocou à República Popular de Moçambique a convite da Frelimo. Cerca da 1 e 30 da madrugada de ontem um atentado bombista destrói as instalações da delegação de Felgueiras do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis do Distrito do Porto e Aveiro. A Comissão Organizadora da 3.ª Conferência da Reforma Agrária exige à RTP o exercício do direito de resposta, a propósito da leitura de uma nota oficiosa, através daquele órgão da Comunicação Social, por um representante do MAP. O Conselho da Revolução anuncia que a Lei Eleitoral foi declarada inconstitucional. Na região de Aveiro violentos temporais, com o mar ultrapassando muito os limites normais da costa, provocam grandes prejuízos e põem em perigo muitas habitações. O Movimento Unitário dos Reformados, Pensionistas e Idosos (MURPI) entrega a diversos órgãos de soberania um Caderno Reivindicativo relativo ao aumento de pensões, a partir de 1 de Janeiro do próximo ano. O deputado socialista Manuel da Costa, ex-governador civil de Évora, afirma durante uma sessão do apoio à Reforma Agrária que, "se a Lei das Bases da Reforma Agrária não serve, temos de elaborar outra".

**14**  
Quinta-feira

O matutino "o diário" denuncia que ex-latifundiários do Alentejo e Ribatejo, apresentados com terrenos de UCP's, estão a contrabandear o gado — criado e multiplicado pelos trabalhadores agrícolas e que lhes é oferecido de mão beijada pela actual equipa do MAP — através da raia seca do distrito de Viana do Castelo. Cerca de 2500 pessoas da freguesia do Couço manifestam-se contra a entrega de uma reserva na UCP Montinho do Sorraia, que destrói completamente aquela Unidade. O ministro das Finanças suspende as negociações para a venda da "Alco-Argodeira Comercial e Industrial", que os antigos monopolistas Mellos pretendiam comprar ao Banco Português do Atlântico (BPA). A JSD rejeita a formação de uma "frente eleitoral não marxista e democrática" que lhe fora proposta pela JC para funcionar nas eleições para os órgãos representativos dos estudantes universitários. A Comissão Organizadora da 3.ª Conferência da Reforma Agrária divulga um documento que corresponde ponto por ponto à nota oficiosa que o MAP fabricou no passado dia 11, desafiando-o para um debate público, ao mesmo tempo que denuncia que a RTP recusou à Comissão Organizadora o exercício de direito de resposta solicitado depois da leitura integral da nota do MAP na TV. O cargueiro panamiano "Tor Bay" naufraga na Foz do Douro, tendo sido salvos os seus seis tripulantes. Centenas de trabalhadores e habitantes de Felgueiras concentraram-se em frente da delegação do Sindicato Têxtil protestando contra o atentado bombista que, no passado dia 12, destruiu aquelas instalações sindicais. Uma representação do grupo parlamentar do PCP deslocou-se a Peniche para contactar com cidadãos ligados aos trabalhos do mar e às autarquias.

**15**  
Sexta-feira

O presidente do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS) revela que neste momento 80 000 empresas devem, globalmente, à Previdência, cerca de 25 milhões de contos. O "Sindicato" dos Professores da Grande Lisboa pede a revogação do "numerus clausus" nos Ramos Educativos. A "Luta" ("L"), unitária, vence as eleições para os corpos gerentes do Sindicato dos Telefonistas do Norte, desafiando a direcção cessante (que concorreu através da lista "A") a qual, contra a vontade da classe, fazia parte da "comissão instaladora" da chamada UGT. O Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas anuncia o começo do processo de verticalização sindical no sector, o que tem por principal objectivo o reforço da unidade e organização dos trabalhadores da EDP-Electricidade de Portugal. A UCP "A Luta é de Todos" é notificada para entregar três reservas no princípio da próxima semana, correspondentes a 213 345 pontos, desconhecendo-se (o documento não indica) se existem ou não despachos relativos a tais reservas.

**16**  
Sábado

O grupo parlamentar do PCP, em carta enviada ao Conselho de Administração da RTP, protesta pelo inopinado aumento de tempo de antena de que o governo gozou relativamente ao debate realizado na Assembleia da República. Rajadas de vento em todo o Norte do País, a quase 120 km/hora, provocam destruições em todo o litoral. Testemunhando a sua total desconfinância ao IV Governo Constitucional, a CGTP-IN, reunida em Plenário, decide actualizar o caderno reivindicativo do Movimento Sindical e exorta os trabalhadores a prosseguirem, com serenidade e firmeza, a luta pela satisfação dos seus mais sentidos anseios. A AM de Braga aprova o Plano de actividades para 1979 e condena, em moção, a política do MAP em relação à Reforma Agrária. Regressa de Sófia, onde participou num colóquio sobre Socialismo, o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP.

**17**  
Domingo

A Aliança Povo Unido (APU) vence as eleições suplementares para a Assembleia de freguesia de Fanhões com um total de 549 votos (46,7%), tendo o PS ficado em 2.º lugar com 471 votos (40,0%) e em último o PPD com 131 votos (11,1%). Listas unitárias vencem as eleições para os Corpos Gerentes do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e dos Escritórios de Leiria e do Sindicato dos Pescadores da Póvoa de Varzim; as anteriores direcções de ambos os sindicatos encontravam-se ligadas à chamada UGT. Com a presença do Presidente da República, é inaugurada na Avenida da Liberdade, em Lisboa, uma estátua de Simón Bolívar, oferta da comunidade portuguesa na Venezuela.

**18**  
Segunda-feira

Consuma-se a libertação de Goa, Damão e Diu do jugo colonial do regime salazarista. O MAP entrega a herdeira da Asseelaira, em terras da UCP "A Luta é de Todos", no concelho de Mora. Chega ao nosso país, a convite do CC do PCP e para uma visita de quatro dias, uma delegação do Partido Comunista Francês chefiada pelo camarada Maxime Gremetz. No I Congresso dos Sindicatos de Hotelaria e Turismo, que ontem encerrou, no Estoril, após dois dias de trabalhos, são discutidos e aprovados os estatutos da Federação dos Sindicatos do sector e o seu programa de acção e eleita a nova Direcção.

**19**  
Terça-feira

Agentes da Pide assassinam numa rua de Alcântara, em pleno dia, o escultor e militante comunista, José Dias Coelho. A CGTP-IN lança os documentos-base que vão ser debatidos na 1.ª Conferência Nacional de Organização Sindical que a CGTP-IN vai organizar em 17 e 18 de Fevereiro próximo. Os jornalistas voltam a paralisar, durante duas horas, em luta pelo desbloqueamento das negociações para a revisão do seu contrato colectivo de trabalho. Um comunicado da Comissão Central de Trabalhadores da PETROGAL alerta que há riscos de ruptura económica da empresa caso o Estado não intervenha.

# Os Comunistas na Assembleia da República

## Reforma da justiça administrativa e Serviço Nacional de Saúde em foco

Duas iniciativas legislativas de grande importância foram apresentadas na sessão da passada terça-feira à Assembleia da República: um conjunto de quatro projectos de lei da autoria do Grupo Parlamentar do PCP sobre a reforma da justiça administrativa, e o projecto de lei das bases gerais do Serviço Nacional de Saúde, da autoria de deputados do PS, entre os quais o ex-ministro António Amais, a quem coube a apresentação desta última iniciativa.

Além destes dois temas, a Assembleia da República tomou conhecimento do veto apostado pelo Presidente da República ao Decreto-Lei 185/1 — Lei Eleitoral — em virtude do Conselho da Revolução o ter declarado inconstitucional, uma vez que os artigos 4.º, 5.º, n.º 1 alínea d), 81.º, n.º 2 e 79.º, n.º 2 a) violam dispositivos constitucionais.

Entretanto, logo no início do período da ordem do dia, a Assembleia apreciou um pedido de inquérito parlamentar solicitado pelo PS a calúnias recentemente lançadas pelo "Comércio do Porto" ao presidente do PS, o antifascista António Macedo. A discussão deste pedido coincidiu, aliás, com a paralisação de duas horas efectuada quase a 100% pelos jornalistas em serviço na Assembleia da República, cumprindo assim o calendário de luta estabelecido em assembleia-geral do Sindicato dos Jornalistas.

O jornal estatizado "Comércio do Porto" esteve entretanto em foco logo no início da sessão da passada terça-feira, quando o presidente Teófilo Carvalho dos Santos repudiou, com o aplauso unânime de toda a câmara, uma notícia inserta no referido diário em que, a propósito dos debates do programa do governo de Mota Pinto, se aproveitava para se caluniar a Assembleia da República.

Uma carta do Grupo Parlamentar do PCP foi igualmente lida no início da sessão, na qual se dava conta de um protesto e de um pedido de explicações públicas relativas à transmissão pela RTP de um resumo de 40 minutos da intervenção final de Mota Pinto no debate do programa de Governo, à revelia portanto do acordo estabelecido. Nesse

protesto, salienta o Grupo Parlamentar do PCP que a utilização por parte do Governo sem qualquer aviso prévio de um período que alargou em cerca de quarenta minutos o tempo de antena que tinha sido acordado constitui mais um exemplo flagrante da sua política em relação aos órgãos de comunicação social do Estado e representa o incumprimento por parte do Governo dos compromissos que assumiu.

Na apresentação dos quatro projectos de lei que visam a reforma da justiça administrativa e aos quais já nos referimos antes da discussão do Programa do Governo, o deputado comunista Vital Moreira acentuou que os quatro diplomas visam, cada um no seu campo, contribuir para garantir a legalidade administrativa e reforçar os meios de defesa dos cidadãos e, por essa via, contribuir para reforçar a legalidade democrática e o Estado-de-direito democrático.

A apresentação das bases gerais do Serviço Nacional de Saúde mostrou bem a alegria

## O 30.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem

A Assembleia da República assinalou, com uma sessão especial, que teve lugar no passado dia 13, o 30.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem, no decorrer da qual usaram da palavra representantes dos cinco partidos com assento na AR e o respectivo presidente, Teófilo Carvalho dos Santos.

A sessão, que teve lugar no dia imediatamente seguinte ao da passagem do governo direitista de Mota Pinto, incluiu-se com a intervenção do Presidente da AR que, depois de enquadrar a adopção pela ONU da Declaração Universal dos Direitos do Homem — que considerou fazerem já parte do património moral da humanidade — acentuou que o tema era, para os portugueses, um tema caro, em virtude de se ter vivido em Portugal longamente privados desses direitos comumente aceites pela comunidade internacional. E acentuou, a determinado passo, Teófilo Carvalho dos Santos:

**Só quem conheceu a ditadura poderá compreender este sentimento. Mas o povo português compreende-o. Quarenta e oito foram os anos em que estivemos submetidos a um estado que, não só violava os direitos do homem, como fazia assentar o seu domínio no carácter sistemático e institucional dessa violação. Um estado que assentava na miséria e no analfabetismo; no degredo e na prisão para os inconformistas que ousavam exprimir-se livremente; no extermínio organizado no Tarrafal; no assassinato político premeditado de Humberto Delgado, Dias Coelho e tantos outros; na censura à comunicação social; na desconfiança perante a educação e o ensino; no sindicalismo fantoche e colaboracionista do corporativismo; na repressão político-administrativa sistemática.**

Mais adiante, sublinhou ainda o Presidente da AR: **O 25 de Abril depois em nossas mãos a possibilidade de recuperarmos para este país os Direitos do Homem. A Constituição de 1976, ao consagrá-los com largueza e até alguma audácia, revela bem que não desperdiçamos a oportunidade de o fazer.**

No decorrer da sessão especial, à qual assistiram representantes do corpo diplomático acreditado em Lisboa, usou da palavra, em nome do Grupo Parlamentar do PCP, o deputado Vital Moreira (Vide Intervenções).

## Intervenções «Celebrar os Direitos do Homem é celebrar o 25 de Abril e a Constituição»

(...) Os trinta anos da Declaração Universal das Nações Unidas assistiam a profundas transformações do Universo: o movimento de libertação dos povos pôs fim, quase integralmente, à dominação colonial — fazendo multiplicar o número de membros da comunidade internacional; o campo socialista alargou-se; o fascismo foi varrido da Europa; o movimento operário e popular ganhou novas conquistas económicas e sociais na generalidade dos países.

(...) Foi a revolução libertadora do 25 de Abril que restaurou as liberdades civis e políticas e abriu o caminho — através de profundas transformações económicas, que destruíram o capitalismo

monopolista — à luta pelos direitos económicos, sociais e culturais.

(...) Eis o que toma evidente uma conclusão: em Portugal celebrar a Declaração Universal dos Direitos do Homem é celebrar o 25 de Abril e a Constituição da República. Defender e promover os direitos do homem aqueles que só é inseparável da defesa e da promoção dos ideais do 25 de Abril e da sua expressão na Constituição da República.

(...) Quando hoje em Portugal vemos angrirem-se em mais cielos amantes dos direitos do homem aqueles que só os descobrimos em 26 de Abril e que durante o fascismo se mantiveram no mais conivente silêncio ou na

manifestação da sua solidariedade internacionalista para com o martirizado e corajoso povo do Uruguai. Ao fazê-lo, apela para que as nossas vozes se juntem as dos que, brapo com brapo, lutam conosco pelo fim das torturas, pelo fim do fascismo, pelo fim da repressão. Todos os democratas que sofrerem como nós o terror da ditadura fascista no nosso país sabem bem o significado deste apelo mas, simultaneamente, sabem de certeza que o povo do Uruguai vencerá. (Fernanda Patrício, em 19-12-78).

A reforma da justiça administrativa

(...) Desde o 25 de Abril

# Deputados comunistas em jornada visitam Peniche, ouvem trabalhadores aprofundam os problemas

Aproximamo-nos de Peniche, pela estrada má e curvilínea, quando já nos chegamos ao ar marítimo e o cheiro a peixe, e a visão do mar movido e inquieto de quinta-feira passada, debaixo de um céu carregado e ventoso onde esvoaçavam gaivotas, e a visão, ao fundo, da proa que é o forte avançando sobre a água que estala. A aproximação dessa vila carregada de memórias desperta-nos, aos visitantes que somos, duas ideias: entramos numa vila de trabalho, entramos numa vila marcada pela memória da resistência.

de conserva, preparavam um embarque, das suas mãos ia provavelmente sair o dinheiro do salário do mês, talvez o subsídio... — A ver vamos... — disse uma operária, enquanto demorados se intrometiam da situação que elas viviam. Situação dramática para muitas das mulheres ali presentes. Uma delas referiu-se aos 6 filhos e ao homem doente que dependiam dos magros seis mil escudos que não estavam certos no fim do mês.

A atmosfera era de grande tensão. As trabalhadoras sabiam que a empresa pode vir a ser desintervencionada, e o administrador foi demitido já pelo Governo, que o crédito — tão abundante para a «empresa privada» — não existe ou é de tal modo condicionado e taxado que não permite o desenvolvimento e a estabilidade nem da empresa nem do trabalho. Avolumam-se as suspeitas de que o patrão do antigamente pretende voltar à empresa que entretanto foi remodelada e modernizada. Para lhe pegar ou para transformá-la num projecto turístico.

Isto sabem ou suspeitam todas. Mas a tensão que reina enquanto os deputados vão trocando algumas palavras com elas, procede do facto de que nem todas conhecem na realidade onde estão os seus verdadeiros interesses. E esboça-se mesmo uma certa agressividade nas palavras. Uma dizem que o patrão vai voltar para afundar tudo o que resultou do trabalho esforçado e que tem que se lutar para que isso seja impedido. Outras, olhando de ralance apenas as dificuldades actuais, opinam que a empresa intervencionada como está não obtém crédito, que talvez seja mesmo de permitir a desintervenção, palavras que recolhem o protesto da maioria.

Diálogos cruzados, os deputados escutando e esclarecendo, até que se fez ouvir o zumbido que anunciava o intervalo para almoço. E a grande

maioria das trabalhadoras — só uma ou duas saíram — prescindindo do parco tempo que dispunham, algumas agarrando crianças ao colo, ficaram cerca de meia-hora. Os deputados tinham vindo para ouvir. Mas também tinham vindo para lhes dizer algumas palavras.

Severiano Falcão denunciou as intenções de governantes e da banca que não financiam nem concedem créditos às intervencionadas, pressionando para que os patrões regressem como salvadores das empresas que os trabalhadores mantiveram, à custa de sacrifícios, a laborar. E, lembrando que os comunistas estavam ali para se inteirarem da realidade e para a denunciarem na Assembleia, indicou o caminho da unidade como a mais sólida garantia para os trabalhadores, quaisquer que sejam as suas ideias. Apela para que o sindicato seja apoiado. Elogio se ouviu dizer.

— Se não fosse o Sindicato nunca se recebia um tostão!

Depois da festa o desemprego

A camarada Ercília Talhadas salientou o significado do que une

dando, além de muitos outros, o exemplo de si próprio, que passou 15 anos no Forte de Peniche. A solidariedade do povo que recordava desses tempos negros, manifestava-se de novo ali, unindo as vozes antes controversas. E, à despedida, os braços sinceros das trabalhadoras envolveram os deputados do PCP.

Retomados em antiga prisão

O forte de Peniche viria a ser visitado depois de um almoço que reuniu os deputados e alguns camaradas da organização local do Partido. A antiga prisão, cujos recantos cheios de uma história que não é para esquecer, nos lembram a determinação com que alguns camaradas arrostraram com barbárie do fascismo, alguns conseguindo fugas que ainda hoje nos parecem incríveis actos de bravura, serve agora para albergar provisoriamente — e já lá vai mais de um ano — cerca de 500 pessoas, homens, mulheres e crianças, retomados das ex-colónias.

Bem recebidos por um responsável, os deputados comunistas inteiraram-se das



Um trabalhador da empresa de conservas «Júdice Fialho», de Peniche, explica aos deputados comunistas Severiano Falcão, Vitor Louro e Ercília Talhadas, o funcionamento de uma máquina. Só que, na realidade, ela está parada. Falta o peixe para a laboração normal desta fábrica.

# Os direitos dos trabalhadores na primeira linha das resoluções do Plenário da CGTP-IN

«Na situação actual é fundamental, o objectivo de forçar o patronato a cumprir a legislação em vigor e as convenções colectivas de trabalho, não só lutando contra todas as violações que foram cometidas, mas ainda exigindo aos órgãos do poder medidas que permitam melhorar e dar maior eficácia aos meios coercivos de realização dos direitos. Daí que seja indispensável melhorar o funcionamento da Inspeção do Trabalho e dos Tribunais do Trabalho», afirma o documento aprovado sob o título «Reivindicações dos Trabalhadores Portugueses» no Plenário da CGTP-IN, que aprovou novos quantitativos de salários mínimos, pensões de reforma, subsídios de desemprego, abono de família e outras reivindicações essenciais das classes trabalhadoras. O Plenário, que votou ainda uma importante resolução «visando o fortalecimento das relações e o estabelecimento de laços a todos os níveis com a CES», (Central Europeia de Sindicatos), apoiou a «justa reivindicação formulada pela 3.ª Conferência da Reforma Agrária», manifestou a sua total desconfiança no Governo Mota Pinto e condenou «a ofensiva reacção da Constituição», visando liquidar o regime democrático, os direitos e liberdades democráticas, as outras grandes conquistas da Revolução e reconstituir o poder monopolista».

Acerca dos direitos dos trabalhadores, o Plenário, que contou com a presença de 152 associações sindicais, incluindo 14 sindicatos não filiados, apresentou uma série de propostas concretas no que respeita à Inspeção de Trabalho, Comissões de Conciliação e Julgamento, Lei Orgânica dos Tribunais, Juizes Sociais, direito processual do trabalho, Tribunais do Trabalho e assistência judiciária.

### Juizes sociais

Neste capítulo, «o Movimento Sindical defende o alargamento da

conferência dos Juizes Sociais a todas as formas e espécies de processos, bem como a sua participação em toda a sua marcha. Entende ainda que os juizes sociais devem ser indigitados exclusiva ou predominantemente pelas associações sindicais, sendo de excluir a possibilidade de grupos de trabalhadores (n.º 2 do art.º 14.º do Decreto-Lei 156/78 de 30 de Junho) terem a facultade de designar tantos juizes sociais como as associações sindicais». Insistindo na obrigatoriedade de serem designados por eleições os candidatos a juizes sociais por

parte das associações de classe, o Plenário reclama ainda neste campo maior celeridade na nomeação dos juizes e a «não paralisação da administração da justiça sempre que os juizes sociais não sejam designados».

### Fim ao decreto dos 20 por cento

No capítulo da «contratação colectiva», que ocupa largo espaço da resolução aprovada, o Plenário advoga o fim da «política dos condicionamentos salariais com revogação de todos os limites às

actualizações de salários, prestações complementares da remuneração e outras prestações pecuniárias, impostas pelo DL 121/78 (decreto dos 20 por cento)». Perante o amplo boicote à revisão contratual, o Plenário reclama a «criação de mecanismos legais que permitam abreviar o mais possível a negociação, conclusão e publicação das revisões das tabelas salariais e outras cláusulas com expressão pecuniária, impedindo eficazmente o boicote do patronato e o alargamento para mais de 12 meses do tempo de vigência das cláusulas referentes a aquelas matérias». A resolução, que especifica as medidas mais importantes a adoptar urgentemente para esse efeito, designadamente a aplicação rigorosa das «sanções previstas na lei para o boicote do patronato à contratação colectiva», tem em vista, por outro lado, «a adequação do processo legal de contratação colectiva sobre a fixação de salários, remunerações complementares e outras prestações pecuniárias ao objectivo de defesa eficaz do poder de compra e dos salários efectivos».

Depois de analisar «a actual situação político-sindical no continente europeu», o Plenário da CGTP-IN manifestou a «plena consciência de que o combate a empreender a nível continental só poderá alcançar sucesso com o desenvolvimento de acções conjuntas em que participem activamente as organizações sindicais existentes» na Europa. Nesse sentido e tendo em conta a necessidade de «impedir que sejam os trabalhadores a pagar as consequências da crise resultante do sistema económico capitalista», de impedir que se agrave o desemprego, a inflação e o poder de compra, e de acabar com «a prática discriminatória contra os trabalhadores emigrados e todas as tentativas de os expulsar», o Plenário deliberou «reforçar a intervenção da CGTP-IN no âmbito do movimento sindical europeu, procurando contribuir para o aprofundamento da cooperação e da sua unidade» e «dar plena confiança ao Secretariado Nacional da CGTP-IN para que proceda a todas as diligências visando o fortalecimento das relações e o estabelecimento de laços a todos os níveis com a CES pela forma que considere necessária».



O movimento sindical unitário em defesa dos direitos dos trabalhadores

## Actualizações

Aprovado na generalidade, o documento intitulado «Reivindicações dos Trabalhadores Portugueses» fixa em 6000 escudos mensais o salário mínimo nacional para a indústria, comércio e serviços, a revidicar com efeitos a partir de 1.º de Janeiro próximo e para vigorar até ao fim do ano. No que respeita aos quantitativos dos salários mínimos da agricultura e do serviço doméstico, as importâncias constantes daquele documento ficaram dependentes de uma decisão conjunta a tomar pelos Sindicatos Interessados e pelo Secretariado da CGTP-IN. O abono de família é fixado em 35000 mensais e a pensão mínima de reforma (regime geral) em 3600 escudos. Os subsídios de desemprego sobem para 3900 e 5100 escudos para os

trabalhadores sem e com encargos familiares, respectivamente. O documento reivindica ainda a «continuação do direito de assistência médica e medicamentosa aos descendentes dos trabalhadores que concluíram os seus estudos e aguardam o primeiro emprego», bem como a redução da carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho. Quanto à política de preços, o documento reivindica a «manutenção em 1979 dos preços actuais dos produtos que constituem o cabaz de compras de 1978; manutenção em 1979 dos preços que vigoraram em 1978 relativamente a passagens sociais, água, electricidade e gás de consumo doméstico; inclusão no cabaz de compras dos bens e serviços seguintes: certas qualidades a determinar de peixe

fresco e refrigerado, carne de produção nacional, frutas sazonais, produtos hortícolas, medicamentos de mais consumo, peças de roupa e calçado de qualidades a determinar». No que respeita ao regime de preços, destacamos a revogação do decreto-lei que liberalizou o aumento dos preços e a «fixação de preços máximos para todos os produtos de amplo consumo popular que não sejam incluídos no cabaz de compras». O Plenário acentuou que os reajustamentos indicados «não prejudicam a plena manutenção de todas as restantes propostas e reivindicações». A luta «pela concretização das reivindicações aprovadas em 4 de Fevereiro de 1978 continua no centro da orientação do Movimento Sindical», sublinha o principal documento aprovado no Plenário.

## 17 eleições – 16 vitórias num mês de unidade

Desde 11 de Novembro findo, limite do balanço das eleições sindicais que publicámos no número do «Avante!» de 16 do mesmo mês, realizaram-se até 16 do corrente mais 13 eleições em Sindicatos e 4 para Comissões de Trabalhadores. Em Leiria (Comércio e Escritórios) e Porto (Telefonistas do Norte), foram batidas as direcções afectas à UGT, o projecto amarelo dos divisionistas. Nos 11 Sindicatos restantes e nas 4 CTs, as listas da unidade saíram vencedoras em 14 eleições. Perderam apenas, em favor da direita, nos Pescadores de Matosinhos. Além dos dois Sindicatos já mencionados, a unidade venceu na Função Pública (Zona Sul); Comércio de Colmbra; Comércio e Escritórios de Leiria; Agrícolas de Leiria; Construção Civil de Faro; Lanifícios da Guarda e Viseu; Lanifícios do Porto; Pescadores de Leiria; Trabalhadores de Espectáculos; Panificação de Viana do Castelo e Indústrias de Cerâmica dos Distritos de Aveiro, Viseu e Guarda. As

listas unitárias triunfaram em CTs da Lisnave, Caixa Nacional de Pensões, Carpintaria Mecânica da Lapa e Petrolgal (votação dos Estatutos da CT). Enquanto trabalhadores sindicalizados denunciaram o carácter antidemocrático dos referendos amarelos, através dos quais as direcções divisionistas procuram escapar ao debate e ao controlo dos associados, a maioria esmagadora e em crescimento constante continua a votar pelas direcções unitárias nas eleições para as estruturas organizativas dos trabalhadores nos Sindicatos e nas empresas. Sintoma nítido da recusa do divisionismo, as eleições sindicais têm sido desde o 25 de Abril uma resposta maciça e confiante na força da unidade e da organização encabeçada pela CGTP-IN, a Central unitária dos trabalhadores portugueses que, no Plenário do último sábado, subiu para 229 o total dos Sindicatos filiados com a adesão do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública da Zona Centro.

## Congresso sindical da hotelaria: unidade, organização e luta

Os Sindicatos portugueses da Hotelaria e Turismo reuniram em Congresso no último fim-de-semana. Unidos na Federação do sector e representados por cerca de quinhentos delegados, levaram a cabo uma iniciativa preparada durante dois meses com uma mobilização significativa que se concretizou em mais de 200 reuniões de discussão dos documentos apresentados no Congresso.

Unidade, luta e organização do sector estiveram no centro dos debates que terminaram com a eleição do Secretariado da Federação representativa de cerca de 73 mil trabalhadores sindicalizados. De acordo com os novos Estatutos, o Congresso passa a órgão deliberativo máximo da Federação. Os outros órgãos são o Plenário, o Secretariado e o Conselho Consultivo. O Programa de Acção, apresentado pela comissão nacional organizadora do Congresso, é um documento extenso e pormenorizado que traça as directivas da Federação e se subordina aos objectivos gerais de dinamização e desenvolvimento do sector, de melhoria das condições de vida e de trabalho e de luta pela unidade e reforço da organização sindical. Como sucedeu recentemente com os metalúrgicos e vai

acontecer com outros sectores, designadamente os químicos, que já marcaram o seu Congresso, esta iniciativa da Federação dos Sindicatos da Hotelaria e Turismo inscreve-se nas directivas aprovadas no Congresso de Todos os Sindicatos, em Janeiro de 1977, contribuindo, a par de outras realizações, para a próxima Conferência de Organização Sindical que a CGTP-IN anunciou para Fevereiro próximo. O Secretariado reeleito apresentou ao Congresso o relatório da Federação. Dele constam as lutas, as dificuldades e também os êxitos de um

organismo e de um sector onde o progresso da unidade e da melhoria das condições de vida e de trabalho tem sido notório por mérito da luta coesa dos trabalhadores. Mas muito há ainda a realizar. O relatório aponta nomeadamente a excessiva pulverização sindical do sector e a necessidade de descentralizar a actividade sindical para que não fiquem sem apoio os trabalhadores mais afastados dos centros urbanos. Com a direita instalada no Governo, com os ataques diários aos direitos e interesses mais elementares das classes

trabalhadoras, a realização deste Congresso (onde foram condenadas as medidas repressivas e a violência contra a Reforma Agrária, o divisionismo e o boicote à contratação colectiva) foi uma forte reafirmação de unidade e de organização ao serviço do movimento sindical unitário encabeçado pela CGTP-IN. De resto, Kallidás Barreto, em nome da Central, sublinharia no final dos trabalhos: «É necessário que reforçemos a nossa unidade sem a qual não haverá mobilização capaz, sem a qual não se conseguirá opor um obstáculo seguro aos nossos inimigos».



Congresso da hotelaria: um passo decisivo no sector

## Justiça e realismo nas lutas dos trabalhadores

A situação das centenas de milhares de trabalhadores em luta pelo desblocamento da contratação colectiva, a entrada em funções de um governo de direita e o aumento constante do custo de vida, agora agravado em perspectiva pela subida do preço do petróleo, não fazem prever a diminuição das várias lutas desencadeadas em defesa dos direitos mais elementares das classes trabalhadoras.

A contratação colectiva, a repressão nas empresas, os despedimentos, a má gestão, a falta de apoio da Banca, o ataque às liberdades sindicais e aos que as defendem nos locais de trabalho continuam a provocar situações de conflito que conduzem a processos de luta por incapacidade ou intransigência do patronato mais reacção perante as propostas de diálogo e negociação apresentadas pelas estruturas dos trabalhadores organizados.

Uma situação social instável convém aos inimigos da democracia. Provocada por eles, essa situação serve-lhes para tentarem justificar o aumento dos despedimentos, da repressão e da limitação das liberdades constitucionais. Com essas ameaças, que em muitos casos concretizam, querem levar os trabalhadores a abandonar os seus direitos, deixando de lutar por eles. Mas não conseguem, por esse processo, a «paz social» que dizem desejar.

O que se passa com a contratação colectiva dos jornalistas, Previdência, mineiros, gráficos, químicos e outros sectores e empresas, como a Lisnave e a Siderurgia Nacional, em luta por essa e outras reivindicações de base, prova bem que os trabalhadores organizados nas várias estruturas democráticas, a nível sindical e de empresa, confiam durante meses (e por vezes bem longos) na possibilidade de chegar a acordo sem recorrer a paralisações, greves e outras formas de luta em defesa dos seus direitos e interesses. Poderíamos citar centenas de exemplos de grande maturidade e consciência na condução de negociações, de abertura permanente e franca ao diálogo, de realismo e conhecimento perfeito das realidades dos vários sectores da economia nacional e das empresas em particular. E poderíamos citar também as dilacções, os boicotes, o muro de intransigências que organizações patronais, patrões isolados e grandes empresas, com a benevolência e por vezes o estímulo dos últimos governos, opõem à confiança e à vontade dos trabalhadores organizados que tentam levar a bom termo e sem conflitos graves a negociação de reivindicações quase sempre elementares e que dizem respeito, estritamente, à melhoria das suas condições de vida e de trabalho.

Mas a «paz social» dos patrões reacção e dos governos ao seu serviço é a ordem da exploração ao serviço do grande capital que inclusive se serve do pequeno capital para levar a água ao moinho da exploração e sobre-exploração dos trabalhadores, sem distinção, bem como dos pequenos e médios produtores e comerciantes.

A essa «paz social», que tenta falsear todos os dados de uma estabilidade económica capaz de servir à consolidação da democracia, opõe o Movimento Sindical e os trabalhadores organizados a justiça e o realismo das suas lutas, democraticamente decididas caso a caso, medindo o nível das suas reivindicações e contribuindo, afinal (com a negociação que desejamos sempre substituir ao conflito) para a estabilidade desejável à consolidação e progresso da via democrática a caminho do socialismo.

## Aprovado nos bancários o projecto divisionista

Em referendo, para fugir à discussão, os actuais corpos gerentes do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas conseguiram fazer aprovar o projecto de Estatutos que lhes convinha.

A tão decantada «democratização» dos «sindicatos democráticos» funcionou novamente contra a prática democrática. Ao ser aprovado, mercê da aliança PS/PPD, o denominado projecto AG acaba com as assembleias gerais, não permite o controlo democrático sobre a acção dos corpos gerentes e institui um suposto «congresso» que funcionará como órgão partidário.

### A oportunidade dos oportunistas

Pode afirmar-se que os oportunistas escolheram o momento oportuno para fazer aprovar uns Estatutos que

funcionário contra os interesses dos trabalhadores. Como afirmavam recentemente, elementos subscretores do projecto unitário, a violação dos Estatutos fez-se numa altura «de grande confusão em que a Assembleia Geral está suspensa, não se convocam as que estão requeridas pela classe» e a direcção do Sindicato tudo faz para protelar a resolução dos problemas para depois da votação com receio de ficar ainda mais desmascarada antes da mesma».

O projecto aprovado está conforme com a acção dos corpos gerentes que o apoiaram. Trata-se para eles de encobrir acções fraudulentas, já denunciadas publicamente por mais de uma vez.

### Que independência!

Esse mesmos corpos gerentes que se reclamam dos «princípios»

do «sindicalismo democrático», para fugir ao debate e ao controlo da classe convidavam, entretanto, o Ministério das Finanças para efectuar uma sindicância à gestão do Sindicato. Ao condenar esse procedimento, que identifica com a acção de corpos gerentes do tempo do fascismo, a Comissão Distrital de Delegados de Lisboa acusa a direcção dos Bancários de retrogradar aos tempos de antanho e de pretender, «em colaboração íntima com o Ministério das Finanças, resolver em família este problema ocultando aos bancários a verdade dos factos».

Foi a favor desta «independência» que votaram os defensores do projecto AG? Que nome merece uma acção que, em vez de prestar contas aos associados e defender-se perante eles das acusações que lhe são feitas, prefere requerer a ingerência de um organismo

governamental na vida do Sindicato?

### Uma cobertura

Para encobrir acções destas é que a direcção dos Bancários apoiou o projecto de Estatutos vencedor no referendo. A ofensiva do PPD na Banca nacionalizada, «com a clara cumplicidade de gestores, seus homens de mão, que actuam como mandatários dos antigos banqueiros», como sublinhava recentemente o Organismo dos Trabalhadores Bancários de Lisboa do PCP, pode agora contar com uns Estatutos sindicais que lhe facilitarão ainda melhor as medidas e atitudes repressivas contra o pessoal bancário, nomeadamente através de transferências abusivas e do afastamento de técnicos competentes dos seus postos de trabalho.

Mas o PPD não podia fazer aprovar sozinho o seu projecto de Estatutos. Por isso procurou e conseguiu a aliança com o PS. A direita pode congratular-se por ter arrastado trabalhadores bancários para uma cedência aos objectivos do PPD. Todavia, os resultados do referendo demonstraram novamente que «são as forças unitárias as que, de votação para votação, têm aumentado o seu apoio e que, por outro lado, são as forças de direita que vêm perdendo terreno». Esta realidade, sublinhada pelo Organismo dos Trabalhadores Bancários de Lisboa do PCP, leva-o a afirmar que essa aliança de direita, cuja factura a exemplo das anteriores será paga pelos socialistas, «não será suficiente para conseguir derrotar na Banca o progressivo aumento da corrente unitária, que dia a dia se alarga e fortalece, unindo cada vez mais e mais trabalhadores».

CIÊNCIAS ECONÓMICAS E SOCIAIS

O ESTADO E O DIREITO

N.A. Alexandrov

A teoria do aparecimento do Estado e do direito as funções do aparelho do Estado e da ordem jurídica nos sucessivos tipos históricos de Sociedade.

Uma abordagem global das várias formações socio-económicas, fazendo naturalmente incidir, em cada uma delas, a atenção do leitor sobre as questões do Estado e do direito.

Preço 250\$00

CD a distribuição

o estado e o direito

teoria geral marxista-leninista

Preço 250\$00

CD a distribuição

A REVOLUÇÃO LATINO-AMERICANA

Rodney Arismendi

# Lutas e Tarefas

- **Sindicatos espanhóis pela unidade** — A convite da CGTP-IN esteve recentemente em Lisboa uma delegação das Comissões Obreras, central sindical espanhola. Marcelino Camacho, que chefiava a delegação, ao referir-se ao objectivo da visita, destacou o estreitamento dos laços que já uniam as duas centrais. Sobre a unidade e o papel que desempenha na consolidação da democracia, o secretário-geral das Comissões Obreras dizia: «A unidade sindical dos trabalhadores é vital e constitui a força que resulta da união dos trabalhadores intelectuais e manuais, dos campos, das fábricas e do ensino. É preciso que esta força teórica se transforme em força prática, operativa, porque nós queremos transformar a sociedade e não interpretá-la. Para tanto é necessário existir consciência de classe, existir organização e unidade. A unidade é, portanto, um elemento vital sem o qual a classe operária perderá o seu peso». Camacho, que se solidarizou com a luta dos jornalistas em Portugal, subscreveu um comunicado conjunto com a CGTP-IN sublinhando o «clima fraterno» em que decorreu a visita e manifestando a dado passo a opinião de que, «a nível do nosso continente, a existência de uma organização sindical internacional como a CES (Central Europeia de Sindicatos) amplamente unitária e dinâmica, poderia ser um factor determinante para a solução dos problemas que se debatem os trabalhadores». Acerca do divisionismo, Camacho acrescentou: «Durante largos anos em Espanha, as Comissões Obreras desenvolveram uma grande luta contra o fascismo. Éramos a única força sindical. Depois, forças de fora e dentro, que não estão interessadas na defesa dos direitos dos trabalhadores, começaram a actuar. Mas nós, trabalha-
- **Salários em atraso** — Coincidindo com a hora do fecho do «Avante!», decorreu ontem em frente às instalações do Ministério do Trabalho uma concentração de trabalhadores com salários em atraso. A situação, que afecta mais de 40 mil trabalhadores só na região de Lisboa, determinou a criação de uma comissão especial para tratar desse assunto e mobilizar os trabalhadores.
- **Contra o amarelo na CGD** — O secretariado das Comissões de Trabalhadores Bancários, ao analisar o significado da criação notarial do paralelo na Caixa Geral de Depósitos, condena o carácter oportunista dessa atitude favorável aos objectivos da administração da CGD, que sempre se opôs à organização dos trabalhadores na empresa, «obstando sistematicamente à sua sindicalização (nos Bancários) o que só foi conseguido após duras lutas».
- **Atentado em Felgueiras** — Centenas de trabalhadores de Felgueiras, reclamando «medidas enérgicas das autoridades locais e dos órgãos do Poder que garantam as liberdades democráticas, incluindo a liberdade sindical, bem como a punição severa dos terroristas», manifestaram-se em frente da delegação do Sindicato Têxtil, destruída à bomba no passado dia 12. A Comissão Concelhia de Felgueiras do PCP, a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário de Portugal e outras organizações de trabalhadores protestaram contra o atentado e a violência fascista em geral apelando à solidariedade de todas as forças antifascistas. «As acções terroristas são fruto do desespero e do isolamento dos sectores mais reacçãoários» — afirma num comunicado a União dos Sindicatos do Porto.

Um aspecto da violência fascista contra o Sindicato em Felgueiras

# A CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO E DO COMUNISMO

• A conferência teórica realizada em Sófia reuniu representantes de 73 partidos comunistas e operários



Álvaro Cunhal com o camarada T. Jivkov

A Conferência Teórica Internacional que reuniu em Sófia, durante quatro dias — de 12 a 15 de Dezembro —, representantes de 73 partidos comunistas e operários dos cinco continentes, debruçou-se sobre o tema central «A Edificação do Socialismo e do Comunismo e o Desenvolvimento Mundial».

Organizada pelo Comité Central do Partido Comunista Búlgaro e pelo Conselho de Redacção da revista «Problemas da Paz e do Socialismo» a Conferência teve lugar na residência «Boyana». Para além das sessões plenárias, numa das quais interveio o camarada Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do Partido Comunista Português — que dirigia a representação do PCP da qual fez parte ainda o camarada Abolim Inglês, membro do CC —, reuniram três secções que abordaram as seguintes questões: «os países socialistas e o desenvolvimento

mundial»; «os países socialistas e a paz, o desarmamento e o desarmamento»; «os países socialistas e o processo revolucionário mundial».

Abriu os trabalhos da Conferência, e depois de saudar os participantes, o camarada Todor Jivkov, Primeiro-Secretário do Comité Central do PCB e Presidente do Conselho de Estado da República Popular da Bulgária, proferiu importante discurso referindo-se ao tema que ali os reuniu:

A edificação do socialismo e do comunismo e a evolução mundial, o novo regime social como realidade do mundo de hoje e de amanhã, tal é o tema do século, o problema dos problemas da nossa época. E isto é evidente não apenas para os comunistas, não apenas para as pessoas progressistas. Isto é evidente também para os nossos inimigos de classe.

Foi o socialismo real que esteve no centro destes quatro dias de debates, socialismo cujo exemplo nem sempre parece estar presente em alguns sectores das forças progressistas.

Revelou-se durante a Conferência a importância do conjunto dos países socialistas em todas as transformações do mundo contemporâneo, em que influem com o seu poder económico, político e militar, com a força do seu exemplo, com a solidariedade prestada aos trabalhadores dos outros países, com o seu papel na luta pela paz.

Para além do aprofundamento dos temas propostos aos participantes, tendo-se registado muitas intervenções, principalmente nas sessões plenárias, a Conferência constituiu importante contributo para a unidade dos partidos comunistas e das forças anti-imperialistas.

Uma das mais desta-

çadas intervenções foi a que proferiu o camarada Boris Ponomarev, «O Socialismo Real e o seu Alcance Internacional», o qual recordou, nomeadamente:

Há cerca de século e meio, todas as forças da velha Europa, desde o czar e Metetrich até aos radicais de França e aos polícias da Alemanha, uniam-se para perseguir um simples «espectro», o «espectro do comunismo». Forças muito mais numerosas defrontam o socialismo real dos nossos dias: são os grandes complexos militar-industriais, os padrões dos grandes meios de informação com todo o seu coro barulhento de servos devotos, e a CIA, e a OTAN com os seus Luns e Haig, e toda uma rede de comités, comissões e associações anticomunistas, e os regimes fascistas à moda de Pinochet e Smith, e os

esquerdistas com os seus terroristas, e os nacionalistas reaccionários. Fazem-lhes eco os renegados do socialismo, os «sábios» de toda a espécie e os detractores do marxismo-leninismo, manipulados por dezenas ou centenas de diversas «fundações» e outros centros ideológicos dos monopólios. A reacção imperialista tem agora por aliados os dirigentes de Pequim.

O socialismo de hoje já não tem nada de «espectro». Sabe não apenas defender-se, mas também recolher vitórias renovadas. Os seus êxitos, que interessam à classe operária e a todos os trabalhadores da terra, multiplicar-se-ão à medida que se vai consolidando a coesão e se eleva a consciência das forças que o constroem, o defendem e que lutam pela sua causa.

## • Visita de Álvaro Cunhal à RDA

No regresso de Sófia, o camarada Álvaro Cunhal deslocou-se a Berlim onde teve um encontro com o camarada Erich Honecker, secretário-geral do Partido Socialista Unificado da Alemanha. No final desta visita à RDA, foi divulgado o seguinte comunicado conjunto:

«O secretário-geral do Comité Central do Partido Socialista Unificado da Alemanha, Erich Honecker, recebeu, na sexta-feira, 15 de Dezembro, Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido Comunista Português, que chegara na parte da manhã para uma curta estadia na RDA.

«Durante a conversa que decorreu em espírito de amizade e total concordância, Álvaro Cunhal deu uma informação sobre a luta do povo português contra o agravamento das suas

condições de vida e em defesa das liberdades, das outras conquistas da Revolução de Abril, do regime democrático e da independência nacional. Referiu também os perseverantes esforços do PCP para a unidade dos trabalhadores e o entendimento e a acção comum das forças progressistas e patrióticas de Portugal.

«Erich Honecker expressou o alto valor que o PSUA atribui à luta consequente dos comunistas portugueses e acentuou a firme solidariedade da RDA para com as forças democráticas e patrióticas de Portugal.

«Relatou que o CC do PSUA elaborou na sua 9.ª Sessão Plenária as tarefas para o próximo ano, continuando a realizar a política interna e externa decidida pelo IX Congresso do Partido. O plano da



Álvaro Cunhal com o camarada E. Honecker. À esquerda, o camarada H. Axen

economia nacional de 1979 será o instrumento seguro para o contínuo aumento do rendimento nacional, constituindo um forte incentivo para as iniciativas

dos trabalhadores, em homenagem ao 30.º aniversário da RDA. Apesar da agudização do confronto internacional entre socialismo e imperialismo,

há razões para ser optimista. O PSUA e todo o povo da RDA empenhar-se-ão com todas as suas forças para alcançar novos sucessos no desenvolvimento da sociedade

socialista avançada e na luta pela paz. Erich Honecker saudou os resultados da Reunião de Moscovo do Comité Político-Consultivo dos Estados do Tratado de Varsóvia, como sendo uma significativa iniciativa de política mundial no interesse da paz, da suspensão da corrida aos armamentos e do desarmamento.

«Álvaro Cunhal sublinhou a importante contribuição dos países socialistas para a consolidação da paz e da segurança e o significado que, a esse respeito, tem a declaração da referida Reunião. Sublinhou ainda a necessidade de mobilizar todas as forças amantes da paz para afastar o perigo de uma nova guerra mundial e assegurar a paz e a segurança.

«Álvaro Cunhal expressou o alto apreço em que o PCP tem as realiza-

ções da RDA na construção da sociedade socialista.

«Os dois partidos consideram como aspiração máxima das forças amantes da paz a suspensão da corrida aos armamentos e a efectivação de medidas concretas para o desarmamento, vencendo a resistência dos círculos imperialistas mais agressivos, que actualmente são apoiados pela política chauvinista de grande potência dos dirigentes de Pequim.

Erich Honecker e Álvaro Cunhal acentuaram o crescente papel e a responsabilidade dos partidos comunistas na luta anti-imperialista comum, e a necessidade de acção comum com todas as forças democráticas e progressistas. Neste sentido,

o PSUA e o PCP continuam a empenhar-se na realização dos objectivos

de acção acordados na Conferência de Berlim dos Partidos Comunistas e Operários da Europa.

«Os secretários-gerais dos dois partidos expressaram a sua firme solidariedade para com os povos da África, Ásia e América Latina em luta pela liberdade, a independência nacional e o progresso social.»

«Erich Honecker e Álvaro Cunhal expressaram a sua grande satisfação pelo desenvolvimento fecundo da colaboração fraternal entre os dois partidos. Acordaram medidas para uma ainda maior aprofundamento neste sentido.

«Tomaram parte nas conversações por parte do PSUA, Hermann Axen, membro do Bureau Político e secretário do CC e Egon Winkelmann, membro do CC e chefe da Secção de Relações Internacionais do CC do PSUA.»

## • Uma contribuição para que se unam as forças da democracia, do socialismo e da paz

— Trata-se de uma contribuição para que se unam as forças que lutam em todo o mundo pela democracia, pela independência nacional, pelo socialismo, contra o imperialismo, as suas ameaças e uma evolução desfavorável que se poderia traduzir na situação mundial — foi com estas palavras que o secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, resumiu, à sua chegada a Lisboa, no passado sábado, os trabalhos da

Conferência Teórica Internacional sobre a edificação do socialismo e do comunismo e o desenvolvimento mundial, que teve lugar na passada semana em Sófia, capital da República Popular da Bulgária.

Álvaro Cunhal, que era aguardado no aeroporto de Lisboa por Jorge Araújo, membro do Secretariado do CC e Albano Nunes, membro do CC e responsável pela Secção Internacional do PCP,

e ainda pelos embaixadores em Lisboa da Bulgária e da RDA, acrescentou acerca desta iniciativa conjunta do Comité Central do Partido Comunista Búlgaro e da Revista «Problemas da Paz e do Socialismo»:

— Foi uma iniciativa destinada a que os partidos comunistas e operários e outras forças revolucionárias do mundo examinassem o problema do socialismo nos países socialistas, do socialismo tal como

existe. Foi uma afirmação do que significa o socialismo no mundo, do que significam as realizações do socialismo, em quatro aspectos fundamentais: um é o próprio peso que na transformação da situação mundial tem o facto de existir um sistema socialista, de existirem países que se libertaram da exploração capitalista; um outro é a força do exemplo, o facto de que as realizações que aí foram feitas, em benefício dos trabalhadores e dos povos, exercem uma grande influência e um grande estímulo nos trabalhadores dos outros países, que vêem uma perspectiva para a sua própria vida e para a sua própria luta; um outro ainda é a solidariedade desses países com todos os trabalhadores e povos do mundo; e, finalmente, é a contribuição que esses países dão para a paz mundial, para a defesa da paz mundial.

### A intervenção do PCP

Depois de ter referido que esta iniciativa não tinha sido, ao contrário do que certos órgãos de comunicação social de vários países especularam, uma conferência mundial de partidos comunistas e operários, mas um

simpósio, um grande colóquio, uma grande conferência sim, mas com objectivos limitados e que foram completamente alcançados, o secretário-geral do PCP referiu-se à sua própria intervenção nos trabalhos da Conferência:

— Pela nossa parte, abordámos vários problemas. Um, o próprio facto da importância do socialismo dentro das linhas gerais que citei; outro, o problema do que é universal nas experiências da construção do socialismo e nas revoluções socialistas, e o que é particular e original; outro, o problema da liberdade, da democracia e do socialismo, e até onde o exemplo português pode intervir para mostrar que a defesa da democracia política está ligada à defesa da democracia social e económica; e, finalmente, os problemas da unidade do movimento comunista e da teoria marxista-leninista.

Foram estes os problemas centrais da nossa intervenção — acentuou ainda o camarada Álvaro Cunhal — procurando que a par das considerações de ordem geral estivesse sempre presente a experiência do nosso próprio Partido e, até, da luta contra o fascismo

e da Revolução do 25 de Abril.

### O encontro com o camarada E. Honecker

No seu regresso de Sófia, o secretário-geral do PCP fez escala na capital da RDA, onde manteve um encontro com o primeiro-secretário do PSUA, camarada Erich Honecker. A propósito desse encontro, Álvaro Cunhal salientou: Foi um encontro em que se confirmaram as relações de fraternal amizade existentes entre os dois partidos.

Depois de ter sublinhado que se tinha tratado de uma visita muitíssimo breve, o secretário-geral do nosso Partido acentuou que tal visita tinha confirmado toda a solidariedade recíproca entre o PCP e o PSUA, as magníficas relações que existem entre o nosso povo e o povo da RDA.

Referindo uma vez mais que se tratava de uma confirmação da amizade e solidariedade recíproca entre o nosso Partido e o Partido Socialista Unificado da RDA, o secretário-geral do PCP disse que no encontro com o camarada Honecker houve a possibilidade de tomar conhecimento dos progressos e das realizações desse país socialista, e ao mesmo tempo dar também uma

informação do que se passa no nosso país.

### Um governo que vai falhar

O secretário-geral do PCP, respondendo a perguntas que lhe foram colocadas pelos jornalistas sobre o facto de a sua ida a Sófia ter coincidido com a passagem na Assembleia da República do Governo de Mota Pinto, acentuou:

— O nosso Partido tinha uma ideia de que aquilo que se ia passar foi aquilo que se passou. Tínhamos uma base muito sólida para pensar que os partidos da direita votavam no Governo Mota Pinto e que o PS se abstinha.

E o camarada Álvaro Cunhal acrescentou: Apesar da macacada que foi feita nas vésperas da votação para mostrar que um partido — que é o partido que está mais representado neste Governo — podia eventualmente votar contra, apesar disso estávamos completamente seguros de que a votação ia ser aquela que foi.

Noutro passo das suas declarações aos órgãos de informação, o camarada Álvaro Cunhal teve oportunidade de sublinhar: Em relação ao Governo é aquilo que esperávamos: um Governo de direita, que

vai continuar uma política de direita, uma política contra a democracia portuguesa no fim de contas, e que vai falhar. Vai falhar porque não vai resolver os problemas nacionais. Daqui a meia dúzia de meses, vamos ver que há outra vez uma crise, que eles não resolvem, que o défice da balança comercial aumenta, que têm de recorrer aos empréstimos externos. Não vão resolver literalmente nada.

E então — acrescentou o secretário-geral do PCP — terá que ver-se que é necessária uma alternativa democrática, ou seja, um novo Governo, um Governo democrático com uma política democrática.

A finalizar as suas declarações, o camarada Álvaro Cunhal referiu-se à questão das eleições antecipadas, nos seguintes termos: Em relação a eleições antecipadas, há uns que querem, há outros que têm muito medo; há uns que até dizem que não as temem, mas o facto é que tremem perante essa hipótese. Pelo nosso lado o nosso Partido não tem receio das eleições e pensa que poderia ser uma solução democrática para a crise governamental que se tem prolongado e que certamente se vai prolongar.



Álvaro Cunhal era aguardado no aeroporto pelo camarada Jorge Araújo e pelos camaradas embaixadores da RDA e da Bulgária

# COMUNISMO E O DESENVOLVIMENTO MUNDIAL

## Intervenção do camarada Álvaro Cunhal



A sala onde decorreram os trabalhos

Camaradas:

Permiti que, por motivo desta Conferência sobre «A construção do socialismo e do comunismo e o desenvolvimento mundial», comece por transmitir a todos os participantes, em particular ao PC Búlgaro, que tão fraternalmente nos recebe, e à «Revista Problemas da Paz e do Socialismo», as saudações calorosas do Partido Comunista Português.

Os trabalhos desta Conferência confirmam que

### 1. A sociedade socialista, exaltante realização que mudou a face do mundo

O imperialismo e todas as forças reaccionárias não ignoram o papel que as realizações, as vitórias, a força material, a activa solidariedade e a força do exemplo da União Soviética e dos outros países socialistas representam no desenvolvimento da luta revolucionária dos trabalhadores e dos povos oprimidos.

A realidade do socialismo tornou-se objectivo, aspiração e perspectiva dos trabalhadores e dos povos ainda submetidos ao jugo do capitalismo e do imperialismo. Inspira a sua luta. Reforça a sua confiança no futuro.

O conhecimento exacto da realidade do socialismo é em si uma poderosa alavanca das transformações sociais do mundo.

Por isso, o imperialismo calunia, inventa, deforma, denigre a realidade dos países socialistas com vistas a enfraquecer, a dividir, a desviar dos seus objectivos emancipadores a luta dos trabalhadores e dos povos.

Conhecemos, por experiência própria, as pressões e a chantagem das forças reaccionárias. Elas reclamam, como «atestado de respeitabilidade» (quase parecendo uma primeira condição para o direito do nosso Partido à eventual participação futura no governo) que acompanhe, nem que seja em tal ou tal caso episódico ou conjuntural, a campanha de denegrimto da URSS e outros países socialistas.

A posição do nosso Partido a esse respeito é clara e conhecida. Se, para tal ou tal questão, prevemos para Portugal soluções diversas daquelas que tais ou tais países socialistas adoptaram, com toda a independência as inscrevemos no nosso Programa. Mas jamais o PCP participará, de forma directa ou indirecta, em campanhas anti-soviéticas e anti-socialistas. Jamais a voz do PCP se ouvirá em coro com as dos inimigos do socialismo e do comunismo.

### 2. Elementos constitutivos essenciais, particularidades e originalidades do socialismo

Na medida em que a luta emancipadora dos trabalhadores e dos povos abarca todo o globo e a construção do socialismo é empreendida a partir de estádios muito diversos da evolução económica e social, a tendência não será para a uniformização mas para a diversificação do processo revolucionário.

As condições específicas existentes em cada país, tanto de carácter objectivo (estruturas económicas, extensão das relações pré-capitalistas, grau e formas de desenvolvimento do capitalismo, composição social da sociedade, arrumação e peso relativo das forças de classe, características do regime político, tradições, etc.), como de carácter subjectivo (grau de organização das forças revolucionárias, sistema de alianças, capacidade de resistência das forças conservadoras e reaccionárias, etc.) e ainda factores externos e internacionais determinam originalidades e particularidades de cada revolução.

Certos traços da Revolução portuguesa aí estão também para mostrá-lo.

Assim, por exemplo, forçando coactivamente a centralização e a concentração capitalistas ao longo de 48 anos, a ditadura fascista conduziu a uma situação original em que, sem um correspondente avanço das forças produtivas, as relações de produção capitalistas atingiram um estágio superior, com o domínio de toda a economia nacional por um pequeno número de grupos monopolistas e de latifundiários num sistema de capitalismo monopolista de Estado.

Esta situação tornou inseparável o objectivo político central da revolução democrática (a conquista da liberdade política) e o objectivo de transformações radicais das estruturas socioeconómicas (liquidação dos grupos monopolistas e dos latifúndios), determinando uma aproximação das reformas de carácter democrático (liberdades democráticas, sistema eleitoral) e das reformas de carácter socialista (reforma agrária e nacionalizações dos sectores básicos da economia) que, numa primeira fase, foram empreendidos e realizados com êxito.

Na dinâmica da Revolução portuguesa, verificaram-se também elementos e factores específicos. A aliança do movimento popular revolucionário e do Movimento das Forças Armadas, a constituição de governos heterogéneos roídos por contradições e conflitos, as fracassadas tenta-

as sociedades socialistas é a sociedade mais democrática, mais justa, mais igualitária, mais progressista, mais devotada ao bem-estar, à cultura e à felicidade do homem, que alguma vez existiu na história da Humanidade.

Os trabalhos desta Conferência confirmam também o papel decisivo das revoluções socialistas vitoriosas e da construção do socialismo e do comunismo na defesa da paz e em todo o processo de transformação progressista do mundo.

Para os comunistas, a fidelidade aos interesses das classes trabalhadoras, à causa emancipadora do socialismo e do comunismo, não é moeda de troca para obterem boa vontade, facilidades, condescendência ou tolerância dos representantes do grande capital, dos latifundiários e do imperialismo.

O nosso Partido não aceita ser em Portugal aquilo que a reacção gostaria que ele fosse: o apêndice decorativo de uma democracia burguesa. O nosso Partido está inteiramente empenhado na defesa das liberdades e das outras conquistas da revolução e, mesmo na complexa e perigosa situação actual, não perde de vista os objectivos do socialismo.

A constante informação acerca da realidade dos países socialistas, representa para o nosso povo um instrutivo exemplo e uma promissora perspectiva.

Isso não significa ausência de exame crítico nem propósito de copiar mecânica e solções. Tendo em conta as condições específicas do nosso país, temos o nosso próprio programa para a construção do socialismo em Portugal. Mas entendemos que, por muitas particularidades que apresente, o programa de um partido comunista num país capitalista não se contrapõe ao socialismo tal como existe, mas à sociedade capitalista, qualquer que seja o regime político.

Contrapor o próprio programa para a construção do socialismo à realidade dos países socialistas enfraqueceria necessariamente a luta pelo socialismo no próprio país.

Nos países capitalistas, o conhecimento, o estudo, a divulgação das realizações, das vitórias, das experiências, da realidade dos países socialistas constituem elemento de alto valor para ganhar as massas. São por isso parte integrante da luta pelo socialismo.

tivas de golpes a partir dos próprios órgãos do Poder, tomaram possíveis transformações e reformas radicais levadas a cabo pelas forças revolucionárias, sem que estas dispusessem do poder político.

A experiência da Revolução portuguesa é mais uma comprovação de que as revoluções não se imitam nem se copiam e de que é tarefa das forças revolucionárias encontrar respostas apropriadas às situações concretas em que actuam. Entretanto, as particularidades e originalidades do processo revolucionário em cada país têm de ser compreendidas no quadro das leis objectivas da evolução social e tendo em conta a experiência do movimento revolucionário mundial e particularmente as lições das revoluções socialistas.

A Revolução portuguesa revelou, num processo original, a capacidade da transformação directa da sociedade pela classe operária e as massas populares.

Mas, com a evolução ulterior, com o avanço e retomada de posições pelas forças reaccionárias, mostrou também que, conforme com os ensinamentos do comunismo científico e com a experiência universal do movimento revolucionário, sem o poder dos trabalhadores, sem a destruição do antigo Estado, sem a formação de um novo Estado ao serviço da revolução, sem a desarticulação e a punição das actividades contra-revolucionárias —, se torna extremamente difícil defender as grandes conquistas alcançadas pela heróica luta revolucionária das massas.

A luta pelo socialismo continua a apresentar em Portugal traços específicos e originais. Continuamos a defender o prosseguimento do regime defendido na Constituição, que consagra, por um lado, amplas liberdades e confirma, por outro lado, a irreversibilidade das grandes transformações revolucionárias que o Povo português continua defendendo com dificuldade, mas com sucesso.

Ao mesmo tempo, procurando soluções e caminhos apropriados às condições específicas em que actua, sendo hoje o campeão da legalidade democrática e da estabilização do regime com a perspectiva do socialismo, o nosso Partido procura ter sempre presentes os ensinamentos da História e designadamente as realizações, experiências e lições das revoluções socialistas e do processo da construção do socialismo real.

### 3. Socialismo, liberdade, democracia

A experiência das revoluções socialistas e da construção do socialismo e do comunismo mostrou a indivisibilidade da democracia política e da democracia económica, social e cultural.

Para a classe trabalhadora, nunca as liberdades democráticas se podem contrapor à libertação da exploração capitalista, como valores contraditórios.

A liquidação da exploração capitalista, o desaparecimento de classes antagonicas, a apropriação social dos meios de produção criam novas condições e dão um conteúdo qualitativamente diferente às liberdades, cuja consagração é acompanhada dos meios materiais necessários ao seu exercício.

O problema das liberdades tem de ser abordado com um critério de classe, tendo sempre em conta a realidade económica e social a que correspondem, em que se inserem e que traduzem.

As democracias burguesas representam sem dúvida um progresso extraordinário em relação às ditaduras fascistas e reaccionárias. Mas as liberdades e a democracia sofrem todas as limitações, adulterações e perversões resultantes do sistema capitalista e do poder político, das suas inerentes misérias, injustiças e indignidades.

No sistema capitalista, a liberdade significa também que o grande capital tem liberdade plena para condenar ao desemprego, à miséria, à mortalidade infantil, à fome, à doença, à prostituição, milhões de seres humanos. Tem liberdade plena para se apossar das riquezas do País, para explorar, para acumular, para enriquecer, para defraudar os interesses do povo e se apossar dos recursos do Estado e de grande parte das riquezas nacionais, para assegurar a um número reduzido de famílias uma vida de parasitagem e ostentação.

Além do mais, a burguesia alarga ou restringe as liberdades consoante se sente mais segura ou mais ameaçada. A burguesia só respeita as liberdades e a democracia enquanto vê não estarem em perigo os seus privilégios e o seu poder económico e político.

A experiência da Revolução portuguesa comprova também a interligação entre a democracia política e a democracia económica e social.

Os grupos monopolistas foram liquidados, os sectores básicos da economia foram nacionalizados e uma reforma agrária de carácter socialista foi empreendida. A Constituição consagra estas conquistas revolucionárias.

Nos primeiros tempos da revolução, ante o ascenso

impetuoso do movimento de massas aliado ao Movimento das Forças Armadas, as forças reaccionárias, utilizando as liberdades tendo já em vista a sua liquidação, apareceram a apoiar a instauração do regime democrático. Muitas delas aprovaram a Constituição.

Agora, incapazes de destruir as conquistas da revolução no quadro do regime democrático, lançam-se já abertamente ao ataque às liberdades e à democracia, exigem a revisão total da Constituição e apontam para a instauração de uma nova ditadura.

Na ofensiva das forças reaccionárias, a integração no Mercado Comum representa importante papel.

Além dos aspectos económicos, trata-se de uma grande operação política, através da qual, a pretexto de que a integração exige uma identidade das estruturas socioeconómicas de Portugal e dos países do Mercado Comum, se pretende a liquidação das conquistas revolucionárias do Povo português e a restauração do poder económico e político dos grupos monopolistas e dos latifundiários. Somos por isso contrários à integração no Mercado Comum.

Aqui na nossa Conferência, ouvimos há pouco um camarada informar que o seu partido defende a integração de Portugal no Mercado Comum.

Não contestamos o direito de qualquer partido defender a integração de Portugal no Mercado Comum, se o faz em nome dos interesses do povo respectivo. Mas se se trata dos interesses do Povo português e da democracia portuguesa consideramos que então é ao nosso Partido que compete pronunciar-se.

No caso português, o dilema está posto: ou a contra-revolução continua a avançar, consegue destruir as grandes transformações revolucionárias e isso significará também a destruição do regime democrático; ou o Povo português consegue defender as liberdades e a democracia e isso significará que defenderá também com êxito a Reforma Agrária, as nacionalizações e o controlo operário. A consolidação da democracia portuguesa significará que continua aberto o caminho para o socialismo.

Na época actual são cada vez mais interdependentes os objectivos e as tarefas democráticas e os objectivos e as tarefas socialistas. No processo da evolução social, nem o socialismo pode existir sem o desenvolvimento progressivo da democracia, nem a democracia para os trabalhadores pode ser uma realidade sem a construção do socialismo.

### 4. Unidade do movimento comunista e das forças anti-imperialistas

Ante o avanço impetuoso do processo revolucionário mundial, o imperialismo emprega recursos imensos para tentar estimular desconfianças, divergências e conflitos entre os países socialistas, entre partidos comunistas, entre as diferentes forças da frente mundial anti-imperialista.

Nesta monstruosa acção divisionista, os dirigentes de Pequim colaboram estreitamente com o imperialismo e com as forças mais reaccionárias. Em relação a Portugal isso é literalmente exacto.

É dever inalienável dos partidos comunistas e operários fazer fracassar estas tentativas de divisão e agir de forma a estreitar e reforçar a unidade do movimento comunista e de todas as forças anti-imperialistas.

Pela sua parte, o PCP tudo faz e fará para estreitar os laços de amizade, cooperação e solidariedade recíproca com o PCUS, com os partidos comunistas e operários dos países socialistas e dos países capitalistas, com os partidos e movimentos revolucionários que conduzem a luta de libertação dos povos e a construção de novos Estados independentes.

Num momento em que as forças reaccionárias e o imperialismo desencadeiam uma nova ofensiva visando a liquidação da democracia portuguesa, gostaria de aproveitar a oportunidade da participação nesta Conferência de tão elevado número de delegações, para expressar a gratidão do PCP pelo apoio e a solidariedade para com a Revolução portuguesa e para lhes confirmar que poderão também sempre contar com o apoio e a solidariedade activa e fraternal dos comunistas portugueses, que, empenhados numa luta eminentemente patriótica, nunca faltarão também ao cumprimento dos seus deveres internacionalistas.

A propaganda reaccionária procura criar a ideia de que as firmes posições internacionalistas de um partido conduzem à perda da sua influência no próprio país.

No que diz respeito ao nosso Partido, a influência de massas alarga-se e engrandece na base de firmes posições de princípio, que não excluem, antes implicam,

maleabilidade, rapidez de reflexos, exame realista das situações e da correlação de forças.

A influência de massas alarga-se e engrandece na base da identificação, numa mesma política, de um elevado patriotismo e de uma conduta internacional inspirada pelos princípios do internacionalismo proletário.

A nossa inabalável amizade e solidariedade para com a URSS e os outros países socialistas, chamam os nossos inimigos «falta de independência».

«Falta de independência» existirá, se, sob a pressão do inimigo de classe, marcássemos distâncias em relação à URSS e outros países socialistas, em relação ao socialismo real.

A independência da vanguarda revolucionária da classe operária exerce-se de facto através da definição da orientação política de uma forma autónoma e sem ingerências externas. Mas exerce-se também (e isso é igualmente essencial) através da independência de classe, do firme prosseguimento dos objectivos libertadores da classe operária, da capacidade para resistir a pressões ideológicas, económicas e repressivas.

A independência de um partido operário expressa-se na solidariedade activa para com o socialismo real, os partidos irmãos, as forças revolucionárias dos outros países. Expressa-se na contribuição para a unidade e na fidelidade aos princípios do internacionalismo proletário.

O movimento comunista internacional, de que os países socialistas constituem inextinguível fortaleza, é força essencial de toda a frente anti-imperialista. A unidade do movimento comunista é a viga central de todo o edifício unitário das forças libertadoras da Humanidade.

A grandeza da luta que se trava no mundo aconselha às forças revolucionárias, não a ideia de que cada qual isoladamente pode alcançar a vitória, mas a cooperação, a coordenação, o entendimento, a acção comum e a unidade.

O cimento ideológico que torna possível essa unidade é o marxismo-leninismo.

### 5. O marxismo-leninismo, bússola provada e certa

A realização desta Conferência sublinha que a construção do socialismo e a realidade do socialismo encerram em si um inesgotável arsenal de experiências e lições, que, devidamente assimiladas, equipam as vanguardas revolucionárias com poderosas armas de combate.

Essa riquíssima experiência acumulada permite compreender em toda a sua extensão a necessidade do conhecimento e da análise profunda e científica da realidade no próprio país por parte de cada partido revolucionário.

Tal análise só é possível na base dos princípios científicos do marxismo-leninismo.

É absurda a afirmação de que, por ter passado mais de um século sobre o «Manifesto Comunista» e mais de meio século sobre a morte de Lênine, a análise criadora das experiências históricas e das novas realidades só é possível, abandonando o marxismo-leninismo sob o pretexto de que este «está ultrapassado» e «envelhecido».

É igualmente absurdo pensar, na rota do reformismo e da social-democracia, que a capacidade de uma análise criadora se ganha abandonando o leninismo.

Em Portugal, o PS, (que se tem aliado às forças do capital e da direita contra o movimento popular e contra as conquistas da Revolução portuguesa e que agora «deixou passar» no Parlamento um governo reaccionário) proclama que o que afasta o PS do PCP não é Marx, mas Lênine.

A verdade é que, quem rejeite Lênine, rejeita por esse mesmo facto Marx. Não pode ser leninista quem não seja marxista, nem marxista quem não seja leninista.

A transformação radical que se deu na situação mundial coloca problemas novos, muitos deles imprevisíveis no tempo de Marx e Lênine, e que tem exigido e continuam a exigir respostas novas e adequadas.

Mas só quem ignore completamente o marxismo-leninismo pode pretender que o marxismo-leninismo é uma teoria petrificada, fechada e morta para os novos acontecimentos e as novas situações.

O marxismo-leninismo é o inverso do espírito dogmático, do imobilismo teórico, da rotina política, da cópia mecânica, das receitas e dos clichés.

O marxismo-leninismo dá às forças revolucionárias os instrumentos teóricos necessários para a assimilação da experiência, para o exame da realidade, para a busca

e a descoberta das soluções adequadas, justas e inovadoras.

O marxismo-leninismo integra as experiências e ensinamentos de toda a história do movimento operário e dos partidos comunistas, da Revolução de Outubro e do PCUS, das outras revoluções socialistas, do movimento de libertação nacional, das revoluções democráticas.

O marxismo-leninismo enriquece-se constantemente pelo caudal ininterrupto das contribuições que, ao tesouro teórico comum, trazem a luta, a prática, as experiências dos trabalhadores e das suas vanguardas.

Neste sentido, o enriquecimento do marxismo-leninismo é obra comum e colectiva de todo o movimento comunista e operário mundial.

Em constante desenvolvimento, o marxismo-leninismo acompanha, explica e ilumina o caminho da luta universal dos povos na época da passagem do capitalismo ao socialismo.

O marxismo-leninismo põe-se à prova, enriquece-se e confirma-se na unidade da teoria e da prática. O marxismo-leninismo é a teoria da vida, da transformação revolucionária do mundo, das forças criadoras que colocam como seu próprio objectivo pôr fim às sociedades onde homens exploram e oprimem outros homens, pôr fim às injustiças e desigualdades sociais, criar uma nova sociedade, onde pela primeira vez (porque desaparecem as classes antagonicas e os seus conflitos) se pode falar em nome da Humanidade.

Fica patente nesta Conferência que o marxismo-leninismo actua como uma força material na construção do socialismo e do comunismo e na transformação do mundo contemporâneo.

Não há teoria mais actual, mais inspiradora da audácia e do espírito criador, mais solidamente assente no passado e mais confiante e voltada para o futuro do que o marxismo-leninismo.

Creio, camaradas, que esta Conferência comprova que o marxismo-leninismo, por cujos princípios se orientaram as realizações históricas do socialismo real, tem sido e continua sendo a bússola comum dos partidos comunistas e operários e de todas as forças revolucionárias da Terra. Detendo essa bússola firmemente nas mãos, unidos venceremos.

# Grande vitória da APU grande derrota do PPD

A grande vitória da Aliança Povo Unido e a significativa derrota do PPD constituem sem dúvida os pontos marcantes das eleições suplementares para a Assembleia de Freguesia de Fanhões, no concelho de Loures, realizadas no passado domingo.

Apenas a um ano das eleições normais para as autarquias locais, o povo de Fanhões voltou a realinhar — e desta vez com mais força — a sua confiança nos ideais da democracia e do socialismo, atribuindo a esmagadora maioria dos seus votos à APU e ao PS (86,7%), e isolando claramente as forças de direita, ali representadas pelo PPD, que não conseguiram mais do que 11,1% dos votos.

A análise dos resultados eleitorais (ver quadro anexo) permite, sem quaisquer sofismas, desmascarar as «teorias» propaladas pela direita.

Assim, no que toca à abstenção e à tese da direita de que ela beneficia as forças de esquerda, as eleições de Fanhões vêm comprovar o que os resultados de Évora já deixavam antever: o abstencionismo aumenta nas zonas onde a direita impera, beneficiando desta forma as forças reaccionárias, e fica pelos valores médios nacionais (como em Évora), ou mesmo diminui, como aconteceu em Fanhões.

Os números são claros e não

deixam lugar a dúvidas. Enquanto em Cacia, Castelo, Penhascoso, S. Pedro Fins, Mirandela, Torre D. Chama, as abstenções rondam em média os 60%, nas zonas onde a consciencialização popular é mais elevada e as organizações democráticas mais fortes, a tendência é para uma cada vez maior participação das populações na resolução dos problemas.

## Estrondosa derrota do PPD

Por outro lado, a estrondosa derrota do PPD (que nem sequer conseguiu tirar proveito do facto do CDS não concorrer) desmistifica a sua pretensa implantação na área da «Grande Lisboa». Como o quadro mostra, aquele partido nem sequer conseguiu manter o seu eleitorado da Assembleia da República, ficando a vinte votos da votação conseguida em 1975.

A evolução do eleitorado do PCP (principal componente da APU) é exactamente inversa. O PCP recupera agora nitidamente o seu eleitorado de 1975, conseguindo mesmo

ultrapassar os votos então obtidos. O facto de na APU participarem também o MDP/CDE e independentes não retira em nada a verdade desta afirmação.

Na realidade, uma análise à votação do MDP/CDE, o outro partido componente da APU, mostra que, em 1975, nas eleições para a Assembleia Constituinte, ele obteve apenas 25 votos em Fanhões, o que ajuda a compreender melhor o significado e a constituição política da votação de domingo naquela freguesia.

O PCP reforça, pois, a sua própria votação. E Fanhões é apenas mais um dado a somar a resultados tais como os de Penhascoso, S. Pedro Fins, Mirandela, Évora.

## A «democracia» da direita

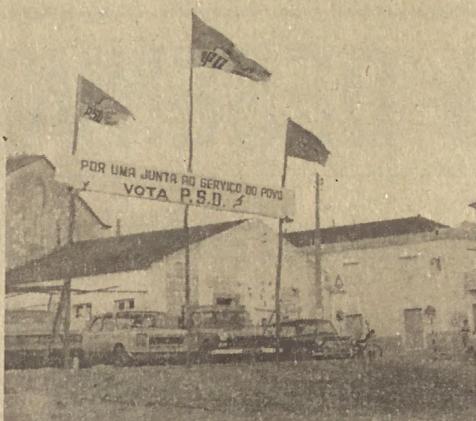
Este facto não agrada ao PPD. Tirando uma vez mais a máscara «democrática» (recorde-se que concorreu às eleições de Fanhões sob a sigla «Por uma Junta ao serviço do Povo»), o PPD divulgou um comunicado no próprio dia 17 «denunciando» «graves irregularidades» cometidas pelos comunistas no decorrer do acto eleitoral. Como a Comissão

Concelhia de Loures do PCP afirma, num comunicado divulgado a propósito, o PPD revelou, com a sua reacção à pesada derrota que sofreu, ser um partido de sentimentos antidemocráticos, pois as acusações que faz mais não visam que tentar escamotear esta grande vitória das forças democráticas aos olhos dos seus próprios simpatizantes e do Povo português em geral.

Recordando a descarada e ilegal propaganda do PPD a poucos metros da assembleia de voto, em Fanhões, o documento da concelhia de Loures do PCP desafia aquele partido a provar as suas acusações. A propósito se pronunciaram também os eleitos do PS, negando a existência de tais ilegalidades e afirmando que o acto eleitoral tinha decorrido normalmente, sem quaisquer atropelos.

## PS ganha votos com política de esquerda

Um outro aspecto que importa salientar, nas eleições de Fanhões, é a subida do PS. Conquistando mais 142 votos e aumentando a sua votação em mais 43,2%, em relação às eleições de 1976, o PS consegue, pela primeira vez



O PPD prometeu «uma Junta ao serviço do povo» e o povo escolheu, sem se deixar enganar, os que de facto estão dispostos a servir o Povo

em eleições complementares de órgãos autárquicos em que já havia concorrido, não perder mas sim aumentar o seu eleitorado.

Este resultado não é decerto estranho a dois aspectos fundamentais que caracterizaram a campanha eleitoral de Fanhões. Primeiro, o PS não fez naquela freguesia a campanha anticomunista utilizada nas restantes eleições, antes centrando a sua propaganda na necessidade de resolver os reais interesses da população. Segundo, a própria campanha da APU não visou atingir os socialistas, antes procurou esclarecer a população de quais as forças (no caso o PPD) que não estavam interessadas no progresso da freguesia, que o mesmo é dizer

na defesa da democracia e do socialismo.

Os resultados eleitorais mostram bem como o PS só tem vantagem numa política de esquerda, e que nada lucra com as suas alianças à direita. Mostra também que estão criadas as condições para a autarquia de Fanhões trabalhar pela resolução dos anseios populares.

Igualmente aqui o PS tem uma palavra a dizer. Tendo obtido o mesmo número de mandatos que a APU (embora esta o conquistasse a presidência da Junta), é de esperar que o PS respeite a vontade expressa do eleitorado, no que toca à composição da Junta de Freguesia, assumindo as responsabilidades que nele delegaram os eleitores.

## A evolução dos resultados eleitorais em Fanhões

PARTIDOS	AC 1975	AR 1976	AM 1976	CM 1976	AF 1976	AF 1978	MANDATOS AF/76	AF/78	PERDAS E GANHOS
Inscritos	1675	1730	1731	1731	1731	1731			
Abstenções	86 5,1%	277 16,0%	672 38,8%	672 38,8%	672 38,8%	556 32,1%			
PCP/APU	543 34,2%	480 33,0%	340 32,1%	323 30,5%	332 31,4%	549 46,7%	3	6	+217 votos +65,4%
PS	698 43,9%	579 39,8%	348 32,9%	342 32,3%	329 31,1%	471 40,1%	3	6	+142 votos +43,2%
PPD	111 7,0%	142 9,8%	209 19,7%	209 19,7%	229 21,6%	131 11,1%	2	1	-98 votos -42,8%
CDS	11 0,7%	63 4,3%	21 2,0%	22 2,1%	—	—	—	—	
GDUPs	45 2,8%	51 3,5%	88 8,3%	83 7,8%	129 12,2%	—	—	1	

\* Lista de grupo de cidadãos eleitores afecta aos GDUPs.

## A importância de 1 voto

A Aliança Povo Unido não obteve sete mandatos para a Assembleia de Freguesia de Fanhões apenas por um voto. O apuramento do último mandato obrigou a operações que tiveram de ir até ao comecinho das dezenas, antes de se apurar qual das listas — PS ou APU — elegia mais um candidato.

Os resultados viriam a ser favoráveis à lista dos socialistas, que desta forma ficariam com igual número de mandatos que a APU.

Embora no caso concreto este aspecto seja de somenos

importância, ele vem pôr na ordem do dia, uma vez mais, a questão do significado de cada voto em si.

Por um voto se ganha, por um voto se perde. Subestima uma verdade tão comecinha poderá ter, em determinadas circunstâncias, graves consequências. Daí que optar pelo comodismo de não ir votar «porque as eleições estão ganhas», porque «mais ou menos um erro não adianta nada atrás» é um erro tão grande como o desprezar a importância da contribuição de cada um no trabalho

colectivo, ou ainda a necessidade de conjugar todos os esforços na resolução dos problemas comuns.

O caso do voto — um voto — com que se ganha ou perde levante, por outro lado, a questão da importância do recenseamento. Por cada pessoa que pense «um a mais ou a menos tanto faz», múltiplas situações semelhantes à de Fanhões — se não mais graves — se estão a criar.

O exemplo de Fanhões não deva ser esquecido, sobretudo nos futuros actos eleitorais!

# Por exigências do FMI paralisa a actividade do Fundo de Fomento de Habitação

Na última sessão pública da Câmara Municipal de Lisboa no corrente ano, realizada na passada segunda-feira, o vereador Silva Graça, da APU, colocou uma questão a que ninguém respondeu:

É ou não verdade que o Fundo de Fomento de Habitação irá dispor em 1979 de uma dotação do Orçamento Geral do Estado (OGE) de apenas 5 600 000 contos?

Para se avaliar a gravidade da situação que adviria se tal informação (recentemente divulgada por um vespertino e praticamente reafirmada pelo presidente do FFH em entrevista à TV) se confirmasse, o vereador da APU recordou à audiência a evolução do montante que desde 1970 vem sendo atribuído ao Fundo (ver quadro) e enumerou as consequências que uma redução tão drástica de verbas provocaria no já tão carenciado sector da habitação.

Assim, se em vez dos 9 250 000 contos pedidos pelo FFH,

acrescidos de mais 1 260 000 contos para despesas de encargos financeiros de empréstimos a contrair em 1979, o Fundo de Fomento receberá só 5 600 000 contos do OGE, este organismo será obrigado a paralisar a actividade de fomento habitacional durante o próximo ano, o que se traduz no não arranque de obras em curso (31 700 fogos novos e 8050 em recuperação) e, nalguns casos, também dos projectos para a construção de 23 500 fogos novos e 8050 a recuperar, previstos para 1979.

Na sua exposição, Silva Graça colocou à Câmara diversas questões, a que ninguém se atreveu a responder.

É ou não verdade, perguntou, que tal corte obrigaria à paralisação do programa de promoção directa de habitação, à data de 31 de Outubro de 1978, com pagamento em 1979 exclusivamente dos autos de obras já em curso neste momento?

É verdade ou não que tal corte obrigaria à paralisação do programa de obras comunitárias, a partir de 31/10/78?

É verdade ou não que tal corte obrigaria ao fim imediato de qualquer financiamento às cooperativas de habitação e associações de moradores; ao não financiamento de obras novas, mesmo para as que já tenham projectos; ao não pagamento em 1979 das equipas contratadas pelas Câmaras Municipais, cujos vencimentos teriam de ser suportados por estas ou rescindidos os contratos; ao não lançamento nem aquisição de terrenos, infra-estruturas, i.e.m., como é lógico, obras novas?

É ou não verdade e tal corte obrigaria à suspensão do PRID a partir de 31/10/78, pagando-se em 1979 apenas os contratos já assinados?

É ou não verdade que tal corte significaria o não financiamento dos encargos decorrentes da constituição dos Serviços

Municipais de Habitação previstos para 1979, nem quaisquer encargos com o seu funcionamento, que teria de passar a ser assegurado pelas Câmaras Municipais ou o seu pessoal despedido?

É ou não verdade que tal corte implicaria a não concessão de qualquer empréstimo em 1979 para autoconstrução, sendo o programa suspenso em 31/10/78?

Todas estas questões levam, inevitavelmente, a uma outra, de fundo, que o vereador da APU não deixou de sublinhar — as imposições do FMI!

O FMI, disse, faz exigências que obrigam, por exemplo, neste sector, a cortes drásticos, que levam o FFH a paralisar praticamente a sua actividade. Mas quem paga a factura é o nosso povo, que não vê o problema da habitação resolvido nem perspectivas futuras para o resolver, enquanto continuam os despejos e lutamos com um défice de 700 000 habitações!

## Pode a Câmara alhear-se de tão grave problema?

Convidada a pronunciar-se sobre o problema em causa, através de uma moção da APU em que se exige do Governo o esclarecimento público da situação e a tomada de medidas que tornem viáveis os programas de novas construções habitacionais e a recuperação do parque habitacional existente, a edilidade não se mostrou preocupada de igual modo com o problema. Embora a moção tenha sido aprovada, com os votos da APU e de três vereadores socialistas, registou-se a abstenção de dois socialistas e de Nandim de Carvalho, do PPD (Helena Roseta fechou o ano com outra falta) e os votos contra dos três vereadores do CDS.

As declarações de voto foram coerentes e elucidativas. Para Nandim de Carvalho, a Câmara deve manter-se alheia à questão, dado que a actividade

do Governo está sujeita à fiscalização da Assembleia da República; Pedro Feist, do CDS, prefere esperar pelo facto consumado, ou seja, o CDS tomará posição quando o corte se concretizar, preferindo nada fazer para o impedir.

Como disse Silva Graça, quem paga a factura é o povo português.

## Evolução das verbas concedidas ao FFH

1970 - 89 000 contos
71 - 149 000 contos
72 - 241 000 contos
73 - 264 000 contos (+9%)
74 - 300 000 contos (+14%)
75 - 1 613 000 contos (+437%)
76 - 2 400 000 contos
77 - 4 400 000 contos
78 - 7 000 000 contos

# Com o Povo Unido construir o Município da Amadora

Com o Povo Unido, construir o município da Amadora — este o lema que presidiu, no passado domingo, ao encontro realizado pela APU nas instalações da Cel-Cat, Venda Nova, onde foi apresentado um documento-proposta sobre a passagem da Amadora a Concelho.

O texto da APU, que vai ser amplamente discutido nos órgãos autárquicos envolvidos no processo e pelas organizações populares, surge da necessidade de dinamizar os trabalhos da Comissão Instaladora do Município da Amadora (CIMA) emperados já há quase dois anos. Com efeito, como assinala a APU, criar o concelho da Amadora é neste momento não só um imperativo administrativo, socioeconómico e político, mas também uma imposição legal: a Lei 22/77, publicada há cerca de ano e meio, criou para esse efeito a Comissão Instaladora do Município da Amadora (CIMA). Mais: esta Lei 22/77 determina que a instalação do novo concelho esteja realizada, o mais tardar, até 31 de Dezembro de 1979.

O que no entanto se tem verificado, como afirmou Orlando de Almeida — membro da APU que faz parte da CIMA —, é a tendência para a discussão teórica do que se entende ser um «município modelo», em vez de se debater qual a melhor forma de resolver os problemas concretos das populações.

Por outro lado, a Organização da Amadora do PCP — partido

integrante da APU — faz notar, num comunicado entretanto divulgado, que curiosamente, aqueles que demagogicamente quiseram aproveitar-se dos justos anseios da população da Amadora para fins eleitorais são os que têm a responsabilidade deste impasse.

Recordando que os Impasses Iniciais foram agravados com a entrada em funções do II Governo Constitucional, no qual o bloqueio à CIMA por parte do MAI foi total e declarado, o comunicado do PCP alerta a população de toda a freguesia, tanto mais que, apenas a um ano das eleições para o Poder Local, terão ainda que ser cumpridas inúmeras e demoradas tarefas para que, até ao final de Dezembro de 79, como está legislado, a Amadora seja um novo município.

## O que falta fazer

De entre as principais tarefas a levar à prática para a criação do futuro município destaca-se a realização dos estudos técnicos que conduzam à delimitação do concelho e das

freguesias (estudos de carácter geográfico, social e socioeconómico); a apresentação, discussão e aprovação de legislação da Assembleia da República sobre esta matéria; a resolução do problema das instalações para os órgãos e serviços do município e das freguesias; estudo da organização dos futuros serviços; ordenação do recenseamento eleitoral em função dos limites do concelho e das freguesias.

Como facilmente se compreende, o cumprimento destas e outras tarefas não será possível se se continuar ao mesmo ritmo de funcionamento, dado que, em dezasseis meses, a CIMA continua ainda nos trabalhos preliminares.

No documento-proposta agora divulgado, a APU apresenta soluções concretas para os vários problemas, incluindo a delimitação do futuro concelho, porventura a parte mais polémica da questão. De acordo com a proposta da APU, os limites do município deveriam ser os da actual freguesia, com ajustamentos na zona confinante com o concelho de Sintra, os quais integrariam na Amadora as povoações Ponte de Carenque; Carenque; A-da-Beja; Casal de Vila Chã; Molinhos da Funcheira e várias casais de menor importância.

Ainda de acordo com esta proposta o município ficaria

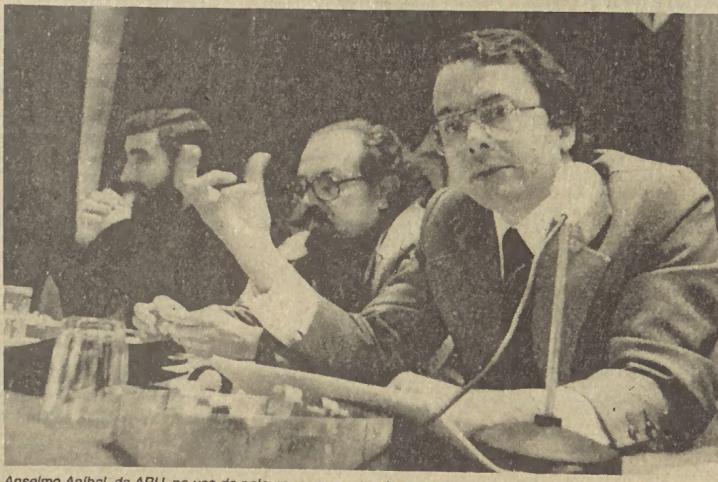
composto por oito freguesias: Amadora; Reboleira; Damalá; Buraca; Venda Nova; Brandoa; Falagueira e Mina.

Esta divisão, que além de atender à divisão geográfica, procura corresponder aos sentimentos populares, deverá ser, como de resto todo o documento-proposta, alvo de profunda discussão, de molde

a que as aspirações e sentimentos populares venham a ser contemplados no documento final.

Tal como a organização da Amadora do PCP, também a APU apela a todos os democratas, às organizações populares da freguesia, às forças políticas democráticas — as únicas

realmente interessadas no cumprimento da Lei 22/77 — para que desenvolvam todos os esforços no sentido de fazerem apressar por todos os meios ao seu alcance a solução dos problemas a resolver, para que, até final de Dezembro de 1979, as populações da Amadora possam eleger os seus órgãos de poder local.



Anselmo Anibal, da APU, no uso da palavra, no encontro do passado sábado na Venda Nova

## Câmara de Lisboa quer restringir liberdades

A Câmara Municipal de Lisboa levou a efeito, no passado dia 15, mais uma campanha de «limpeza» de cartazes e propaganda política nalgumas zonas da cidade. A referida «limpeza», seleccionada, não visou o arranque de propaganda desactualizada, mas sim o de cartazes e outros documentos que anunciavam iniciativas a realizar futuramente.

Em comunicado divulgado a propósito, o Comité Local de Lisboa do PCP alerta todos os democratas e a população em geral da cidade para a acção ilegítima levada à prática pelos serviços da CML, cuja actuação é tanto mais estranha quanto se desconhece qualquer decisão da vereação sobre o assunto.

Como refere o CLL do PCP, a pretexto da «limpeza da cidade» procura-se limitar o direito de Informação e propaganda das várias organizações políticas e sociais, enquanto continuam sem resposta as graves deficiências da recolha de lixo da cidade, a falta de contentores e outros recipientes que provocam a formação constante de novas lixeiras.

Repudiando esta actuação da Câmara, o Comité Local de Lisboa chama a atenção para o facto de, o exercício destas acções estarem localizadas em algumas zonas da cidade, o que não obsta a que, a breve prazo, se procure o alargamento da restrição de propaganda a outras zonas, senão mesmo a toda a cidade.

Recordando que a Assembleia da República é o único órgão a que cabe legislar sobre liberdades, direitos e garantias dos cidadãos, o documento reafirma que o Comité Local de Lisboa do PCP se oporá firmemente a esta ou a quaisquer práticas que inconstitucionalmente visem restringir as liberdades alcançadas com o 25 de Abril e consagradas na Constituição da República Portuguesa.

## Assembleia Municipal do Porto disposta a fazer inquérito aos Serviços Municipalizados de Águas

Caso a Câmara Municipal do Porto não inicie até ao próximo dia 28 do corrente, o inquérito a toda a actividade dos Serviços Municipalizados de Águas (SMAS), a Assembleia Municipal chamará a si a responsabilidade directa da sua execução, através de uma comissão integrada por representantes das formações políticas que dela fazem parte, com o apoio técnico de um inquiridor e de especialistas a contratar fora dos quadros municipais.

Esta decisão foi tomada, por unanimidade, na última sessão da Assembleia Municipal do Porto, face à atitude de recusa assumida pela edilidade portuense em dar andamento ao inquérito já decidido pela Assembleia, na sequência de notícias divulgadas acerca dos SMAS num matutino portuense. «Inqualificável e incompreensível» foram os qualificativos usados por Cassiano Abreu Lima da APU, para caracterizar a posição do executivo camarário.

Por outro lado, o eleito do «Povo Unido» defendeu a adopção de medidas pontuais que impeçam o colapso da rede e assegurem um fornecimento adequado às necessidades, tanto do ponto de vista quantitativo, como qualitativo.

A Câmara foi igualmente criticada por eleitos de outras forças políticas por não ter conseguido gastar (!!!) 159 769 contos previstos no plano de actividades. Por razões de ordem burocrática, a Câmara não investiu 4519 contos na conservação de mercados municipais, 119 mil contos na construção e urbanização de moradias económicas e populares e 36 250 contos na rede viária principal!!!

Durante a sessão da Assembleia Municipal foram ainda aprovadas moções de protesto pela actuação fascista de 24 de Novembro; de saudação pelo 30.º aniversário da Declaração dos Direitos do Homem e de repúdio pela provável redução de verbas ao Fundo de Fomento de Habitação.

## Mais eleições suplementares em freguesias do Norte

Os eleitores das freguesias de Freixiel (concelho de Vila Flor, distrito de Bragança), Rio Meão (concelho da Feira, distrito de Aveiro) e Arcos (concelho de Vila do Conde, distrito do Porto), vão eleger de novo no próximo dia 28 de Janeiro as respectivas Assembleias de Freguesia.

As eleições suplementares foram provocadas pelas demissões sucessivas dos eleitos do PS, PPD e CDS naqueles órgãos autárquicos. A APU concorre às eleições nestas três freguesias.

## O interesse do PPD pelo recenseamento

São conhecidas as posições públicas dos dirigentes do PPD sobre a importância do recenseamento eleitoral e do empenhamento com que os «social-democratas» estariam a levar a cabo tão paritética tarefa.

Das palavras aos actos de tal partido vai, no entanto, uma longa distância. Na freguesia de Ourique, onde o PPD domina, por exemplo, as populações já perceberam o «interesse» dos seguidores do «chefe» no recenseamento.

O caso passou-se logo no início do mês, quando o delegado do PCP, tendo em linha de conta a área geográfica da freguesia e o artigo 16.º da Lei do recenseamento, requereu a abertura de um posto para a Aldeia de Palheiros, que dista de Ourique 6 km, para o que apresentou seis colaboradores.

Dado o facto de dois dos colaboradores serem membros da Assembleia de Freguesia, e atendendo ao artigo 15.º da mesma Lei, poderiam os mesmos ser nomeados como Delegados da Comissão Recenseadora para desde logo ficar formado o referido posto, que iria beneficiar mais de 600 eleitores. Basta dizer que só na Aldeia de Palheiros o número de eleitores ultrapassa os 240 e que a abertura aí de um posto de recenseamento iria servir ainda as populações de Aldeia Nova de Favela, São Braz e Alcaria de Fernão Vaz, para além dos residentes em muitas dezenas de montes dispersos à sua volta.

Não o entendeu necessário nem a Câmara nem a Junta de Ourique, ou seja, os eleitos do PPD, que «justificaram» a não abertura do posto de recenseamento com a alegação de que a Lei a isso os não obrigava!!!

A decisão, dos «democráticos», «humanitários» e «empenhados» homens no PPD local obriga, desta forma, as populações a deslocarem-se 12 ou 14 km, sem transportes (incluindo idosos e doentes), para o único posto de recenseamento existente na sede da freguesia.

Não se poderá dizer que não seja curiosa esta forma de «promover» o recenseamento e de servir as populações.

## APU defende em Leiria a Feira dos 26

A Feira dos 26, uma das mais antigas feiras do concelho de Leiria, pólo de importante actividade onde são comercializados os mais diversos produtos e de vital interesse na vida da população e dos feirantes da Ponte da Pedra, tem vindo a ser destruída aos poucos pela exploração de um areal situado perto do local da sua realização.

A operação da escavação do terreno já atingiu o próprio largo do lugar de Ponte da Pedra, estando os feirantes em vias de ver extinta a sua feira mensal e, o que é mais grave, a serem prejudicadas as condições de vida dos habitantes do lugar.

Consciente da importância deste problema para a população de Ponte da Pedra, a APU levantou a questão em recente sessão da Assembleia Municipal de Leiria e apresentou uma proposta de suspensão da exploração da areia, com levantamento de um inquérito aos responsáveis.

A justiça da posição da APU viria a ser ratificada pela Câmara Municipal de Leiria, que, apoiando a proposta da APU, deliberou que fosse mandada suspender a exploração do areal e levantados os autos necessários.

# Sindicatos Agrícolas, uma força na defesa da Reforma Agrária!

**Destruídos brutalmente nos anos trinta com a repressão fascista, erguidos de novo, após o 25 de Abril, como um manifesto da vontade de organização dos trabalhadores rurais, os Sindicatos Agrícolas são hoje um dos mais fortes baluartes na defesa da Reforma Agrária.**

Nos sete distritos da chamada zona de intervenção da Reforma Agrária, os Sindicatos Agrícolas englobam cerca de 125 000 trabalhadores associados, assim distribuídos:

- No distrito de Beja .....	31 000 associados
- No distrito de Évora .....	31 000 "
- No distrito de Portalegre .....	19 000 "
- No distrito de Santarém .....	24 000 "
- No distrito de Setúbal .....	15 000 "
- No distrito de Castelo Branco .....	1 000 "
- No distrito de Lisboa .....	5 000 "

Sobre a base de uma forte experiência revolucionária do proletariado rural alentejano e ribatejano, os Sindicatos Agrícolas desenvolveram, nomeadamente nos anos de 1974 e 1975, um combate eficaz contra as forças reaccionárias que nos campos praticavam todo o tipo de sabotagem económica (destruindo colheitas, danificando máquinas e alfaias, deixando morrer o gado, provocando o desemprego) como forma de travar o processo revolucionário.

Neste combate, os trabalhadores alcançaram os primeiros contratos colectivos de trabalho. Neste combate, a luta contra o desemprego provocado por agrários alcança vitórias importantes. Neste combate, a Reforma Agrária ganha impulso. É e será neste combate dos Sindicatos Agrícolas que a Reforma Agrária tem e terá os seus mais firmes apoios e defesas, que se manifestam por diversas formas: luta contra os roubos das terras, gados, máquinas e alfaias; apoio jurídico; apoio financeiro e técnico; apoio no processo de legalização das cooperativas; apoio nas jornadas voluntárias de trabalho; apoio à contabilidade e à gestão; promovendo cursos de contabilistas, angariação de fundos, etc.

## Quem são os trabalhadores nos Sindicatos Agrícolas?

Os trabalhadores associados nos Sindicatos Agrícolas na zona de intervenção diferenciaram-se pelo sector no qual prestam trabalho. Na zona da Reforma Agrária, podemos distinguir três formações principais:

- o sector nacionalizado, constituído pelas formas de exploração colectiva da terra;

- o sector privado da pequena e média exploração agrícola;

- o sector privado de domínio latifundiário nos moldes anteriores ao 25 de Abril (sector que, com a aplicação da Constituição, deverá ser extinto).

A este respeito, afirmou-se na 3.ª Conferência da Reforma Agrária:

"A diversidade de culturas, de riqueza dos solos (e regadios), o diferente grau de desenvolvimento da agricultura, a diferente rentabilidade das explorações nestas três zonas e a diferente situação e composição social e grau de organização dos trabalhadores, etc., impõem um tratamento diversificado quanto a reivindicações de natureza económica.

É preciso que todos nós compreendamos estas diferenças para podermos elaborar e lutar por

Portarias correctas. É preciso ter em conta que os pequenos agricultores (pequenos proprietários, rendeiros e seareiros) são nossos aliados naturais para lutar contra o inimigo comum — os grandes agrários e intermediários e grandes capitalistas. De outro modo,

ficaríamos isolados e seríamos derrotados.

Por outro lado, milhares de companheiros nossos continuam a trabalhar no sector privado. São estes, hoje, os mais desfavorecidos e na elaboração da Regulamentação Colectiva de Trabalho devemos ter em conta

a sua situação. Continuam sem trabalho garantido, recebem à semana e as leis de trabalho (despedimentos, férias, faltas e feriados, etc.) na maior parte dos casos continuam a não se aplicar a estes trabalhadores. Por isso são justas as reivindicações dos trabalhadores rurais que importa var legalmente consagradas e pelas quais os Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas lutam."

## Tarefas imediatas dos Sindicatos na defesa da Reforma Agrária

O esquerdismo e a reacção têm tentado e não deixaram de continuar a tentar a formação de sindicatos paralelos na zona da Reforma Agrária.

"Os trabalhadores já têm os seus verdadeiros sindicatos. Permitir o enfraquecimento dos nossos Sindicatos seria enfraquecer a defesa da Reforma Agrária, enfraquecer a nossa unidade e o movimento sindical em geral"; esta tem sido a resposta dos trabalhadores qualquer que seja o sector onde trabalham: no nacionalizado, na pequena e média exploração agrícola ou nos domínios dos agrários. Esta a resposta que fortalece os Sindicatos como baluartes na defesa da Reforma Agrária.

Nesta resposta às manobras divisionistas e do imperialismo para dividir o movimento sindical e os trabalhadores, para fortalecer a organização sindical, colocam-se como tarefas imediatas apontadas na 3.ª Conferência da Reforma Agrária:

- Combater energeticamente o divisionismo que visa destruir o movimento sindical unitário e criar sindicatos paralelos;

- Reforçar as comissões sindicais já existentes e criar outras onde ainda não existam;

- Trabalhar para uma maior ligação dos Sindicatos com os trabalhadores das cooperativas e do sector privado, através de reuniões e plenários, sessões, cinema, desporto e outras formas;

- Assegurar o pagamento da quotização dos sócios ao seu sindicato;

- Reforçar o papel e o funcionamento da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas do Sul, para que possa desempenhar com eficiência as funções para que foi criada;

- Trabalhar para a realização de um grande Encontro dos Sindicatos Agrícolas a nível da Federação, para 1979;

- Lutar contra a criminosa ofensiva que tem o objectivo de destruir a Reforma Agrária;

- Lutar contra o corte de crédito e contra todas as formas que visam estrangular as UCPS e Cooperativas;

- Lutar contra o desemprego, contra a falta de cumprimento dos contratos colectivos de trabalho, contra a repressão patronal;

- Lutar contra o custo de vida e pela actualização dos salários;

- Dar maior atenção aos trabalhadores do sector privado, que são as maiores vítimas da exploração;

- Desenvolver a luta imediata pela saída das Portarias;

- Lutar por uma verdadeira Previdência Rural;

- Lutar por uma melhor segurança no trabalho;

- Lutar pela defesa das liberdades democráticas e sindicais;

- Lutar contra a discriminação da mulher e para que ela tenha uma maior participação na vida económica, política, social e cultural;

- Lutar pela defesa dos direitos e interesses da juventude."



Mais de 125 000 trabalhadores associados nos sindicatos da zona de intervenção: um número que é exemplo da força da organização e mobilização sindicais que, no entanto, importa fortalecer.

## Processo judicial contra o MAP

A Comissão Organizadora da 3.ª Conferência da Reforma Agrária anunciou publicamente que vai proceder judicialmente contra o MAP, considerando a falsidade de afirmações contidas na nota oficiosa deste Ministério datada de 11 de Dezembro.

Apesar desta nota oficiosa ter sido lida na RTP a uma hora de grande audiência, este órgão de Comunicação Social estatizado recusou à Comissão Organizadora da 3.ª Conferência da Reforma Agrária o exercício do direito de resposta, o qual se encontra consagrado na Constituição, no artigo 37.º, § 4, nos seguintes termos:

"A todas as pessoas singulares e colectivas, é assegurado, em condições de igualdade e eficácia, o direito de resposta."

Rebatendo, ponto por ponto, a nota oficiosa do MAP, a Comissão Organizadora da 3.ª Conferência da Reforma Agrária põe em causa as fontes utilizadas pelo MAP, concluindo que este Ministério "tenta agora, atabalhoadamente e mentindo, diminuir a projecção da 3.ª Conferência e o interesse nacional despertado devido à seriedade e profundidade com que foi preparada e decorreram os trabalhos e pelo que a Conferência revelou".

A Comissão Organizadora da 3.ª Conferência propõe ainda ao ministro da Agricultura e Pescas a participação conjunta num debate na RTP e apoia a constituição de uma comissão de inquérito para investigar as actividades do MAP nos campos da Reforma Agrária.

## "Rendeiros estão presentes na luta"

Mais de 300 rendeiros manifestaram-se no Fundão na semana passada, concentrando-se no Largo da Estação e desfilando depois pelas ruas da vila.

Clamando pelo fim dos despedimentos e pela alteração da Lei dos Senhorios Ricos, os rendeiros entregaram na Câmara Municipal a seguinte moção:

"Os agricultores rendeiros da Cova da Beira, concentrados no Fundão, em sinal de protesto contra os despedimentos de que têm sido vítimas, decidem:

1.º Denunciar publicamente os cento e dezoito despedimentos praticados contra os rendeiros, só na área da Covilhã e Fundão.

2.º Protestar bem alto contra estes despedimentos e contra o esquecimento a que os sucessivos Governos têm votado as nossas reclamações, pois antes de tudo os despedimentos dos que trabalham as terras à renda vem destruir não só a vida de muitas famílias como também a economia agrícola da Cova da Beira.

3.º Exigir a imediata alteração à Lei 76/77 de 29 de Setembro, aprovada contra a vontade dos rendeiros de



Os rendeiros afluíram ao Fundão lutando pela lei justa, a que, embora substituída pela lei dos senhorios ricos, continua viva nas suas terras, nos seus braços, na sua vontade.

todo o país, lei criminosa a coberto da qual os senhorios ricos têm vindo a cometer os maiores abusos e a fazer acções de despejo.

4.º Apoiar as propostas de alteração à Lei dos Senhorios apresentadas na Assembleia da República, nomeadamente dos artigos dos despedimentos: 17.º, 18.º e 19.º

5.º Exigir que estas alterações, assim que aprovadas, sejam aplicadas a todas as acções que se encontrem já no tribunal, bem como a todos os despedimentos por carta feitos até ao momento.

6.º Afirmar perante toda a lavoura da Cova da Beira e perante o país que a luta dos rendeiros é só uma, que a Lei Justa era, e será a Lei 201/75 de 15 de Abril, que não está derrotada e continua viva nas nossas terras, nos nossos braços, na nossa vontade.

7.º Exigir ao Senhor Presidente da Câmara Municipal do Fundão que dê conhecimento desta moção aos órgãos de soberania, nomeadamente ao Presidente da Assembleia da República e à Comissão de Agricultura da Assembleia da República."

## População do Couço manifesta-se em defesa da Reforma Agrária

No Couço mais de 2500 manifestantes, operários agrícolas, pequenos comerciantes, operários da Construção Civil, mulheres e jovens aprovaram num plenário público, na passada semana, a seguinte moção:

"Os trabalhadores e a população da freguesia do Couço, reunidos em plenário, decidem:

1.º — Repudiarmos a política reaccionária do Governo Mota Pinto-PPD, nomeadamente a actualização do MAP, dirigida contra a Reforma Agrária, contra os trabalhadores, contra a Constituição e a democracia.

2.º — Apelar ao Presidente da República, à Assembleia da República e ao Conselho da Revolução para que acabem para sempre estes atentados indignos à Democracia, cujo objectivo é destruir a Reforma Agrária e as restantes conquistas de Abril.

3.º — Apelar à opinião pública, nomeadamente aos órgãos da Comunicação Social, que desenvolvam uma campanha de informação e solidariedade para com os trabalhadores da Reforma Agrária, informando as populações destes abusos do poder por parte da equipa do MAP, exigindo a demissão dos dirigentes reaccionários deste Ministério.

4.º — Alertar todos os trabalhadores manuais e intelectuais, no sentido de reforçar cada vez mais a unidade de todos os democratas e antifascistas para a luta decisiva que se avizinha, pela defesa da Reforma Agrária e das restantes conquistas de Abril."

## Amanhã, no Porto solidariedade com a Reforma Agrária

Amanhã, no Porto, decorrerá um dia de solidariedade com a Reforma Agrária, por iniciativa da Comissão de Apoio à Reforma Agrária do Porto, do Secretariado da USP, da Comissão permanente das Comissões de Trabalhadores, da Comissão Unitária de Mulheres, da Comissão Coordenadora das Comissões e Associações de Moradores, da Cooperativa UNICEPE, de Os Modestos e do Cineclub.

Esta jornada de apoio insere-se no desenvolvimento da campanha em curso naquela região do país, em defesa de uma das principais conquistas de Abril, visando o esclarecimento popular e a denúncia da ofensiva do MAP, através da recolha de milhares de assinaturas para os abaixo-assinados que protestam contra a violência nos campos do Alentejo e Ribatejo e exigem a revogação da Lei Barreto.

# O novo Livro Negro do MAP (2)

## d) Outras ilegalidades cometidas pelo MAP

A aplicação da Lei-Barreto é por si só uma "ilegalidade", ilegalidade suprema dado o facto de tal lei violar e contrariar a lei fundamental do País, a Constituição da República Portuguesa, pelo que se impõe a sua revogação.

Mas como tal não lhes parece bastar, o Governo e o MAP na sua actuação diária conseguem violar as suas próprias leis e cometerem novas ilegalidades.

E o reino da arbitrariedade, cujos principais aspectos passamos a resumir:

a) O art.º 104.º da Constituição da República Portuguesa e o próprio Decreto-Lei 81/78, que obrigam a que os trabalhadores rurais e os pequenos e médios agricultores sejam ouvidos em todos os assuntos relacionados com a definição e execução da Reforma Agrária e na concessão de reservas, não são aplicados. Os trabalhadores não são ouvidos ou então são postos perante factos consumados que ou "aceitam a bem ou a mal" como dizem frequentemente os técnicos dos CRRA.

b) As Portarias de expropriação são revogadas e anuladas depois de decorrido o prazo de um ano após a expropriação, contrariando o n.º 4 do art.º 51.º do Decreto-Lei 41 234 de 20 de Agosto de 1957.

Por outro lado, muitas vezes os fundamentos apresentados para aquelas revogações são falsos como ainda recentemente aconteceu com a portaria 239/77 de 6 de Maio que anulou a expropriação da "Quinta de S. João" de S. Vicente — Elvas, e que agora o próprio MAP reconheceu que tal revogação viola a lei.

c) Casos há, inclusivamente, de falsificações por parte dos próprios Serviços do MAP no sentido de favorecer os interesses dos agrários e das grandes empresas agrícolas. Recordemos só, como exemplo, o contrato de compra e venda forjado no CRRA de Évora referente à tirada da cortiça da UCP "Boa Esperança de Lavre" em Montemor-o-Novo ou o caso mais recente da falsificação de um inventário de ocupação referente à herdade da Tera e integrada na UCP "TOC", de Pavia — Mora, para permitir que pai e filho tivessem os dois direito a requerer reserva.

d) Os trabalhadores nunca são notificados com antecedência dos despachos ministeriais que mandam entregar terras aos agrários.

Muitas vezes a razão da não notificação reside no facto de tais despachos nem sequer existirem como é o caso, por exemplo, do processo respeitante à Herdade dos Testos da UCP «6 de Agosto» entregue em 20/9/77 à Fundação Abreu calado sob a repressão da GNR que provocou mais de 50 feridos.

e) O MAP não manda os processos das reservas para os tribunais em que correm os respectivos recursos instaurados pelos trabalhadores, violando o que determina o n.º 3 do art. 2.º do Decreto-Lei 256-A/77 de 17 de Junho. E não os manda pela mesma razão da alínea anterior: é que tais processos não existem e as decisões que mandam entregar as terras são muitas vezes simples decisões verbais com base nos pedidos dos agrários.

f) Por outro lado, o MAP entrega permanentemente aos agrários áreas superiores a 700 ha ou 7000 pontos, chegando a usurpar às UCPS e Cooperativas Agrícolas 1000 e mais ha a favor de um único agrário como é o caso que sucedeu na UCP «Flor do Alentejo» em S. Miguel de Machede — Évora onde em 3/11/78 foram entregues 1349 ha e 227426 pontos ao agrário António Joaquim Patinhas Gomes da Silva.

g) Entregas de gados, máquinas e outros bens dos trabalhadores comprados por estes e, portanto, não incluídos nos inventários de ocupação; transformação de guardas em rendeiros e dos absentistas em exploradores directos da terra; destruição das hortas e bens dos trabalhadores pela GNR e pelos técnicos do MAP quando procedem à desocupação de herdades; concessão e entregas de reservas a quem nunca as pediu, são outros exemplos de ilegalidades diariamente cometidas pelo MAP e pelos SGEF (ex-CRRA).

É urgente pôr termo a esta actuação dos serviços oficiais e levantar um inquérito e processos judiciais a todos aqueles — membros do Governo; responsáveis e técnicos dos CRRA; agrários; guardas da GNR — que sejam responsáveis pelas ilegalidades e arbitrariedades cometidas.

## e) A repressão, uma constante na aplicação da «Lei Barreto» e da política governamental à ordem de Barreto e Portas

Na II Conferência foi apresentado o balanço de alguns dos aspectos mais graves da política deste «duo».

Vamos limitar-nos a fazer um breve resumo e a lembrar alguns dos casos:

Mais de 400 trabalhadores foram espancados. Houve dezenas de feridos, prisões arbitrárias e julgamentos sumários, sob a pretensa acusação de «desobediência à autoridade».

Obscenidades, ameaças e insultos sobre mulheres, crianças e homens, foram a prática corrente.

Mais de 8000 homens armados e com grande e dispendioso aparato bélico (aviões, helicópteros, autometralhadoras, jeeps, cães e cavalos) foram lançados contra as populações do Alentejo e Ribatejo.

Algumas aldeias e vilas foram ocupadas militarmente. Campo Maior foi-o durante 15 dias.

Esta vaga de repressão e ilegalidade, recordando os tempos do fascismo, levou à queda do Governo de Mário Soares, à queda dos reaccionários Barreto e Portas, responsáveis directos pela situação.

Recordemos alguns casos:  
16/12/76 — Cuba, na UCP «16 de Dezembro», a GNR prendeu 5 trabalhadores, 3 deles dirigentes sindicais.

1/2/77 — Santa Susana (Redondo), dezenas de GNRs com cavalos, espacaram mais de 50 trabalhadores, na UCP «Rainha do Sul»

25/5/77 — Mora, na UCP «A Luta é de Todos» mais de 200 GNRs com cães-polícias, bastões, etc. espancaram 120 trabalhadores, entre eles velhotes, crianças e mulheres. Os cães morderam muitas pessoas, mais de 30 receberam tratamento hospitalar.

16/6/77 — Montargil, na UCP «12 de Maio» mais de 100 GNRs espancam 50 trabalhadores, 30 dos quais ficaram feridos.

30/6/77 — Campo Maior, na UCP «Unidade de Trabalhadores» mais de 200 GNRs e PSP espancam dezenas de trabalhadores. Foram presos 10, 8 dos quais levados por eles e julgados. Foram libertados.

29/8/77 — Pavia, na «Cooperativa do Reguengo», mais de 200 GNRs com cães, jipes, chaimites, um helicóptero e 2 aviões a picar.

20/9/77 — Arraiolos, na UCP «6 de Agosto» mais de 200 GNRs com cães, bastões e escudos, viseiras e helicópteros, espancaram mais de 50 pessoas, ficando mais de 30 feridas e várias tratadas no Hospital.

29 e 30/8/77 — A repressão atinge o auge — centenas de GNRs, PSP e polícias de choque vindos de Lisboa espancam, na UCP «22 de Julho» e nas ruas de Évora mais de 100 pessoas. Houve mais de 60 feridos, 34 dos quais tratados no Hospital. Houve diversas prisões.

O povo de Évora, indignado tratou o trabalho e saiu para as ruas. Dezenas de milhares de pessoas chegam ao centro da cidade e desfilam pelas ruas. A repressão é obrigada a recuar.

## f) Repressão do MAP de Vaz Portugal e Ferreira do Amaral (Governo apoiado pelo PPD, CDS e outras forças reaccionárias).

A ofensiva deste Ministério começou em 10 de Outubro de 1978. Em cerca de 2 meses, uma violenta ofensiva reaccionária abateu-se sobre as populações do Sul do País, sobre a Reforma Agrária.

As ilegalidades e o sadismo, os recortes repressivos atingidos por Barreto e Portas são rapidamente ultrapassados. O imperialismo, os grandes capitalistas e os agrários acatados no Governo e no aparelho de Estado, lançam-se numa orgia repressiva e ilegal nunca vista.

Mais de 200 trabalhadores são espancados, dos quais 170 ficaram feridos.

Nestas operações repressivas passaram pelas UCPS e Cooperativas mais de 5000 GNRs, 450 jipes, cães e cavalos. Bandos de agrários, por vezes armados e indivíduos dos ex-CRRA dirigem as operações.

Espancamentos, roubos, insultos, prisões e interrogatórios pidescos, ditos ferozes e cheios de ódio (até a bebés de 7 meses), destruição de bens (hortas e outros), fazem parte do arsenal de violência que se tem abatido sobre as populações do Alentejo e Ribatejo, como se um exército de ocupação tivesse invadido o nosso País.

Alguns casos:  
De 11 a 15/10/78 — Seda (Alter do Chão), a UCP «Liberdade de Seda» é invadida pela GNR. Seis trabalhadores são espancados.

No dia 12 foram espancados mais 4 trabalhadores. Um deles, Abel Maria Silveira, de 56 anos, é invadido; 2 outros têm mais de 60 anos.

Nos dias 13 e 15 mais 2 trabalhadores foram barbaramente espancados. O primeiro, António Casqueiro, foi espancado por sete guardas, quando se encontrava sozinho. Para além de espancado foi obrigado a passar por baixo de uma cerca de arame farpado. O segundo, Manuel Navalha, foi espancado, preso e enviado a tribunal, donde saiu em liberdade.

13/10/78 — Sousel, UCP «Estrela Negra». Um forte contingente da GNR ocupa as instalações da Unidade e expulsa os trabalhadores.

Mas de 70 mulheres, adolescentes e homens foram espancados, mordidos por cães, feridos e perseguidos dentro dos seus próprios quintais. A Felisberta Pires Coelho partiram um braço e provocaram ferimentos em todo o corpo. Laurinda Martins Serra, grávida, foi mordida por um cão-polícia e teve que ser hospitalizada em Portalegre em riscos de abortar. A César Pereira Valente deslocaram duas costelas à coronhada. Trinta e nove pessoas receberam no dia 13/10/78 tratamento no Hospital Distrital de Portalegre e 4 foram presas e enviadas a Tribunal.

14/10/78 — Cabeço de Vide, UCP «Sete Estrelas». Um caso típico de comportamento fascista e de sadismo aconteceu nesta UCP. Alguns guardas da GNR autorizaram um trabalhador a ajudar um companheiro a retirar a mobília da casa do monte. Depois isolaram-no e, após interrogatório, um GNR disse:

«agora o melhor é pô-lo a correr e soltar-lhe os cães!»

Outro GNR respondeu:  
«Não, que o gajo pode correr muito e os cães não o agarram; o melhor é marcá-lo já aqui!»

E espancaram este homem.

16/10/78 — Alter do Chão, UCP «2 de Janeiro». Mais de doze trabalhadores foram violentamente espancados. Duas raparigas de 14 anos, uma delas Ana Maria, foram brutalmente feridas no rosto. Dois dirigentes sindicais foram presos.

6/11/78 — Campo Maior, UCP «Unidade de Trabalhadores». Neste dia cerca de 200 GNRs que compareceram na Cooperativa juntamente com a agrária Sofia Telo da Gama Minas e os técnicos do ex-CRRA fizeram mais de 30 feridos e espancamentos, insultaram adultos e crianças, perseguiram os trabalhadores pelas ruas da vila.

27/10/78 — Portel, Cooperativa de S. Bartolomeu do Outeiro».

Gente do ex-CRRA de Évora, agrários, cerca de 200 GNRs com 22 jipes e uma camioneta com cavalos invadiram a Cooperativa. Em duas cargas ferem mais de 50 pessoas.

Teresa Maria Marques ficou com uma perna fracturada e Josefa Alves com uma fratura num pé. A GNR arrancou trabalhadores das camionetas e das motorizadas e espancou-os.

# A FORMAÇÃO IDEOLÓGICA TAREFA DE TODO O MILITANTE

Temos de responder, no campo político e ideológico, às massas populares, aos trabalhadores e ao país.

## Testemunhos vivos da luta contra o fascismo

Gusta Fučíkova, companheira de Julius Fučík, destacado militante do Partido Comunista Checoslovaco escreve no prefácio à edição portuguesa do livro **Testamento Sob a Força** depois de ter tido um contacto mais directo com a realidade portuguesa: «...reconheci que a Pide fascista portuguesa adoptara os mesmos métodos da Gestapo fascista alemã. O povo português tem feito enormes sacrifícios na luta pelas mesmas ideias por que Julius Fučík também se bateu: por um mundo melhor, justo, pacífico — pela vida socialista».



Julius Fučík com sua mulher Gusta Fučíkova

Homens simples, trabalhadores da terra, tomaram quando foi preciso a senda de Resistência. Foram todos fuzilados ao mesmo tempo pelos fascistas italianos. Tinham largado o arado para se baterem pela liberdade e pela justiça contra o privilégio e a opressão.

todos os antifascistas, de todos os que lutam pela paz e pelo progresso no mundo. Projectando-se para além da Resistência, como que a dizer a luta nunca acaba, nem sequer depois de uma grande vitória, o livro de **Marina Sereni** é o resultado de o testemunho de uma vida vivida sempre, até à morte, com o espírito militante, em que todos os actos, mesmo os mais banais, se explicam à luz de uma nova moral, não dogmática e absoluta, racionalmente conquistada num difícil dia-a-dia: uma lição de vida e de luta ainda hoje válida, esta talvez a razão mais importante para que valha a pena a publicação deste livro no Portugal do pós 25 de Abril.



Julius Fučík

Não são heróis guerreiros, mas encarnam todos os heróis da luta dos povos. O mesmo se passa com **Marina Sereni** e com os homens e mulheres do seu livro **Os Dias da Nossa Vida**. Passam por estas páginas quase trinta anos de vida italiana, desde o fascismo até ao pós-guerra, encarados sempre de uma perspectiva de luta, que foi sempre e continuará a ser a de

Foi assim em Portugal, foi assim na Checoslováquia, foi assim em Itália e continua a ser assim ainda hoje noutros países onde o terror fascista ainda não foi derrubado. Mas a luta continuará rumo a uma vitória certa, rumo a uma sociedade onde não exista a exploração do homem pelo homem, em que as liberdades e os direitos são respeitados e defendidos e em que a paz e o progresso e o bem-estar são os objectivos de toda a sociedade.

Há no entanto momentos mais duros dessa luta, momentos em que se arrisca a vida a todo o instante para vencer o inimigo de classe e aqueles que a ele se aliam. Em Itália, e também durante a Segunda Guerra Mundial é já no período que a antecedeu, muitos foram também os actos de heroísmo, muitas foram as vidas que se perderam e foi à custa das vidas desses heróis tantas vezes desconhecidos que foi possível rechaçar e vencer a monstruosa máquina nazifascista. Temos testemunhos de simplicidade aliada à grandeza dos feitos em **Os Meus Sete Filhos**. É bem real a história dos sete irmãos Cervi que nos é contada pelo seu pai.



## Rádio Moscovo transmite para Portugal

3 vezes por dia

Das 19.30 às 20.30; das 20.30 às 21.30 e das 22 às 23 horas, em 25, 31, 41 e 49 metros

# DEZ DIAS QUE ABALARAM O MUNDO

## ÚNICA EDIÇÃO INTEGRAL em

língua portuguesa, incluindo todos os documentos compilados por John Reed para a edição original. Tradução rigorosa da edição americana, que reproduz em fac-símile a primeira edição.



edições Avante! JOHN REED



PREÇO 150\$00 DISTRIBUIÇÃO CDL

Form for ordering the book 'Os Meus Sete Filhos' with fields for Name, Address, City, and Postal Code.

# Grande banca de Natal

NO CENTRO DE TRABALHO VITÓRIA Avenida da Liberdade, n.º 170 — Lisboa

# Temas vários

## Na Bulgária o futuro já começou - (1) Assegurar a habitação, objectivo prioritário

Escrever sobre a República Popular da Bulgária revela-se extremamente interessante, não só pelos aspectos semelhantes que antes da instauração do socialismo naquele país existiam em relação a Portugal, mas também para se poder aquilatar a transformação operada a todos os níveis, nos últimos 34 anos, após a Insurreição de 9 de Setembro de 1944 que constituiu uma mudança histórica no desenvolvimento da Bulgária a nível social, político e económico.

A Bulgária tem uma superfície um pouco maior do que Portugal e a sua população total era, em 1975, inferior em um milhão à portuguesa. Antes da Insurreição de 1944, a actividade predominante na Bulgária era a agricultura — apenas 30 por cento da população estava radicada nas cidades —, a indústria praticamente inexistente, a assistência médica e medicamentosa um luxo de que podiam beneficiar apenas os mais ricos. Em suma, uma situação muito idêntica, se não pior, à que se vivia em Portugal nos anos quarenta e que por isso mesmo pode servir de termo de comparação para a Bulgária de hoje.

apenas se construíram 11 000 fogos. A maioria das pessoas tem já o dinheiro para pagar a casa. Um apartamento de uma assoalhada (não estão incluídos o «hall» de entrada, a cozinha e a casa de banho) pode custar 6000 leva. O de duas vai de 10 a 11 mil leva. O de três entre 13 a 15 mil. E o de quatro assoalhadas pode ir de 16 a 18 mil. Se tivermos em conta que um leva equivale a cerca de 34\$00, o apartamento mais caro de quatro assoalhadas custará, no máximo 612 contos em moeda portuguesa.

**Todos terão a sua casa** Sabendo as dificuldades que existem no campo da habitação, no entanto uma certeza se mantém: nos próximos 10-15 anos qualquer família terá assegurado um alojamento independente e confortável, com uma superfície média de 80 a 85 metros quadrados e com um quarto separado para cada membro da família. A comprovar esta política, aí estão os bairros que hoje se erguem nos arredores de Sófia. Também aqui a diferença é enorme. Ao princípio a grande preocupação era alojar o mais rápido possível as pessoas que afluíam à cidade. Hoje, verifica-se já todo um cuidado com os acabamentos, tanto internos como externos, proporcionando estes últimos um colorido agradável ao aglomerado populacional. As despesas com a habitação são irrisórias comparadas com as nossas. O aluguer, nos casos em que ainda existe não excede os 6,5 por cento do rendimento familiar.



A Bulgária pouco maior é do que Portugal. No entanto, hoje, possui mais de 183 hospitais, 3600 dispensários e policlínicas e 190 sanatórios e casas de repouso. Naquele país, o número de médicos ultrapassa já os 19 000, o que representa um médico para 464 habitantes. A Alemanha Federal tem um médico para 540 habitantes e os EUA um médico para 620 habitantes. A assistência médica e medicamentosa é gratuita

Trinta e quatro anos após a insurreição de 9 de Setembro de 1944 estão à vista as transformações realizadas. Muito embora a agricultura continue a ser um factor determinante da economia búlgara, esta processa-se agora de acordo com uma mecanização que, passe a expressão, poderíamos classificar quase no domínio da ficção científica; a indústria desenvolve-se a um ritmo acelerado e por toda a parte se vêem novas fábricas em construção ou grandes «combinats» em plena laboração.

Neste último caso, o eventual comprador apenas precisa de possuir 1800 levass — o equivalente a 62 contos — que depositará no banco para a compra da casa. O Estado faz o empréstimo do restante, o qual será pago, conforme as condições, durante 15, 20 ou 25 anos, em prestações mensais, a um juro extremamente baixo.

Presentemente, a grande tendência é para a construção de apartamentos pelas empresas estatais que depois são vendidos. Em menor escala, verifica-se a construção por intermédio de cooperativas. No campo, as casas são construídas pelos camponeses que beneficiam de créditos e ajudas substanciais dos complexos agro-industriais e das cooperativas agrícolas.

Esta imagem repete-se por todos os recantos da cidade. E, no entanto, apesar desta febre de construção, é neste sector que os habitantes de Sófia sentem hoje as maiores dificuldades. Mas o problema não é escamoteado. Por toda a parte ele é discutido e o governo manifesta a intenção decidida de o resolver. Por isso, quando dissemos que é neste sector que a população de Sófia sente as maiores dificuldades, há alguns aspectos que convém recordar.

Em 1944, cerca de 70 por cento da população búlgara encontrava-se no campo. Hoje, apenas 20 por cento está localizada fora das cidades. A atracção das grandes cidades é enorme e não é de um dia para o outro que se resolve eficazmente a questão habitacional. Por outro lado, em Sófia, não existem bairros de lata. As pessoas que não têm casa acomodam-se na habitação de uma pessoa de família ou de um amigo, esperando conseguir a sua casa própria, o que pode demorar algum tempo.

E aqui que o problema ganha características especiais. Em média, segundo as pessoas que me falaram deste assunto, um casal pode esperar quatro a cinco anos até comprar a sua casa.

### Uma cidade que cresce

Para quem entrar na Bulgária pelo aeroporto de Sófia — aeroporto já insuficiente para o tráfego que o utiliza, em especial no que diz respeito às carreiras domésticas e aqui convém dizer que os transportes aéreos internos são extremamente baratos — a primeira visão da cidade são os grandes blocos de apartamentos em construção.

comprador apenas precisa de possuir 1800 levass — o equivalente a 62 contos — que depositará no banco para a compra da casa. O Estado faz o empréstimo do restante, o qual será pago, conforme as condições, durante 15, 20 ou 25 anos, em prestações mensais, a um juro extremamente baixo.

A electricidade custa o quilovatio 0,02 leva, ou seja \$68 no nosso dinheiro. Uma casa que tenha aquecimento central gastará por mês cerca de 4 leva em electricidade. Aproveitando a energia das fábricas e das centrais térmicas é intenção do Estado abastecer todas as habitações com água quente, o que já sucede nas construções mais recentes. Nas antigas, face à complexidade das obras isso ainda não foi plenamente conseguido, sucedendo que um quartoiro pode já ter aquecimento central

Há o dinheiro falta a casa Presentemente, em Sófia, constroem-se por ano cerca de 150 000 apartamentos (na esmagadora maioria de três assoalhadas). Recorde-se que em 1973, em todo o distrito de Lisboa,



O recurso a novas técnicas de construção civil foi necessário para poder satisfazer rapidamente a procura. Na Bulgária ter uma casa não é uma coisa inacessível como sucede nos países capitalistas em que largas camadas da população habitam bairros de lata. Naquele país socialista, entre 1945 e 1974 foram construídos mais de um milhão e meio de fogos. Em muitos locais, sobretudo nas aldeias, todas as casas que agora existem são novas

enquanto que o quarteirão do lado ainda não o possui. De qualquer modo, também aqui os gastos não são elevados. A água quente poderá custar no máximo 2 leva por mês e por pessoa e não precisará de ser utilizada mais do que cinco meses por ano, o tempo em que o frio se faz sentir. No caso de não ter aquecimento central o aquecimento pode e é feito geralmente a mazute ou então por intermédio da energia eléctrica.

Não há revisores nos transportes públicos. Pequenas máquinas colocadas no interior dos veículos permitem que o passageiro inutilize o seu bilhete que custa 0,06 leva para qualquer percurso. Os passes sociais — chamemos-lhe assim — custam 2 leva para uma carreira, 3 leva para duas carreiras e 5 leva para a totalidade dos transportes.

Neste último caso, ainda é possível poupar. Quem estiver interessado pode adquirir um contador adicional que, funcionando apenas durante a noite, permite que a energia eléctrica gasta entre as 20 horas e as 6 da manhã custe metade do preço. A água fria custa por ano e por toda a família o máximo de 12 levass — 508 escudos.

Nas paragens o máximo que se espera é cinco minutos. Nunca vi não pararem por excesso de lotação. Viaja-se à vontade em Sófia, sem grandes apertos. Para este eficiente escoamento das pessoas que vão ou vêm do trabalho muito contribui a diferenciação de horários — pois os empregados de serviços acabam os seus empregos por volta das 17 horas enquanto que o comércio encerra pelas 19-20 horas. Também nas fábricas o trabalho processa-se em geral por turnos. Daqui que não se verifiquem as chamadas horas de ponta em que grandes multidões procuram a todo o custo entrar nos transportes já superlotados.

### Como são diferentes os transportes

Em Sófia não existe metropolitano. Para o transporte dos habitantes funcionam apenas carreiras de eléctricos com duas ou três carruagens conforme as linhas, «trolleys» e autocarros, mas estes, sempre com atrelado. E no entanto, a sensação que tive foi a de não dar pelos transportes públicos — sinal que são eficientes.

Por seu turno, os automóveis particulares que se vêem em grande número nas ruas de Sófia — começa a fazer-se sentir o drama do estacionamento — são pouco utilizados na deslocação casa-emprego e vice-versa.

### Um comércio intenso

A fazeremos, lê na intensa propaganda reaccionária que circula em Portugal sobre os países socialistas, a primeira reacção para quem passeia pelas ruas de Sófia é de espanto. As lojas comerciais sucedem-se umas atrás das outras. Os mais variados produtos lá podem ser comprados — desde o televisor a cores até à máquina de calcular de bolso. Mas o mais impressionante é, sem dúvida, a quantidade de pessoas que invade as lojas, não para ver, mas para comprar.

Passou-se comigo, aliás um facto significativo do poder de compra do povo búlgaro. No primeiro domingo que passei em Sófia um português que ali estudava acompanhou-me numa visita ao centro da cidade. Uma loja de artigos musicais onde numa montra estavam expostos vários acordeões ao preço de 40 leva cada, despertou-lhe a atenção. Como o tivesse encontrado segunda-feira à noite, perguntei-lhe: — Então, sempre compraste o acordeão? — Qual quê! — respondeu-me com um ar triste — Quando lá fui esta tarde não havia nenhum.

Mas este é apenas um caso pitoresco. Como pitorescas são as bichas para comprar bananas enquanto que o leite colocado em grandes câmaras frigoríficas completamente cheias é olhado quase com indiferença.

Mas disto e de outros aspectos da vida diária do povo búlgaro falaremos na próxima semana.

## O filme A Festa do «Avante!» no Festival Internacional de Leipzig

O filme «A Festa do Avante!», produzido pela SIP do PCP e realizado pela Unidade de Produção Cinematográfica Número Um, foi o único filme português seleccionado para o 21.º Festival Internacional de Documentários e Curtas Metragens recentemente realizado em Leipzig, na República Democrática Alemã. Um vasto auditório internacional seguiu com grande interesse a projecção do filme «A Festa do Avante!» que documenta o trabalho esforçado, a dedicação, a imaginação e o talento dos trabalhadores portugueses e do seu Partido para fazerem do matagal do Jamor uma pequena cidade de luz e de som, de alegria e fraternidade.

Realizado sob o lema «Filmes do Mundo para a Paz no Mundo» o Festival de Leipzig constituiu, nesta 21.ª edição, uma excepcional mostra de filmes e de notáveis documentos sobre a luta de libertação dos povos, a luta contra a exploração e a guerra, contra o racismo e a reacção da luta dos povos pela democracia e a justiça social, e também uma grande jornada de solidariedade anti-imperialista.

Referindo apenas o conteúdo de alguns dos filmes premiados poder-se-á bem avaliar do interesse do Festival de Leipzig como tribuna dos filmes que reflectem e analisam a luta actual dos povos pela transformação do mundo, o processo revolucionário mundial. «A Jornada da Terra», apresentado pela OLP, trata de uma jornada de luta da população árabe de Israel pelos seus direitos

nacionais. «Introdução a Camilo» da Colômbia, traça o retrato de um padre que toma partido pelos interesses do seu povo e dedica a sua vida à luta popular.

«Os Americanos Tranquilos», da URSS, constitui um notável documento de denúncia das actividades de conspiração da CIA por todo o mundo. «Controlling Interest», dos EUA, denuncia os grandes grupos multinacionais norte-americanos que submetem povos inteiros aos seus interesses egoístas. «Estas São as Armas», de Moçambique, relata com imagens históricas e com imagens da vida actual a unidade e a luta do povo moçambicano contra o colonialismo e contra as recentes agressões dos racistas rodesianos. «Os 55 Irmãos» de Cuba, constitui um emocionante testemunho da visita a Cuba de uma brigada de jovens que os pais

Nesta 21.ª edição do Festival de Leipzig foram exibidos 162 filmes de 43 países e ainda de Berlim-Oeste, da OLP, da

SWAPO, da ONU e da UNESCO. Para competição foram apresentados 82 filmes de 35 países e organizações e, em sessões de informação, passaram mais 66 filmes de 33 países e organizações; 14 filmes foram exibidos em sessões especiais.

O júri Internacional, composto por cineastas da Checoslováquia, Estados Unidos da América, Finlândia, Índia, Iraque, Jugoslávia, Polónia, RDA, URSS e Uruguai atribuiu as «Pombas de Ouro» do Festival aos filmes «A Jornada da Terra», produzido pela Organização de Libertação da Palestina, e «Nicarágua, Setembro de 1978», reportagem realizada por uma equipa de cineastas chilenos exilados na Holanda, a filmes de Espanha, Colômbia, União Soviética, Estados Unidos, Moçambique e Cuba e a dois filmes de animação da Checoslováquia e da Hungria.

havam levado da sua pátria quando do triunfo da revolução. «Dolores em Bilbao», de Espanha, é a reportagem do primeiro comício realizado no País Basco com a presença do primeiro-ministro da União Soviética. «Liberdade para a Namíbia», filme da ONU, denuncia o contraste chocante entre a vida dos colonos brancos e as condições de miséria da imensa maioria da população africana naquela território ilegalmente ocupado pela África do Sul.

O Festival de Leipzig contou este ano com a presença de cerca de 1200 participantes, sendo 420 da RDA e 750 de outros países. A convite do CC do PSUA esteve presente uma delegação do PCP composta por João Paulo Guerra, da SIP do PCP, e pelo cineasta Manuel Costa e Silva.

Semana

13 Quarta-feira 1922 — Formação da República Federativa Socialista Transcaucasiana.

O primeiro-ministro grego, Constantino Caramanlis, afirma em Atenas que as últimas propostas da CEE relativas à entrada da Grécia neste organismo económico não podem ser aceites por prejudicarem os interesses e o orgulho nacional da Grécia. ■ A emissora oficial angolana informa que 16 elementos do movimento pró-imperialista UNITA, acusados da autoria de atentados que causaram a morte a dezenas de pessoas, foram julgados e condenados à morte na cidade de Huambo. ■ É revelado na imprensa diária que companhias norte-americanas vêm fornecendo, há muito, aos racistas da Rodésia, petróleo, mercenários e pilotos de avião, o que levou a administração norte-americana a determinar inquéritos a tais factos. ■ Segundo resultados parciais fornecidos em Lusaka, o presidente Kaunda da Zâmbia obteve 83,1% dos votos nas eleições presidenciais ontem realizadas. ■ O secretário de Estado norte-americano Cyrus Vance fracassa na sua missão ao Médio Oriente para aproximar os «pontos de vista» do Egipto e de Israel e vencer os obstáculos que os separam para a conclusão do seu «tratado de paz». ■ Sadam Hussein, vice-presidente do Conselho da Revolução Iraquiana, deixa Moscovo, após uma visita oficial à URSS, durante a qual ambas as partes acordaram num reforço de assistência militar soviética ao seu país. ■ Um chefe de polícia municipal e o dono de um estabelecimento são mortos, em dois atentados separados, no País Basco. ■ A 3.ª Comissão da Assembleia Geral da ONU aprova uma resolução que acusa a ditadura chilena de continuar perpetrando graves violações aos Direitos do Homem.

14 Quinta-feira 1960 — Criação da OCDE.

O presidente Daniel Arap Moi, do Quênia, decide libertar todos os presos políticos, alguns dos quais se encontravam encarcerados há mais de dez anos. ■ O governo militar do Irão, que tenta salvar a ditadura do Xá, monta manifestações de apoio ao Xá em várias cidades do país, o que dá origem a mais uma onda de violência devido à acção selvática dos «manifestantes» inventados pela ditadura. ■ O secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim, expressa a sua preocupação pela possível relação entre o desaparecimento de presos políticos no Chile e a descoberta de mais de 20 cadáveres num forno de cal, perto da capital chilena. ■ A Câmara dos Comuns «salva» o governo trabalhista britânico de James Callaghan, aprovando uma moção de confiança por 300 votos contra 290. ■ O governo de Salisbury anuncia oficialmente que helicópteros norte-americanos «Bell Huey», que os EUA utilizaram na guerra do Vietname, estão a ser usados pelo governo racista de Ian Smith na sua luta contra os guerrilheiros nacionalistas. ■ Morre em Locarno, na Suíça, com 92 anos de idade, o escritor e historiador espanhol Salvador de Madariaga. ■ A Assembleia Geral da ONU pede ao Conselho de Segurança que imponha um embargo obrigatório ao fornecimento de armas ou qualquer equipamento, materiais e tecnologia nuclear a Israel.

15 Sexta-feira 1918 — Fundação do Partido Comunista Polaco; o seu continuador, o Partido Operário Unificado da Polónia, foi fundado em 1948.

O Conselho de Segurança da ONU aprova a prorrogação, por mais seis meses, do mandato da força de paz da ONU em Chipre. ■ Indivíduos armados assassinam em Turim, Itália, dois agentes da polícia de serviço ao exterior da Penitenciária de Turim. ■ O ministro dos NE sionista, Moshe Dayan, declara que se as negociações bloqueadas com o Egipto não forem readidas em breve, Israel anulará as decisões de Camp David, exigindo recomençar tudo de novo. ■ Morrem pelo menos 14 pessoas e mais de 50 ficam feridas num desastre de comboio perto da cidade espanhola de Manzanares. ■ Jornalistas italianos e pessoal editorial iniciam uma greve de 24 horas, suspendendo a publicação de todos os jornais italianos.

16 Sábado 1971 — Independência do Bangla Desh.

Os EUA e a RP da China estabelecem relações diplomáticas, tendo os EUA reconhecido oficialmente a existência de uma única China e retirado o seu apoio político à Formosa. ■ O governo ditatorial do Irão anuncia pela rádio que os trabalhadores que fizeram greve serão despedidos. ■ Kenneth Kaunda presta juramento para um quarto mandato como presidente da Zâmbia, cargo que tem ocupado nos 14 anos de independência do país. ■ O primeiro-ministro irlandês, Jack Lynch, declara no Parlamento que a Irlanda irá aderir ao novo Sistema Monetário Europeu (SME). ■ Ministros do Petróleo da OPEP iniciam, na cidade de Abu Dabi, dois dias de conversações secretas sobre o aumento dos preços do petróleo para o próximo ano. ■ O governo britânico de James Callaghan, que antontem venceu a tangente uma moção de confiança, anuncia que vai traçar uma nova «política salarial». ■ A Assembleia Geral da ONU aprova três importantes resoluções onde se considera que o sionismo é em si mesmo uma forma de racismo, confirmando anteriores tomadas de posição relativas a tal assunto.

17 Domingo 1975 — Começa o I Congresso do Partido Comunista de Cuba.

A União Soviética congratula-se pela criação da Frente Unida Nacional do Camboja, que congrega as forças patrióticas do país em luta pela autêntica liberdade e independência da sua pátria, opondo-se ao regime impopular de Pol-Pot. ■ O primeiro-ministro racista da Rodésia, Ian Smith, admite que o seu regime ilegal não está em condições de ganhar a guerra contra os nacionalistas do Zimbábue. ■ A OPEP decide aumentar o preço do barril de petróleo normal, no próximo ano, em quatro fases, subindo o preço até 1 de Outubro de 1979, de 12,70 dólares para 14,54 dólares por barril. ■ Expira o prazo para a assinatura do tratado de paz israelo-egípcio, sem que o «pacto» esteja à vista. ■ Indivíduos armados ferem mortalmente, em San Sebastian, no norte de Espanha, um coronel reformado. ■ O governo de Argel afirma que um avião militar marroquino «C-130» lançou três caixotes de armas e explosivos na costa argelina, o que Argel considera um grave ataque à segurança nacional.

18 Segunda-feira 1917 — Abertura das negociações de Brest-Litovsk.

A agência espacial dos EUA anuncia que a estação orbital «Skylab» foi abandonada definitivamente, bem como o programa cosmonáutico com ela relacionado. ■ No Irão uma unidade do Exército recebe ordens para regressar ao quartel, após se verificar a insubordinação de soldados dessa Unidade recusando-se a reprimir os seus patriotas que hoje, em todo o país, se manifestaram numa jornada de luta e greve. ■ O Conselho Geral Basco, órgão máximo da pré-autonomia basca e integrado pelos partidos mais votados na região, faz uma proposta de diálogo com a ETA militar e o EWTA político-militar. ■ O primeiro-ministro japonês, Masayoshi Ohira, escapa ileso dum atentado dum criminoso ligado a organizações de direita.

19 Terça-feira 1906 — Greve geral em Moscovo.

A Grã-Bretanha entra em estado de alerta por causa de atentados bombistas, após duas potentes deflagrações abalarem Londres. ■ O primeiro-ministro belga Paul Vanden Boeynants entrega a comissão do seu governo de coligação ao rei Balduino, na sequência das eleições legislativas do passado domingo. A situação relativa dos diversos partidos não se alterou com os resultados eleitorais. ■ O antigo primeiro-ministro do Paquistão, Ali Bhutto, rejeita no Supremo Tribunal a acusação de ter ordenado o assassinio de um opositor político.

Aumento dos preços do petróleo: o mundo capitalista é vítima?

Na sua última reunião, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) decidiu um aumento do preço do petróleo de pouco menos de 15%, aumento escalonado em quatro etapas até 1 de Outubro do próximo ano.

O aumento do preço das ramas provocou reacções de alarme no mundo capitalista. São significativas as imediatas baixas do dólar nos mercados monetários de várias capitais do mundo capitalista. O ouro subiu, reagindo à baixa de cotação do dólar.

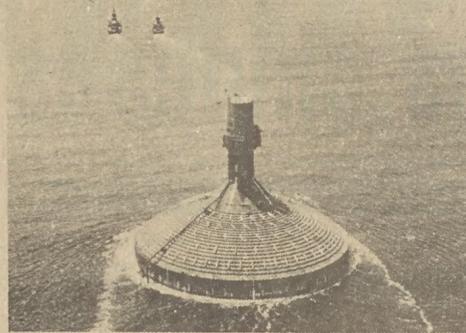
O aumento dos preços do petróleo, decidido pela OPEP, surge depois de dois anos de congelamento, e constitui uma medida indispensável face à permanente desvalorização do dólar americano — que a continuar imporá novos aumentos do preço das ramas — e ao aumento dos produtos industriais, exportados pelos EUA e por outros países capitalistas. Os aumentos determinados — que não cobrem a deterioração do preço do petróleo nestes dois últimos anos — resultam, como foi salientado pelos ministros dos 13 Estados da OPEP, «da elevada taxa de inflação e da depreciação do dólar (...), e daí a substancial erosão nas receitas do petróleo dos países membros e os seus efeitos adversos no seu desenvolvimento económico e social».

Agora o mundo capitalista clama contra os aumentos do preço do petróleo, acusando os países produtores do agravamento das suas dificuldades económicas, e da crise. Na verdade, a crise energética, que afecta a economia capitalista, em particular a norte-americana, desde 1973, não

é consequência das medidas de protecção dos seus interesses assumidas pelos países produtores, mas uma consequência da política neocolonialista prosseguida pelo mundo capitalista, nomeadamente os EUA.

O exemplo dos Estados Unidos é elucidativo. No território deste país há reservas incalculáveis de combustíveis, capazes de suprir durante décadas as necessidades do país. Entretanto, no pós-guerra, os monopólios americanos preferiram lançar-se na exploração do petróleo dos países subdesenvolvidos, onde os gastos com a extracção do petróleo, pela exploração de uma mão-de-obra barata, são sensivelmente inferiores. A exploração assumiu a forma de uma pilhagem incontrolada. Entre 1950 e 1977, os monopólios americanos fizeram passar de 45 para cerca de 450 milhões de toneladas anuais, as importações de petróleo e derivados árabes, venezuelanos, nigerianos, iranianos e indonésios. Extraindo o petróleo a 1-4 dólares a tonelada e revendo nos EUA a 20-25 dólares, os monopólios americanos obtiveram lucros da ordem de milhões de dólares.

Mas enquanto os monopólios angariavam lucros, era travado o desenvolvimento da base



Depósito para 22 milhões de galões de petróleo, no Golfo Pérsico

energética dos países capitalistas.

No início dos anos 70, os Estados em vias de desenvolvimento nacionalizaram os seus recursos petrolíferos, até então nas mãos dos neocolonialistas. Em 1 de Janeiro de 1974, os países produtores de petróleo alteraram o seu preço no mercado mundial, apropriando-se dos lucros que os monopólios arrancavam dos seus países. O preço do petróleo passou de 13-15 dólares a tonelada em 1950-70 para 80-90.

Os grandes monopólios internacionais do petróleo, não diminuíram com isso os seus lucros. Aumentaram-nos, assim provocando novo abrandamento do desenvolvimento económico, aumentando de vários milhões o exército de desempregados e acelerando o aumento do custo de vida nos países capitalistas.

compreendeu o erro de cálculo que tinha laborado. Mas a distância entre essa compreensão tardia e as soluções práticas é demasiado grande. Somam-se-lhe as contradições entre os monopólios e entre os países capitalistas. Os EUA, por exemplo, têm feito tudo para atrair com as consequências da sua crise para cima dos outros países da CEE, provocando sucessivas quedas do dólar.

Na verdade, o grande capital, incapaz de enfrentar a crise energética que engendrou, baseia as suas «soluções» na continuação de uma política neocolonialista, e o seu renascimento em certas zonas. A política que desenvolve em relação ao Médio Oriente, ou ao Irão está estreitamente ligada a estas «soluções». O que envolve grandes perigos e tem provocado milhares e milhares de mortos. Mas está inevitavelmente votada ao fracasso.

O mundo capitalista

Luta contra o Xá também nos quartéis

Novos elementos se inserem na batalha ininterrupta que se trava no Irão contra o regime do Xá.

Soldados iranianos não obedeceram às ordens dos seus oficiais; em Tabriz, cidade do noroeste, uma unidade do exército que tinha ordens para guardar o trajecto de uma manifestação contra o Xá, recolheu ao quartel por se registarem recusas de atirar sobre os manifestantes, num movimento de protesto que foi até à adesão de militares à manifestação.

Acentuam-se as manobras tendentes a salvar ainda a monarquia. O esforço de um compromisso com uma oposição moderada passou por propostas de formação de um «conselho da coroa» (onde o Xá seria figura sem poder executivo), feitas em contactos do Xá com elementos da oposição, em particular com Karim Sanjubi, dirigente da Frente Nacional. Admitiu-se a formação de um outro governo civil, mas sem qualquer participação da oposição. Paralelamente, e no claro intuito de melhorar a sua imagem a nível nacional e internacional, o regime promoveu manifestações «populares» de apoio ao Xá. Camponeses transportados em camiões, soldados nas ruas para apoio da manifestação, tiros e bastões destinados a obrigar toda a gente a dar vivas ao Xá: a imagem de uma manobra falhada, onde a violência também se imiscuiu para que nem um

momento se possa esquecer o verdadeiro rosto do regime.

Ainda um outro elemento altamente significativo: o Irão, o submisso apoio do capitalismo internacional na OPEP, o segundo maior exportador de ramas do mundo, começou a importar petróleo.

Este facto — a importação de petróleo — traduz a envergadura e carácter determinante, apesar da debilidade organizativa, do movimento popular. Greves e manifestações sucedem-se ininterruptamente ou mantêm-se firmemente, como prova da vontade de massas, apesar da brutalidade da repressão. A arma económica, pensável sem a activa participação das massas trabalhadoras, pesa actualmente de forma decisiva no contexto da situação revolucionária que se vive no Irão. As tropas nas zonas petrolíferas, as ameaças, as prisões, as ofensivas da tropa, não impedem o prosseguimento da luta. O sistema bancário, os Ministérios do Comércio, da Economia e das Finanças estão paralisados. Cortes da electricidade, durante várias horas, deixaram, às escuras grandes áreas de Teerão a semana passada. As manifestações prosseguem em diversas cidades do país. A acentuação da repressão, que passa hoje por formas brutais, como o metralhamento de manifestantes por tropas helio transportadas, não se está



Xá e petróleo

a reflectir num refluxo do movimento popular de massas.

Num contexto de massivo repúdio popular pela ditadura do Xá, mais ressaltado o apoio confesso da Casa Branca a um regime condenado e altamente repressivo. O reforço dos elementos da CIA no Irão, referido pelo «New York Times», a afirmação inequívoca de Carter de que «o Xá tem o nosso apoio e, seguramente, a nossa confiança», são factos que uma vez mais confirmam que os sustentáculos dos interesses do imperialismo no mundo são os regimes mais profundamente reaccionários. Regimes que estão condenados.

As negociações «SALT-II» fortalecem a Paz no Mundo

Quando Paul Wranke, o principal negociador norte-americano para as questões do desarmamento, afirmou no passado mês de Junho que as negociações para a limitação de armas estratégicas (SALT) tinham um valor em si e não dependiam de outros eventuais contenciosos entre os EUA e a URSS, dava expressão a um recuo da administração Carter relativamente a anteriores (e agressivas) posições face às negociações SALT e a uma derrota dos «falcoes» do governo estadunidense.

As conversações SALT para a obtenção de acordos sobre a limitação de armas estratégicas tiveram, desde sempre, uma importância fundamental para o reforço da paz no mundo e definem um passo valioso na política de desarmamento, pois os seus objectivos visam diminuir a corrida aos armamentos e abrandar as tensões internacionais que, eventualmente, poderiam conduzir a conflitos de consequências imprevisíveis.

A URSS desde sempre se empenhou profundamente nestas

conversações, quer apresentando propostas construtivas e viabilizáveis quer actuando nas diversas fases das conversações com permanente maleabilidade, constituindo a sua actuação, para quem se disponha a contabilizar o longo processo SALT, uma exemplar demonstração de boa vontade.

Mais difíceis se têm apresentado as coisas por parte dos EUA. O complexo militar-industrial norte-americano, que domina a economia do país e exerce poderosas influências em toda a governação dos EUA, jamais esteve ou estará interessado no bom andamento das conversações SALT e, muito menos, na sua concretização: havendo acordos para a limitação de armamentos, deixa de haver interesse em produzi-los pois reduzem-se os mercados que os absorvem. Logo, pela lógica desses «senhores da guerra», há que preservar lucros, impedindo, por todos os meios, a concretização de quaisquer acordos que limitem a produção de armas. Daí a guerra às negociações SALT, escorada, como sempre, em campanhas



anti-soviéticas cujos argumentos, ciclicamente, assentam na «superioridade militar» da URSS, o que alterna, em ridícula contradição, com também cíelicis afirmações de «esmagadora superioridade militar do Ocidente» sobre o «bloco socialista».

Todavia a perseverante luta das forças progressistas e dos povos do mundo inteiro em prol da paz e do desarmamento tem derrotado as manobras dos círculos belicistas do imperialismo. Os avanços nas conversações SALT são ilustrativos dessa realidade. Recentemente foi o próprio presidente Carter, dos EUA, que confirmou os progressos registados nas conversações, mostrando-se confiante numa breve concretização dos acordos, o que constitui uma evolução positiva da Administração norte-americana face à importância dos SALT e atesta o crescente isolamento das forças mais reaccionárias do imperialismo.

O 30.º aniversário do POUP e do seu órgão central, o «Trybuna Ludu»

O Partido Operário Unificado Polaco — fundado em 15 de Dezembro de 1948 — é o herdeiro de todas as tradições progressistas e verdadeiramente democráticas da nação polaca, da sua classe operária, do camponato e da intelectualidade e surgiu da unificação dos dois partidos operários existentes na Polónia em 1948: o Partido Operário Polaco e o Partido Socialista Polaco.

A Declaração da Unificação foi aprovada no Congresso realizado em 15 de Dezembro, há trinta anos, altura em que iniciou igualmente a sua publicação o «Trybuna Ludu», órgão do CC do POUP. O órgão central do POUP resultou igualmente da fusão de dois jornais diários — a «Voz do Povo» (órgão do Partido Operário Polaco) e o «Operário» (órgão do Partido Socialista Polaco).

O POUP é o legítimo herdeiro do primeiro partido revolucionário em terras polacas — «Proletariado» — que, no final do século passado, exigia para a Polónia as mais amplas liberdades políticas e cívicas.

Em 16 de Dezembro de 1918 é fundado o Partido Comunista da Polónia, continuador da corrente revolucionária iniciada pelo «Proletariado». Partido dirigente das massas trabalha-

doras, tornou-se o centro da cristalização das forças sociais mais progressistas, apresentando-se em aliança com a esquerda socialista e com o movimento camponês radical, influenciando a juventude radical e ligando-se aos círculos progressistas da intelectualidade.

Mais tarde, na luta do povo polaco contra os nazis, fortaleceu-se a unidade de acção dos dois partidos operários polacos, o POP e o PSP, tendo a unificação tido lugar em Dezembro de 1948 na base — segundo acentua a Declaração adoptada no Congresso de Unificação — das lutas conduzidas em comum, da apreciação comum das experiências, da posição comum em todos os problemas do presente, na base da ideologia comum e do objectivo comum — a realização do socialismo.

A força dirigente da moderna sociedade

Actualmente, na sociedade polaca de 35 milhões de habitantes, mais de dois milhões e setecentas mil pessoas possuem cartão de candidatura ou de membros do POUP,

agrupando assim os representantes mais conscientes e empenhados na obra da construção do socialismo dos diversos meios das massas trabalhadoras polacas.

A afirmação de que o Partido Operário Unificado Polaco é o representante da nação tem uma dimensão material, válida para o passado e para

o presente. Ontem, quando os sucessivos planos económicos permitiram a liquidação dos atrasos no desenvolvimento do país, a reconstrução e expansão da economia, e a política social permitiu o avanço social, profissional e cultural de milhões de operários e camponeses. Hoje, quando a realização do programa de construção da sociedade socialista desenvolvida afunda-se no empenhamento de todos os polacos, no seu trabalho consciencioso. Por tudo isto, o POUP é a força política central da sociedade polaca, tendo-se transformado, de partido da classe operária, em partido de toda a nação.

Os estreitos laços que unem o partido à classe operária e aos trabalhadores garantem-lhe a confrontação diária do seu programa com a opinião das massas, permitindo o seu enriquecimento com as experiências e conclusões que resultam da prática social e concretizando-se deste modo o princípio do poder popular e a participação cada vez mais ampla dos trabalhadores na gestão, bem como a igualdade de direitos e as liberdades individuais.

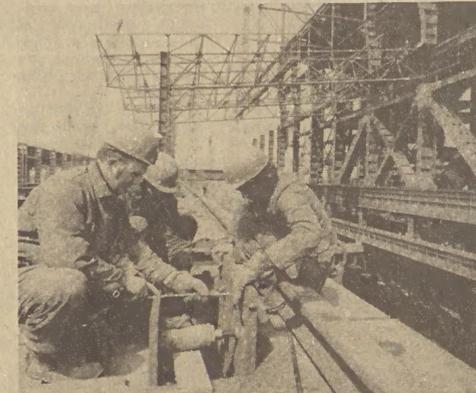
O órgão central do POUP

O «Trybuna Ludu» é o maior jornal polaco, com uma tiragem diária média de 750 000 exemplares, atingindo as edições de sábados e domingos um milhão de exemplares.

O órgão de imprensa do Comité Central do POUP desempenha assim, desde a fundação do POUP, um importante papel no esclarecimento dos problemas de significado nacional em todos os domínios da vida.

Nas suas páginas tratam-se os problemas do Partido, do Estado e da sociedade, a política económica, a agricultura, a problemática ideológica e a actualidade internacional.

Sendo difundido em 84 países do mundo, o órgão central do CC do POUP possui correspondentes próprios em Moscovo, Berlim, Praga, Budapeste, Sofia, Bucareste, B e l g r a d o , P e q u i m , Washington, Paris, Bona, Roma, Beirut, Argel e Estocolmo.



Trabalhadores conscientes que constroem uma nova sociedade

# A política de traição dos dirigentes chineses

**A «luta de duas linhas no partido... existirá ainda durante muito tempo. Esta luta surgirá dez, vinte, trinta vezes» – isto foi dito no X Congresso do Partido Comunista Chinês, quando Mao Tse-tung imperava na vida política do país, e a sua palavra era dogma indiscutível, sob a ameaça muito concreta da repressão.**

Hoje, e significativamente, a figura e as ideias de Mao são contestadas nas ruas, nos cartazes afixados nas paredes, nas manifestações. Mas na luta das «duas linhas», a que defende os interesses do povo chinês ainda não tem voz. Com novos nomes e novas fórmulas, o maoísmo persiste. O poder que fala de «democratização» proíbe as manifestações de rua. Secretamente, na Cidade Proibida, o CC do PCC chinês discute os destinos do povo chinês. Sem que o povo chinês seja consultado. A consigna das «quatro modernizações» (agricultura, indústria, defesa e ciência e tecnologia), concretiza-se com o recurso aos grandes monopólios internacionais, a troco da mão-de-obra barata constituída pelos trabalhadores chineses. No jogo das novas «purgas» e reabilitações, prossegue a luta pelo poder entre personalidades. O maoísmo não morreu com Mao. Mas vacila.

## ■ Duas orientações no movimento revolucionário chinês

O que hoje se passa na China é o prosseguimento da longa e dura batalha do movimento revolucionário chinês entre duas orientações fundamentais: a marxista-leninista e a internacionalista, e a nacionalista pequeno-burguesa, maoísta. Uma luta que radica nas condições extremamente difíceis em que se constituiu o Partido Comunista Chinês e em que posteriormente se formou a República Popular da China. O Partido Comunista Chinês nasceu em Julho de 1921, com a ajuda multilateral da Internacional Comunista, a partir dos círculos marxistas existentes. A China era então um país semicolonial, semifeudal, extremamente atrasado economicamente, social e politicamente. A este atraso correspondia uma estrutura social não desenvolvida. Em 1949, data da formação da República Popular da China, a indústria moderna contribuía com 17% do total da produção do país enquanto a agricultura contribuía com 70% dessa produção. O que a nível de estrutura de classes se traduzia na permanência esmagadora do campesinato, no prevalecimento de elementos pequeno-

-burgueses nas cidades, enquanto o operariado, numa população de 475 milhões de habitantes, não ultrapassava os 2,5 a 3 milhões.

As dificuldades objectivas para a constituição de um partido operário, somaram-se factores históricos importantes como o terror desencadeado, depois de 27, pelo domínio Chiang Kai-shekista, pelas tropas imperiais japonesas. No conjunto, entre 1927 e 1935, morreram cerca de 400 mil membros e simpatizantes do PCC, quase todos os militantes operários e quadros mais antigos. A brutalidade da repressão, que atingiu particularmente os poucos centros industriais, empurrou a acção do Partido para o campo.

## ■ O papel da pequena-burguesia

O problema da predominância da pequena-burguesia no Partido foi justamente destacado no plenário do CC do PCC realizado em 1927: «Um dos defeitos fundamentais da organização do PCC, que tem grande importância política, é a circunstância de que a quase totalidade do activo dirigente do nosso partido não ser composto por operários, nem sequer pelos camponeses mais pobres, mas por representantes da intelectualidade pequeno-burguesa». E na mesma reunião destaca-se: «O ascenso do movimento de libertação nacional, em cujo processo a burguesia e em particular a intelectualidade pequeno-burguesa, desempenhou no início um grande papel, adiantou-se muito em relação ao crescimento da consciência e da luta de classes entre as massas exploradas».

É nesta base social que o radicalismo pequeno-burguês e o chauvinismo de grande potência – ingredientes ideológicos do maoísmo – lançaram as suas raízes. O que abriu as portas a uma política de quadros da linha nacionalista que levou ao afastamento, paralisação e liquidação dos quadros marxistas-leninistas. E se saiu em números significativos como os que nos oferecem os dados de 56 referentes à composição de

classe das fileiras do Partido: 14% de operários e 69% de camponeses.

## ■ As campanhas maoístas

O domínio dos elementos nacionalistas e a substituição da linha marxista-leninista pelo «marxismo achinezado», a institucionalização posterior das «ideias de Mao» como dogma incontestável, viriam a impôr-se por sucessivas campanhas que de facto constituíam vagas repressivas contra todos os que discordassem de Mao ou, literalmente, não praticassem o seu culto.

Em 1941, o «movimento pela rectificação do estilo de trabalho», que se prolongou até 1945, representou o aniquilamento da democracia interna do partido, a instauração de um ambiente de terror. Foram liquidados várias centenas de milhares de militantes e simpatizantes comunistas. Metade do activo

do Partido foi, de uma forma ou outra, sujeito à repressão. Seguiram-se-lhe sucessivas campanhas do mesmo estilo: em 1954, em 57, 58, 60. Assim foi possível, no VII Congresso do PCC, realizado em 1945, assegurar o controlo maoísta no Partido, enquanto o IX Congresso (1969) fixou o estabelecimento, na República Popular da China, de uma ditadura militar burocrática. No contexto das campanhas políticas para liquidação do PCC, como partido da classe operária, partido marxista-leninista, e desvio do rumo socialista preconizado pelo povo chinês, tem uma importância decisiva a «revolução cultural», iniciada em 1966. Então deixaram de funcionar os órgãos de poder popular. O Partido foi paralisado e perseguido os seus quadros. Os «guardas vermelhos», instrumentos de repressão, posteriormente liquidados, mesmo fisicamente, quando já não interessavam, só admitiam nas suas fileiras comunistas que



A política internacional dos dirigentes chineses tem-se caracterizado pelo mais repugnante apoio às forças reacçãoárias de todo o mundo. O reconhecimento de Pinochet, os convites aos militaristas da RFA, aos representantes da extrema-direita portuguesa e tantos outros casos, fazem parte de uma acção que teve em Angola uma das mais criminosas manifestações: Pequim apoiou fortemente o agente da CIA Holden Roberto que na foto podemos ver, num campo de treinos dos bandos da FNLA, acompanhado de três «conselheiros» militares chineses

dessem provas especiais de submissão a Mao. Os sindicatos, a União das Juventudes Comunistas e outras organizações sociais, incluindo os pioneiros, foram dissolvidos. Todas as esferas

## ■ Reflexos na vida económica e social

A vida económica e social do país sofre as mesmas convulsões que atingem o PCC como partido marxista, inflitando o rumo socialista. Em 1956, os maoístas proclamam o «rumo orientado para a coexistência prolongada do Partido Comunista com os partidos democráticos burgueses, e o controlo mútuo entre eles», socavando o papel dirigente do PCC. Aproveitando esta tese a burguesia nacional passa à ofensiva aberta contra o socialismo na Primavera de 1957. Registam-se graves infracções às leis económicas fundamentais do socialismo. Ao objectivo da sociedade socialista, destacado por Lênine, de garantir o «pleno bem-estar e o desenvolvimento livre e total dos membros da sociedade», contrapõe Mao a «preparação para a guerra, preparação para a fome». Em 1958, a política do «grande salto», representou a paralisação da principal expressão política organizada da aliança entre o operariado e o campesinato – as assembleias de representantes do povo, constituídas por via democrática. No plano económico, o «grande salto» foi um golpe na industrialização do país: o valor do produto nacional bruto dimi-

uiu de 1/3 (a indústria de 50%) e o rendimento nacional cerca de 25%.

Em 1964, à custa de um grande esforço das massas trabalhadoras chinesas e de um relativo regresso às formas socialistas de administração, conseguiu-se o restabelecimento da produção industrial e agrícola ao nível de 1957. Mas entretanto a população tinha aumentado. E é também em 1964 que é lançada a primeira bomba atómica chinesa. A China entra na corrida aos armamentos. A militarização da economia é um facto: os gastos dedicados à indústria atómica, com fins militares superam em várias vezes os investimentos nos ramos civis da indústria. O golpe da «revolução cultural» na economia, traduziu-se num decréscimo de 20% na produção industrial, entre 1966 e 1967.

## ■ O povo chinês terá a sua palavra

O domínio do maoísmo na China, da linha pequeno-burguesa nacionalista, não se processou de forma linear. Teve grandes oscilações. Passou por lutas sangrentas. As campanhas de Mao saldaram-se em centenas de milhares de mortos.

Depois da vitória da revolução chinesa, triunfou inicialmente o rumo para a construção do socialismo e o reforço das relações internacionalistas com os países socialistas e o movimento operário internacional. No primeiro período de

existência da República Popular da China, o Partido Comunista determinou as vias concretas para a realização da perspectiva socialista. Em 1953 é formulada a linha geral para o período de transição que previa a mobilização de todas as forças para a transformação da China num poderoso Estado socialista. Em meados dos anos 50 tinham-se realizado profundas transformações na vida socio-económica do país. O 1.º plano quinquenal foi um êxito. Em 1956, o VIII Congresso do PCC elaborou e fixou o rumo para a construção da sociedade socialista. O Congresso promulgou a tese de que «o Partido Comunista Chinês guia-se na sua actividade pelo marxismo-leninismo», eliminando assim a tese do «marxismo achinezado» e as «ideias de Mao Tse-tung», plataforma ideológica do VII Congresso (realizado em 1945).

A instabilidade do domínio da linha nacionalista, as suas sucessivas crises, a resistência incessante das forças sãs no PCC que se reflecte em novas campanhas e depurações, demonstra que, apesar das difíceis condições, o maoísmo não conseguiu destruir os comunistas na China. Mantém-se os elementos socialistas na economia e na estrutura social do país, embora sujeitos a deformações por uma política anti-socialista. O renascimento da China socialista e do PCC como partido marxista-leninista, é um imperativo da História, uma necessidade objectiva da sociedade chinesa.



O culto da personalidade de Mao Tse-tung atingiu na China proporções que seriam ridículas se não correspondessem a uma criminosa política de repressão e destruição ideológica do Partido. Os cartazes como o que reproduzimos são bem uma imagem da transformação de um dirigente político numa figura endeusada, sujeita a uma adoração irracional e mística tornada necessária pela derrocada teórica de uma orientação atolada no chauvinismo e nas influências pequeno-burguesas

## Lançadas as bases de um «eixo» agressivo: China, EUA, Japão

No dia 1 de Janeiro, serão reatadas relações diplomáticas entre a China e os Estados Unidos. Em Agosto foi assinado o «Tratado de Paz e Amizade» entre a China e o Japão.

A propósito do restabelecimento de relações entre Washington e Pequim, Hua Kuo-feng, chefe de Estado chinês, afirmou que não se trata de dirigir a normalização das relações contra qualquer país, garantindo simultaneamente que tanto esta normalização de relações como o tratado nipo-chinês, são favoráveis ao desenvolvimento da paz e da estabilidade na Ásia e no resto do mundo.

De paz e de estabilidade se fala de facto em ambos os documentos. Mas não só. No «Tratado de Amizade» assinado em Agosto, inscreve-se o compromisso de ambas as partes de lutar contra a «hegemonia» de uma terceira potência. E não é difícil adivinhar que «terceira potência» é essa. No comunicado final do restabelecimento de relações entre os EUA e a China, refere-se a oposição aos esforços que qualquer outro país ou grupo de países

desenvolvam para conseguir tal hegemonia. Que país? Que grupo de países?

Em Março de 1978, no encontro em Pequim com o vice-presidente do grupo CDU/CSU no Bundestag oeste-alemão, Teng Hsiao-ping declarou que face a «problemas comuns», como «a ameaça proveniente da União Soviética», será necessário que a China e o Japão tomem medidas defensivas a Este e a Europa e os Estados Unidos a Oeste.

Os acordos entretanto assinados nada têm a ver com estas palavras?!

Os factos demonstram que sim. E do conhecimento geral que a China tem-se dirigido a todos os países da NATO para a compra de armas. Imediatamente após a assinatura do tratado de «amizade» nipo-chinês, o chefe-adjunto do Exército Maior General do Exército chinês, Chang Tsai-chien, deslocou-se a Tóquio, onde estabeleceu contactos com o exército japonês e propôs que fosse aceite a variante chinesa de cooperação militar, tendo encomendado aos representantes dos monopólios militares

japoneses sistemas de pontaria de mísseis, radares, equipamentos electrónicos para instalações de mísseis nucleares. Na verdade, e apesar dos desmentidos dos dirigentes chineses, os acordos de «paz» e «amizade» da China com o Japão e os Estados Unidos, lançam as bases de uma flagrante aliança anti-soviética, que se concretiza num novo «eixo» agressivo: China, Japão e Estados Unidos da América.

Tal política é profundamente perigosa para a paz na Ásia e no mundo: põe nas mãos de políticos aventureiristas que hoje dirigem um imenso país uma imensa acumulação de armas. Em 1958, numa reunião do Conselho militar do CC do Partido Comunista Chinês, Mao Tse-tung declarou: **Dentro de alguns anos construiremos impreterivelmente um grande império e estaremos aptos a desembarcar no Japão, nas Filipinas e em São Francisco.** A política agressiva que vem a ser seguida por Pequim, confirma estas palavras. E nem só à União Soviética ou o Vietnam socialista estão ameaçados. São Francisco fica nos Estados Unidos.

## O ataque da China ao Vietnam socialista e as pretensões hegemónicas

Depois de mais de trinta anos de luta heroica pela libertação e pela defesa da unidade do seu país, o povo vietnamita necessita vitalmente de paz. Paz para reconstruir a economia. Paz para finalmente promover condições de bem-estar para todo o povo.

Entretanto, hoje, livre do colonialismo e do imperialismo, o Vietnam faz face a um contra-ataque das forças reacçãoárias internacionais. Nesse contra-ataque, os actuais dirigentes da República Popular da China são a peça fundamental.

Há apenas alguns dias, forças de terra, ar e mar chinesas fizeram uma parada militar próximo da fronteira vietnamita, bem perto da «Ponte da Amizade», por onde durante a guerra contra os agressores norte-americanos chegava uma parte da ajuda dos países socialistas.

Na nota de protesto enviada pelo vice-ministro de Negócios Estrangeiros do Vietnam ao embaixador da República Popular da China em Hanói, afirma-se que mais de mil soldados e guardas de fronteira chineses entraram 66 vezes em diversas áreas das províncias do norte do Vietnam e cerca de dez violações foram registadas nos primeiros dias de Dezembro. Aviões chineses sobrevoam

o espaço aéreo vietnamita e verificam-se centenas de violações das suas águas territoriais. Tropas chinesas alinham na fronteira vietnamita, ao longo de centenas de quilómetros.

A ofensiva chinesa contra o Vietnam socialista desdobra-se em várias frentes. A farsa das «perseguições» aos cidadãos chineses no Vietnam serviu um duplo objectivo: privar o Vietnam de elementos que fazem falta na reconstrução da economia nacional, e obter um pretexto para alimentar a hostilidade em relação ao Vietnam. Aos ataques directos de território chinês contra as fronteiras vietnamitas, soma-se o fomentar de agressões por parte do Camboja contra o Vietnam. O conflito vietnamita-cambodjano reduz-se, de facto, ao conflito entre o Vietnam e a China: é uma parcela sua.

O ataque da China contra o Vietnam insere-se numa política de hegemonia em todo o Sudoeste Asiático, importante zona estratégica, rica em recursos naturais e densamente povoada. A mesma política que leva a China a procurar o apoio dos países capitalistas na procura de créditos, armas e tecnologia tendo em vista as «4 modernizações» que criariam as condições

necessárias à concretização de um rumo expansionista. Acresce que os actuais dirigentes de Pequim, tal como recorreram a todas as armas para isolar o povo chinês do povo soviético, lançam hoje mão dos mais diversos expedientes para o isolar da influência da revolução vietnamita.

O povo vietnamita já demonstrou à sociedade não ceder a qualquer tipo de pressões externas. A ofensiva chinesa no Sudoeste Asiático,

assumem as formas mais brutais. Com a ajuda da comunidade socialista, que actualmente se concretiza através do CAME, de que o Vietnam é membro, e do tratado de amizade e cooperação recentemente assinado com a URSS, o Vietnam socialista vencerá os ataques externos e prosseguirá no imenso trabalho construtivo em que está empenhado. A ofensiva chinesa no Sudoeste Asiático,

constituindo uma ameaça para a paz e traduzindo-se em novos sacrifícios para o povo vietnamita, não alcançará os resultados pretendidos. O exemplo do Camboja, onde foi criada a Frente Unida Nacional do Kampuchea, que reúne os patriotas cambodjanos que lutam pela verdadeira liberdade e a independência da sua pátria, confirma que os ataques à vontade dos povos se viram contra os seus promotores.



Quando o heroico povo vietnamita enceta a reconstrução do seu país, os dirigentes chineses retomam o lugar do derrotado imperialismo americano na agressão e provocação